

dos algarves

revista da **ESGHT / UALG**

APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DEA NA ANÁLISE DO DESEMPENHO DE NÚCLEOS CIENTÍFICOS NUMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Hélder Carrasqueira • Isabel Teotónio • Paulo Carrasco • Sandra Rebelo

MÉTODO ALTERNATIVO PARA A ESTIMAÇÃO DO CUSTO DO CAPITAL PRÓPRIO – APLICAÇÃO PRÁTICA AOS INDICADORES DE CRIAÇÃO DE VALOR

Ana Isabel Martins

SISTEMAS DE TURISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO REGIME JURÍDICO DAS ÁREAS REGIONAIS DE TURISMO E PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Virgílio Miguel Machado

TURISMO DE NEGÓCIOS: VIABILIDADE E POTENCIAL

Marco Roberto Correia

A GESTÃO DO ARQUIVO ADMINISTRATIVO DA ESCOLA BÁSICA 2/3 DR. GARCIA DOMINGUES

Paula Costa

DEFINING LIFESTYLE MIGRATION

Kate Torkington

RECENSÕES

AO ENCONTRO DO SUL DE SI sobre *O Sul dos Meus Sonhos*, de Teresa Rita Lopes

Ricardo Marques

TESES DE DOUTORAMENTOS da ESGHT

Transformação Contemporânea da Experiência Turística

José Figueiredo dos Santos

DOSSIERS PEDAGÓGICOS

Experiência interdisciplinar: o Português e a Contabilidade

Filipa Perdigão • Cristina Gonçalves

UMA ABORDAGEM DA APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DEA NA ANÁLISE DO DESEMPENHO DE NÚCLEOS CIENTÍFICOS NUMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Hélder Carrasqueira • Isabel Teotónio • Paulo Carrasco • Sandra Rebelo

3-17

MÉTODO ALTERNATIVO PARA A ESTIMAÇÃO DO CUSTO DO CAPITAL PRÓPRIO – APLICAÇÃO PRÁTICA AOS INDICADORES DE CRIAÇÃO DE VALOR

Ana Isabel Martins

18-36

SISTEMAS DE TURISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO REGIME JURÍDICO DAS ÁREAS REGIONAIS DE TURISMO E PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Virgílio Miguel Machado

37-59

TURISMO DE NEGÓCIOS: VIABILIDADE E POTENCIAL

Marco Roberto Correia • Rosária Pereira

60-78

A GESTÃO DO ARQUIVO ADMINISTRATIVO DA ESCOLA BÁSICA 2/3 DR. GARCIA DOMINGUES

Paula Costa

79-98

DEFINING LIFESTYLE MIGRATION

Kate Torkington

99-111

RECENSÕES

AO ENCONTRO DO SUL DE SI sobre *O Sul dos Meus Sonhos*, de Teresa Rita Lopes

Ricardo Marques

112-117

TESES DE DOUTORAMENTOS da ESGHT

Transformação Contemporânea da Experiência Turística

José Figueiredo dos Santos

118-119

DOSSIERS PEDAGÓGICOS

Experiência interdisciplinar: o Português e a Contabilidade

Filipa Perdigão • Cristina Gonçalves

120-125

Aplicação da metodologia DEA na análise do desempenho de núcleos científicos numa instituição de ensino

Hélder Carrasqueira • Isabel Teotónio • Paulo Carrasco • Sandra Rebelo
ESGHT, Universidade do Algarve

hcarrasq@ualg.pt • iteotonio@ualg.pt • pcarras@ualg.pt • srebelo@ualg.pt

Resumo

O presente artigo propõe uma metodologia de análise do desempenho, para um conjunto de núcleos científicos de uma instituição de ensino superior, com recurso ao DEA. Para isso, apresenta-se uma análise diferenciada em duas vertentes: a actividade de ensino e a actividade de investigação. Neste contexto são sugeridos índices adaptados à avaliação do ensino e da investigação e discutidos os resultados obtidos pela aplicação da metodologia DEA ao conjunto de núcleos científicos da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve.

Palavras-chave: DEA; análise de desempenho; eficiência; núcleos científicos; ensino superior politécnico.

1. Introdução

No contexto da revisão dos estatutos das carreiras docentes do ensino superior, traduzida no novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), definem-se, numa primeira linha, funções a desenvolver pelos docentes em dois vectores complementares: a actividade lectiva e a actividade de investigação. Se considerarmos adicionalmente as restrições orçamentais impostas pela tutela, que condicionaram fortemente a gestão das instituições de ensino superior pelo menos nos últimos 15 anos, é compreensível o acréscimo de interesse por metodologias que potenciem a eficiente gestão dos recursos existentes nas instituições de ensino superior.

É, neste domínio, que a metodologia designada por *Data Envelopment Analysis* (DEA) tem ganho relevância como metodologia de análise e apoio à decisão, sendo apropriada, por exemplo, para complementar a decisão de distribuição do orçamento global de uma instituição de ensino superior, através

da avaliação do desempenho de cada uma das suas áreas científicas ou departamentos.

Assim, o principal objectivo deste artigo consiste em exemplificar uma aplicação da metodologia DEA na análise do desempenho de um subgrupo de áreas científicas (designadas por núcleos) da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo (ESGHT) da Universidade do Algarve. O desempenho é avaliado e comentado, separadamente, segundo duas perspectivas: a perspectiva de ensino e a perspectiva de investigação.

2. Revisão da literatura

O DEA é uma metodologia baseada na programação linear não paramétrica multi-factorial, utilizada para analisar as combinações óptimas entre *inputs* e *outputs*, com base no desempenho observado de unidades independentes, denominadas DMU (*Decision Making Units*). Essas combinações constituem uma fronteira e permitem determinar os níveis de ineficiência relativa e descobrir formas de redução dessa ineficiência, por comparação com as unidades consideradas eficientes.

A redução da ineficiência pode ser efectuada na perspectiva dos *inputs*, avaliando-se a quantidade de *inputs* que é possível reduzir mantendo o nível de *outputs* (orientação *input*), ou na perspectiva dos *outputs*, em que mantendo o nível de *inputs*, se avalia a quantidade de *outputs* a aumentar (orientação *output*) para que a DMU atinja a eficiência (Thanassoulis, 2001).

O DEA apresenta essencialmente duas abordagens base (Charnes et al., 1997): (1) o modelo CCR – criado por Charnes, Cooper e Rhodes (1978), permite uma avaliação objectiva da eficiência global, identificando as fontes de ineficiência e estimando os montantes dessas ineficiências, originando uma medida de produtividade global, designada de indicador de eficiência produtiva. Este tem por base rendimentos de escala constante; (2) o modelo BCC – desenvolvido por Banker, Charnes e Cooper (1984), pressupondo que as

unidades avaliadas apresentam rendimentos de escala variável, distingue entre eficiência técnica e de escala, estima a eficiência técnica pura, para uma dada escala de operações, e identifica se estão presentes ganhos de escala crescentes, decrescentes e constantes, para futura exploração. Deste resulta uma medida de eficiência técnica.

O DEA tem registado uma evolução muito rápida em termos de desenvolvimentos e extensões. Considere-se Cooper, Seiford e Tone (2000) para análise desses desenvolvimentos e extensões. Além disso, tem tido uma ampla utilização nos mais variados domínios desde a banca (e.g. Kumar, 2008), saúde (e.g. Amado, 2004; Moreira, 2008), ensino (e.g. Beasley, 1995; Johnes e Johnes, 1995; Arcelus e Coleman, 1997; Cherchye e Abeele, 2005; Johnes, 2006; Fandel, 2007; Tyagi et al, 2009), hotelaria (e.g. Barros e Mascarenhas, 2005; Sigala, et al, 2005), e até no futebol (e.g. Haas, 2003; Haas, 2003a), entre outros.

O uso crescente do DEA tem sido justificado pelas várias possibilidades de análise de dados que a metodologia apresenta. Facilidade de utilização, não imposição de uma forma funcional explícita para os dados, ou seja, não é necessário pré-definir nenhuma função de produção, possibilidade de utilização de múltiplos *inputs* e *outputs*, permitindo que os mesmos tenham diferentes unidades de medida. Em termos de *inputs*, permite também a introdução de variáveis exógenas à unidade, nomeadamente, variáveis relativas ao meio envolvente (Avkiran e Rowlands, 2008).

A primeira aplicação do DEA foi precisamente na área de estudo deste trabalho – o ensino (Charnes, Cooper e Rhodes, 1978). No entanto, enquanto Charnes, Cooper e Rhodes (1978) estudavam a eficiência de um programa educativo executado nos EUA, o presente trabalho descreve uma possível abordagem de avaliação da eficiência das áreas científicas da ESGHT, quer na vertente ensino quer de investigação, à semelhança de Beasley (1995), Arcelus e Coleman (1997) e Tyagi et al. (2009).

Beasley (1995) desenvolveu um modelo para analisar o desempenho dos departamentos universitários, utilizando como objecto de estudo os departamentos de Física e Química das universidades do Reino Unido. A sua

análise teve, igualmente, por base dois vectores: o ensino e a investigação. Para analisar a eficiência em termos de ensino utilizou como variáveis *input*: a despesa e o investimento associados ao ensino, e como variáveis *output*: o número de alunos do 1º ciclo e o número de alunos dos cursos de especialização. Já na vertente investigação, as variáveis *input* consideradas foram a despesa e o investimento associados à investigação. Como variáveis *output*, o número de alunos do 2º e 3º ciclos, o *rating* do departamento em termos de investigação e a quantidade de publicações e/ou citações.

Neste artigo, o autor não conclui especificamente sobre a eficiência dos departamentos, mas sugere que o modelo é aplicável num contexto mais vasto.

Com vista a contribuir para a melhor alocação de fundos pelos vários departamentos de uma universidade, Arcelus e Coleman (1997) criaram um modelo, utilizando o DEA, com base na realidade canadiana. As variáveis *input* estudadas dividiram-se em dois grupos: recursos humanos e orçamento. Na categoria dos recursos humanos consideraram o número de docentes a tempo inteiro ou equivalente e o número de funcionários. Já na categoria do orçamento atenderam ao fundo reservado para aquisição de material operacional e ao fundo para aquisição de material bibliográfico. A nível dos *outputs*, os autores também ponderaram duas categorias: ensino e investigação. Na vertente ensino, analisaram como variável *output*, o fluxo de graduados do 1º ciclo, e na vertente investigação, examinaram a atractividade do programa de investigação para os alunos, segundo o número de alunos matriculados no ensino pós-graduado de cada departamento e o fluxo de pós-graduados por departamento num determinado ano. Os investigadores consideram que a análise da eficiência dos departamentos universitários mostra-se mais complexa do que para outras unidades de decisão, pela não existência de índices de performance uniformes, como acontece no sector privado com a utilização da rendibilidade.

Atendendo à globalização da economia indiana, Tyagi et al. (2009) julgaram pertinente a análise da performance dos departamentos universitários da Índia. Utilizando como objecto de estudo os 19 departamentos do Instituto de Tecnologia da Índia (IIT Roorkea) e como modelo matemático o DEA,

calcularam as eficiências técnica, técnica pura e de escala e identificaram quais os departamentos ineficientes. Além disso, indicaram medidas para tornar esses departamentos mais eficientes. A eficiência foi analisada segundo quatro vertentes: a performance global, performance no ensino, performance na investigação e performance dos departamentos de engenharia.

Na escolha das variáveis *input*, Tyagi et al. (2009) seguiram a linha de estudo de Arcelus e Coleman (1997) e analisaram o número de docentes/investigadores, o número de funcionários não docentes e o orçamento para custos operacionais. As variáveis *output* estudadas foram: o total de alunos inscritos, o “progresso” e o índice de investigação. O total de alunos inscritos, tenta traduzir quer a quantidade quer a qualidade do ensino, conforme se segue:

$$\text{Total de alunos inscritos} = \text{N}^\circ \text{ de alunos inscritos nas licenciaturas} + 1,3 (\text{N}^\circ \text{ de alunos inscritos em mestrado}) + 2 (\text{N}^\circ \text{ de alunos inscritos em doutoramento})$$

Os ponderadores utilizados reflectem o número de anos suplementares para obter o grau quando comparado com o número de anos para a obtenção do grau de licenciado. A variável “progresso” foi medida quer pelo número de alunos empregados quer pelo número de doutoramentos concedidos. O índice de investigação foi calculado conforme se segue:

$$\text{Índice de investigação} = \text{N}^\circ \text{ de artigos publicados em revistas} + 0,5 (\text{N}^\circ \text{ de artigos publicados em conferências}) + 1,2 (\text{N}^\circ \text{ de projectos de investigação}) + 0,7 (\text{N}^\circ \text{ de conferências organizadas}) + 0,3 (\text{N}^\circ \text{ de conferências frequentadas})$$

As ponderações utilizadas foram desenvolvidas a partir da opinião geral dos administradores dos institutos e de pessoal académico. Neste estudo concluíram que, em termos gerais, os departamentos apresentavam um desempenho satisfatório, mas que detinham ineficiências a nível do ensino, necessitando de efectuar um reposicionamento.

3. Metodologia

3.1. Definição das DMU, *inputs* e *outputs*

Com a finalidade de exemplificar a avaliação do desempenho das áreas científicas (núcleos) da ESGHT, para um subgrupo de núcleos, procedeu-se à recolha e respectivo cálculo, de índices relativos às actividades de ensino e de investigação no ano lectivo de 2008/2009.

Para a aplicação da metodologia DEA quer no domínio do ensino quer da investigação, considerou-se, em primeiro lugar e por uma questão de simplificação da apresentação dos resultados, apenas um *input* e um *output*. Adicionalmente, o reduzido número de núcleos ou DMU estudados (9 no total) aconselha a uma análise suportada num reduzido número total de *inputs/outputs*. Refira-se a propósito que, por exemplo, Friedman e Sinuany-Stern (1998: 783) na selecção das variáveis sugere a regra de que o número total de *inputs* e *outputs* ($m + s$) deve ser inferior a um terço do número de DMU, o que neste caso é verificado $(1+1) < 9/3$.

Especificamente para a actividade de ensino, foram considerados como *input*, o índice médio de presenças dos alunos avaliados (IMPA), e como *output*, o índice médio de aprovação (IMA).

O IMPA pretende, naturalmente com evidente subjectividade, expressar um indicador médio da motivação/interesse dos alunos avaliados nas UC de cada núcleo, conforme se segue:

$$IMPA = \left(\frac{N^{\text{º}} \text{ de presenças registadas para os alunos avaliados nas UC do núcleo}}{N^{\text{º}} \text{ de presenças potenciais totais dos alunos avaliados nas UC do núcleo}} \right)$$

O IMA representa a taxa de aprovação média dos alunos avaliados nas UC de cada núcleo e expressa o nível de sucesso médio obtido no final da função de leccionação, de acordo com a seguinte especificação:

$$IMA = \left(\frac{N^{\circ} \text{ de alunos aprovados nas UC do núcleo}}{N^{\circ} \text{ de alunos avaliados nas UC do núcleo}} \right)$$

No que respeita à vertente de investigação foram determinados como *input*, o índice médio de tempo disponível (IMTD), e como *output*, o índice total de produção científica (ITPC).

Recorrendo à distribuição de actividade lectiva aprovada e ao número de docentes existente em cada núcleo, desenvolveu-se o IMTD, que pretende, conforme se segue, expressar a percentagem média de tempo disponível em cada núcleo para outras actividades (eventualmente de investigação):

$$IMTD = 1 - \left(\frac{\text{Total de horas de actividade lectiva do núcleo}}{N^{\circ} \text{ de docentes do núcleo} \times 35} \right)$$

À semelhança de Tyagi et al. (2009), criou-se a Tabela 1 para o cálculo do ITPC. Este foi criado com o objectivo de determinar um valor global que traduza a actividade de investigação realizada em cada núcleo.

Tabela 1: Peso atribuído aos itens de produção científica

Ficha de Registo de Produção Científica	Peso (ai)
Livros (autor ou co-autor)	5
Capítulo ou artigo em livro	4
Artigos em Revistas Internacionais	
registadas nos <i>index</i> de bases de dados internacionais	6
não registadas nos <i>index</i> de bases de dados internacionais	5
Artigos em Revistas nacionais	
Com Revisão	4
Sem revisão	2
Actas em congressos científicos internacionais	
Com Revisão	3
Sem Revisão	2
Actas em congressos científicos nacionais	
Com Revisão	2
Sem Revisão	1
Participação em Projectos de Investigação	3
Organização de Seminários/Conferências/Congressos	2
Outros	0,2

Refira-se que a Tabela 1 resulta da adaptação da Ficha de Registo de Produção Científica utilizada na ESGHT.

O ITPC corresponde ao somatório das diferentes actividades de investigação ponderadas pelos pesos definidos na Tabela 1, conforme se especifica:

$ITPC = \sum_i \alpha_i n_i$, onde α_i é o peso atribuído ao item de produção científica i e n_i é o número de actividades científicas do Núcleo classificadas no item i .

Em resumo, a Tabela 2 apresenta os índices determinados para cada núcleo.

Tabela 2: Índices de cada núcleo

DMU	Ensino		Investigação	
	<i>Input</i> IMPA	<i>Output</i> IMA	<i>Input</i> ITD	<i>Output</i> ITPC
Núcleo A	64,9	90	76,1	9
Núcleo B	61	59,8	59,1	20
Núcleo C	56,3	89,2	71,1	10
Núcleo D	53,2	74,7	58,8	21
Núcleo E	65,2	87,5	61,6	2
Núcleo F	61,4	91,5	61,5	23
Núcleo G	62,4	80,4	65	66
Núcleo H	67,6	62	60	12
Núcleo I	68	48,9	68	35

3.2. Resultados computacionais

Para a aplicação da metodologia DEA aos dados acima apresentados, foi utilizado o *Data Envelopment Analysis Online Software* (DEAOS, disponível em www.deaos.com) por ser uma aplicação Web, de uso livre e sem requisitos de instalação.

Para a avaliação do desempenho dos núcleos na vertente ensino optou-se por aplicar o modelo BCC, com rendimentos de escala variável, partindo do pressuposto que é admissível considerar que o *output* da função lectiva regista variações de produtividade em resultado de diferentes níveis de *input*. Por outro lado, esta escolha é consistente com a natureza desta actividade que depende, naturalmente, de outras variáveis exógenas a esta análise, por exemplo as assimetrias estruturais ao nível da preparação dos alunos por áreas científicas e a existência de áreas científicas naturalmente mais motivadoras para os alunos. Quanto à orientação dos resultados, considerou-se adequada a opção pela orientação *output*, já que, desta forma é possível apresentar os valores de referência IMA necessários à maximização da eficiência na vertente de ensino para cada área científica.

3.2.1. Perspectivas de avaliação – ensino

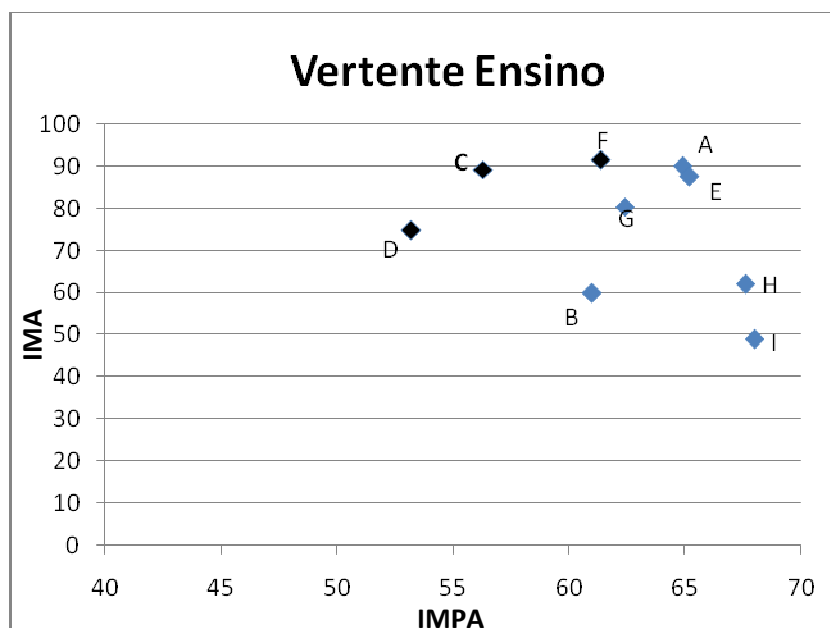
A Tabela 3 apresenta a eficiência na vertente de ensino e a respectiva referência IMA para melhoramento da eficiência em cada núcleo.

Tabela 3: Índice de desempenho, na vertente ensino

Eficiência - Ensino		
DMU	Eficiência	Referência IMA para melhoramento
Núcleo A	98,4	90 → 91,5
Núcleo B	65,5	59,8 → 91,3
Núcleo C	100*	-
Núcleo D	100*	-
Núcleo E	95,6	87,5 → 91,5
Núcleo F	100*	-
Núcleo G	87,9	80,4 → 91,5
Núcleo H	67,8	62 → 91,5
Núcleo I	53,4	49,8 → 91,5

Como se observa, foram identificados três núcleos como referência de eficiência no domínio do ensino (Núcleos C, D e F). Por oposição, o Núcleo I apresentou a taxa de eficiência mais baixa (53,4%). De uma forma global, para atingir a eficiência, quase todos os núcleos devem tentar atingir um nível médio de aprovação na ordem dos 91%. Este é o valor do IMA para o núcleo F classificado como eficiente e que constitui o alvo de referência para os restantes núcleos não eficientes (A, E, H, I, G e B) que registam valores de IMPA semelhantes ou superiores ao núcleo F.

Gráfico 1: Índice de desempenho



Através do Gráfico 1, verifica-se que o Núcleo D apresenta um baixo índice médio de presenças (53,2%) e um elevado índice médio de aprovação (74,7%) e que os Núcleos C e F com um maior IMPA conseguem obter níveis de IMA superiores, formando a fronteira eficiente (D, C e F). Já o Núcleo I, que apresenta o maior índice médio de presenças de alunos avaliados (68%), é o que detém a maior taxa de reprovação (100%-IMA) (51,1%). São nesta perspectiva, os

Núcleos I, B e H os que têm de empreender um maior esforço para conseguir alcançar o nível de eficiência.

3.2.2. Perspectivas de avaliação – investigação

Na avaliação do desempenho dos núcleos na óptica da investigação, optou-se por aplicar o modelo CCR, com rendimentos de escala constante, por se considerar que um aumento do tempo disponível potenciará, de modo relativamente proporcional, o nível de produção científica desenvolvido por cada núcleo. Para a análise da ineficiência também se deu preferência à orientação *output*, como forma de potenciar a análise e determinação do incremento necessário para atingir a eficiência plena de cada núcleo, em termos de produção científica.

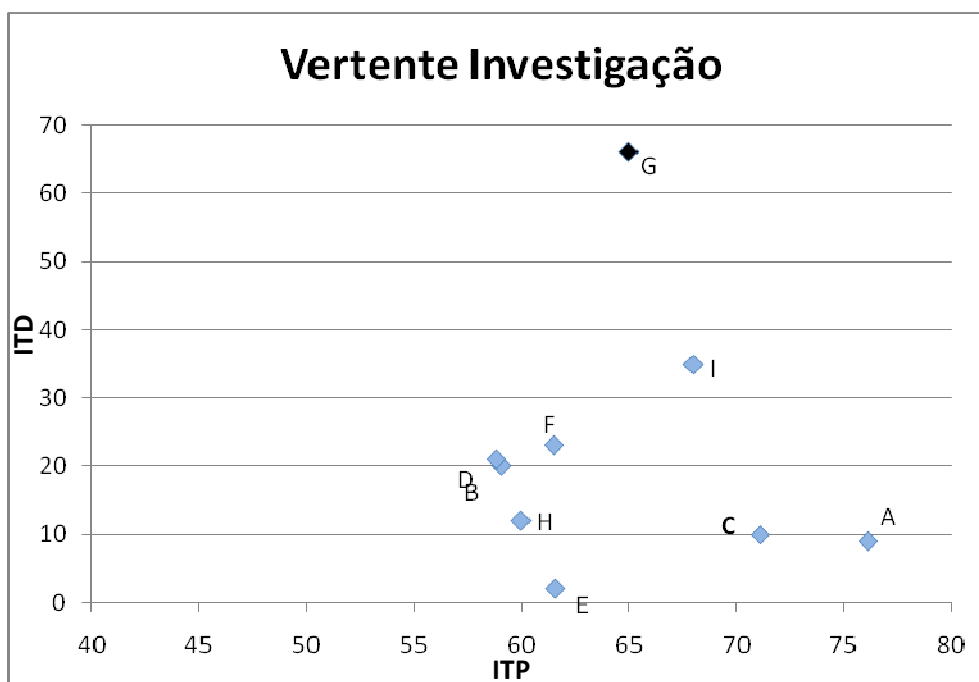
Tabela 4: Índice de desempenho, na vertente de investigação

Eficiência - Investigação		
DMU	Eficiência	Referência ITPC para melhoramento
Núcleo A	11,6	9 → 77,3
Núcleo B	33,3	20 → 60
Núcleo C	13,9	10 → 72,2
Núcleo D	35,2	21 → 59,7
Núcleo E	3,2	2 → 62,5
Núcleo F	36,8	23 → 62,4
Núcleo G	100*	-
Núcleo H	19,7	12 → 60,9
Núcleo I	50,7	35 → 69

Na óptica da investigação, os resultados expressam uma distribuição acentuadamente heterogénea, na qual só o Núcleo G é considerado eficiente,

conforme é observável na Tabela 4 e visualmente no Gráfico 2. No extremo oposto, evidencia-se o Núcleo E com um desempenho mínimo de 3.2%. Os restantes Núcleos apresentam níveis de eficiência intermédios no intervalo de 11,6% a 50,7%. Naturalmente, a referência de eficiência para o índice total de produção científica para estes núcleos é igualmente diversa. Note-se o significativo esforço requerido aos Núcleos A, E e C, os quais deverão aumentar o seu nível de produção científica em mais de 60 unidades do ITPC (equivalente, por exemplo, à publicação de 6 artigos anuais em revistas internacionais com registo nos *index* de bases de dados internacionais).

Gráfico 2: Índice de desempenho



O Gráfico acima mostra ainda que o Núcleo G, com um índice de tempo disponível de 65% apresenta um índice de produção científica de 66, enquanto os Núcleos A e C apresentam índices de tempo disponível de 76,1% e 71,1%, respectivamente, e níveis de produção científica bastante inferiores.

5. Conclusões

Neste artigo foi descrita uma possível abordagem de aplicação de uma metodologia DEA num contexto de avaliação da eficiência de núcleos científicos de uma instituição de ensino (ESGHT). Apesar da simplicidade da abordagem e das suas inerentes limitações, a metodologia DEA, em geral, constitui um importante instrumento de análise do desempenho de DMU e, conseqüentemente, com relevância no apoio ao processo de tomada de decisão, por exemplo a atribuição de orçamento aos núcleos. Apesar de neste artigo apenas se considerar um conjunto de variáveis limitado, excluindo naturalmente outras variáveis quer ligadas à componente ensino, quer à componente investigação, esta análise fornece indicações sobre o comportamento relativo global das unidades científicas (núcleos). As perspectivas de análise diferenciadas (ensino e investigação) permitiram distinguir e caracterizar diversos níveis de eficiência nas áreas científicas observadas na instituição de ensino. Foi ainda possível, para cada perspectiva de análise, apresentar valores de referência de eficiência para o conjunto de núcleos ineficientes.

Referências

- Amado, C. A. F. (2004). Exploring the use of DEA for formative evaluation in primary care: An application to England. *Estudos I - Faculdade de Economia da Universidade do Algarve*, 563-596.
- Arcelus, F. J. e Coleman, D. F. (1997). An efficiency review of university departments. *International Journal of Systems Science*, 28 (7), 721-729.
- Avkiran, N. K. e Rowlands, T. (2008). How to better identify the true managerial performance: State of the art using DEA. *Omega*, 36 (2), 317-324.
- Banker, R. D., Charnes, A. e Cooper, W. W. (1984). Some models for estimating technical and scale inefficiencies in data envelopment analysis. *Management Science*, 30 (9), 1078-1092.
- Barros, C. P. e Mascarenhas, M. J. (2005) Technical and allocative efficiency in a chain of small hotels. *Hospitality Management*, 24, 415-436.
- Beasley, J. E. (1995). Determining Teaching and Research Efficiencies. *Journal of the Operational Research Society*, 46, 441-452.
- Charnes, A., Cooper, W. W. e Rhodes, E. (1978). Measuring the efficiency of decision making units. *European Journal of Operational Research*, 2 (6), 429-441.
- Charnes, A., Cooper, W. W., Lewin, A. Y. e Seiford, L. M. (1997). *Data Envelopment Analysis: theory, methodology, and application*, Massachusetts, USA: Kluwer Academic Publishers.

- Cherchye, L. e Abeele, P. V. (2005). On research efficiency: A micro-analysis of Dutch university research in Economics and Business Management. *Research Policy*, 34, 495-516.
- Cooper, W., Seiford, L. e Tone, K. (2000), *Data Envelopment Analysis: a comprehensive text with models, applications, references and DEA-Solver software*, Massachusetts, USA: Kluwer Academic Publishers.
- Fandel, G. (2007). On the performance of universities in North Rhine-Westphalia, Germany: Government's redistribution of funds judged using DEA efficiency measures. *European Journal of Operational Research*, 176, 521-533.
- Friedman, L. e Sinuany-Stern, Z. (1998). Combining ranking scales and selecting variables in the DEA context: the case of Industrial Branches. *Computers and Operations Research*, 25 (9), 781-791.
- Haas, D. J. (2003). Productive Efficiency of English Football Teams: A Data Envelopment Analysis Approach. *Managerial and Decision Economics*, 24, 403-410.
- Haas, D. J. (2003a). Technical Efficiency in the Major League Soccer. *Journal of Sports Economics*, 4 (3), 203-215.
- Johnes, J. (2006). Measuring teaching efficiency in higher education: An application of data envelopment analysis to economics graduates from UK Universities 1993. *European Journal of Operational Research*, 174, 443-456.
- Johnes, J. e Johnes, G. (1995). Research Funding and Performance in U.K. University Departments of Economics: A Frontier Analysis. *Economics of Education Review*, 14 (3), 301-314.
- Kumar, S. (2008). An Analysis of Efficiency-Profitability Relationship in Indian Public Sector Banks. *Global Business Review*, 9 (1), 115-129.
- Moreira, S. (2008). Análise da eficiência dos hospitais-empresa: uma aplicação da data envelopment analysis, *Boletim Económico – Banco de Portugal*, 14 (1), 127-150.
- Sigala, M., Jones, P., Lockwood, A. and Airey, D. (2005). Productivity in hotels: a stepwise data envelopment analysis of hotels' rooms division processes. *The Service Industries Journal*, 25 (1), 61-81.
- Thanassoulis, E. (2001). *Introduction to the Theory and Application of Data Envelopment Analysis*. Massachusetts, USA: Kluwer Academic Publishers.
- Tyagi, P., Yadav, S. P. e Singh, S. P. (2009). Relative performance of academic departments using DEA with sensitivity analysis. *Evaluation and Program Planning*, 32, 168-177.

HÉLDER M. BRITO CARRASQUEIRA é Professor na Universidade do Algarve (UALG) – Escola Superior de Gestão, Economia e Turismo (ESGHT), onde lecciona no domínio científico da Economia. É presidente do Conselho Técnico-Científico da ESGHT e responsável pelo Gabinete de Avaliação e Qualidade da UALG. É licenciado em Relações Internacionais pelo ISCSP da Universidade Técnica de Lisboa (UTL), mestre em Economia Internacional pelo ISEG/UTL e doutor em Economia pela FEUA/UALG. Foi co-Editor da *Revista de Divulgação* da ESGHT (2006/07/08) e autor de vários artigos em livros e revistas científicas nacionais e internacionais, tendo sido orador em mais de trinta conferências, congressos e afins.

ISABEL TEOTÓNIO. Licenciada em Gestão (1990) pela Universidade Internacional, Lisboa; Mestre em Probabilidades e Estatística (2001) pela Faculdade de Ciências da Universidade Técnica de Lisboa e Doutoranda em Turismo na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve. Docente do Ensino Superior desde 1989 e na Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve desde 2002, onde lecciona as unidades curriculares de Matemática I e Estatística Descritiva.

M. PAULO S. CARRASCO é Professor Coordenador na Universidade do Algarve (UALG) – Escola Superior de Gestão, Economia e Turismo (ESGHT) onde desenvolve actividade de leccionação e investigação nas áreas científicas da Estatística e da Matemática. É actualmente coordenador geral do Campus de Portimão da UALG e director do Núcleo de Métodos Quantitativos da ESGHT. É licenciado em Gestão (1992, ISEG/UTL), mestre em Matemática Aplicada à Economia e à Gestão (1995, ISEG/UTL) e doutor em Matemática Aplicada à Economia e Gestão (2003, ISEG/UTL). Foi Presidente do Conselho Científico da ESGHT (2005/2007) e Vice-Presidente do Conselho Directivo da ESGHT (2001/2004). Autor de diversos artigos em revistas científicas nacionais e internacionais.

SANDRA REBELO. Bacharel em Gestão (1994) e Licenciada em Gestão Financeira (1996), pela Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve, Mestre em Finanças Empresariais (2003) e Doutoranda em Gestão – especialidade em Finanças e Contabilidade, na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve. Docente do Ensino Superior, desde 1997, na Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve, onde lecciona as unidades curriculares de Análise de Investimentos, Análise Financeira e de Elementos de Finanças Empresariais.

Método alternativo para a estimação do custo do capital próprio – aplicação prática aos indicadores de criação de valor

Ana Isabel Martins
ESGHT, Universidade do Algarve
aimartin@ualg.pt

Resumo

A evolução dos mercados económicos promoveu o desenvolvimento da noção de Gestão pelo Valor e dos indicadores de criação de valor. As dificuldades na obtenção de variáveis essenciais e a desadequação dos métodos tradicionais existentes na teoria financeira para a grande maioria das entidades alvo de avaliação, inviabilizam frequentemente a aplicação desta metodologia ou a obtenção de valores minimamente credíveis. É apresentado um método alternativo aos métodos tradicionais para a estimação do custo do capital próprio e uma aplicação prática aos novos indicadores de criação de valor dos 37 principais bancos a operar em Portugal em 2007.

Palavras-chave: custo do capital próprio; criação de valor; valor económico; valor intrínseco

1. A gestão pelo valor e os indicadores de criação de valor

A pressão para a mudança imposta pela concorrência crescente, pela evolução da tecnologia e pela globalização da economia permitiu a promoção da competitividade das empresas e conduziu ao aparecimento de novas abordagens e métodos de gestão. Uma destas novas abordagens, designada por *Value Management* (Gestão pelo Valor) traduz uma relação entre a satisfação de um produto ou serviço e os recursos necessários para a sua realização.

A ideia de que a principal responsabilidade da gestão é acrescentar valor ganhou uma grande dinâmica e aceitação geral a partir de 1986 aquando da publicação do livro *Creating Shareholder Value* por Rappaport (1986) nos Estados Unidos. Nos dez anos seguintes (década de 90) a globalização de mercados, a intensificação da competição e a imensa onda de privatizações, promoveram a noção de valor criado para o accionista como principal medida de *performance* por todo o mundo.

Actualmente, a maximização do valor para o accionista é a atitude politicamente correcta assumida por toda a classe de gestores intermédios e de topo nos Estados Unidos. O valor para o accionista prevalece nos relatórios de gestão, revistas da especialidade, encontros de analistas financeiros, discursos e apresentações. Em termos gerais, a missão do gestor é maximizar o valor para o accionista, através da maximização do valor de mercado da empresa e da realização de investimentos com valor actual líquido positivo.

As tradicionais medidas de avaliação do desempenho assentes na lógica contabilística, tais como o crescimento dos resultados ou das vendas, podem não implicar criação de valor para o accionista. A existência de diferenças conceptuais significativas entre *Cash-flows* e Resultados e o desenvolvimento da óptica da criação de valor promoveram a criação dos denominados novos indicadores de *performance*, tais como a Taxa Interna de Rendibilidade Efectiva (TIRE), o Valor Económico Criado (*Economic Value Added* – EVA), o Valor de Mercado Acrescentado (*Market Value Added* - MVA) ou o Valor Intrínseco Acrescentado – VIA (*Intrinsic Value Added*).

Todos estes indicadores partilham o conceito base de lucro económico ao invés do tradicional lucro contabilístico. Economistas e contabilistas diferem na própria noção de lucro. Para um contabilista o lucro constitui o excesso de rendimentos sobre os gastos e impostos e é medido pela rendibilidade. Para um economista é necessário incorporar nas medidas de rendibilidade o custo de oportunidade do capital próprio. Uma empresa pode ser rentável contabilisticamente, mas não o ser em termos económicos, se não satisfazer a rendibilidade mínima exigida pelos seus accionistas, que deve reflectir a rendibilidade esperada num investimento de risco semelhante.

O MVA mede a criação de valor para os accionistas comparando o valor de mercado da empresa (com base na cotação oficial das suas acções, por exemplo) com o valor total investido pelos accionistas ao longo do tempo. Ou seja, uma empresa acrescenta valor de mercado quando o seu valor actual no mercado (*market capital*) é superior ao valor investido pelos accionistas (*invested capital*). O MVA pode ser calculado da seguinte forma:

$$\boxed{MVA = \text{Market Capital} - \text{Invested Capital}} \quad (1)$$

Fonte: Uyemura, Kantor e Pettit (1996: 95)

O MVA é normalmente considerado como a melhor medida de criação de valor para os accionistas. Contudo a dificuldade em avaliar as unidades de negócio a preços de mercado, a volatilidade sistemática do mercado para o preço das acções e o facto de a maioria das empresas não ser cotada em bolsa, inviabiliza, na maioria dos casos, a utilização do mesmo como indicador de desempenho (Uyemura *et al.*, 1996).

Criado pela consultora financeira Stern Stewart & Co. em 1982, o EVA®¹ constitui uma medida de avaliação do desempenho financeiro de uma empresa que evidencia o resultado económico criado ou acrescentado e que, desta forma, está directamente relacionado com o valor criado para o accionista. O EVA tem vindo a ganhar crescente importância para as empresas enquanto indicador de avaliação de desempenho e de gestão, dado que evidencia o capital investido e os respectivos gastos e rendimentos obtidos com a sua gestão.

Considera-se que uma empresa acrescenta valor económico quando consegue gerar um resultado maior do que o custo do capital investido, podendo ser calculado da seguinte forma:

$$\boxed{EVA_n = R_n(1-t) - \text{Capital Investido}_{n-1} \times k_n} \quad (2)$$

Fonte: Young e O'Byrne (2001: 35)

Com:

$R_n(1-t)$: Resultados líquidos de impostos²

¹ O EVA® é uma marca registada.

² Numa perspectiva de capital total os resultados correspondem ao valor dos resultados operacionais líquidos de imposto e, numa perspectiva de capital próprio, os resultados correspondem ao valor dos resultados líquidos. Todos os indicadores utilizados nesta metodologia devem ser ajustados de forma a reflectir a sua realidade económica actual.

Cap Inv_{n-1} : Capital Investido existente no início do ano

k_n : custo do capital do ano *n* que representa a remuneração mínima exigida pelos investidores³

Diz-se que houve criação de valor no ano *n* quando o EVA_n é positivo e destruição de valor no ano *n* quando o EVA_n é negativo.

Noutra perspectiva: o EVA representa o montante remanescente entre o resultado obtido (*r_n*) e a taxa de retorno mínima exigida pelos investidores (*k_n*), face a alternativas de investimento noutros activos de risco semelhante. Neste caso:

$$EVA_n = Capital\ Investido_{n-1} \times (r_n - k_n) \quad (3)$$

Fonte: Young e O'Byrne (2001: 46)

Este método é denominado método das taxas e é um dos mais utilizados pelos analistas, uma vez que permite avaliar a criação (ou destruição) de valor de uma forma muito simples. Dado que o capital investido é sempre positivo, basta comparar a rendibilidade dos capitais investidos (*r_n*) com o seu respectivo custo de oportunidade (*k_n*), nomeadamente, se *r_n* > *k_n* há criação de valor e se *r_n* < *k_n* há destruição de valor. A ideia fundamental neste conceito do EVA assenta no diferencial entre a rendibilidade dos capitais investidos e o custo das diferentes fontes de financiamento utilizadas.

Os resultados das empresas são contabilizados de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, que frequentemente não reflectem a sua realidade económica actual, o que promove a necessidade de se efectuarem diversos ajustamentos (Uyemura *et al.*, 1996; Fiordelisi e Molyneux, 2004, 2006; Carretta *et al.*, 2008).

O cálculo do EVA para as instituições financeiras, por exemplo, exige alguns ajustamentos específicos. Fiordelisi e Molyneux (2004) referem o indicador EVA

³ Numa perspectiva de capital total o custo do capital corresponde ao custo médio ponderado e numa perspectiva de capital próprio corresponde ao custo do capital próprio.

específico para a banca ($EVA^{\textcircled{R}}_{\text{bkg}}$), que é obtido a partir do EVA standard ($EVA^{\textcircled{R}}_{\text{std}}$) devidamente ajustado de um conjunto de operações específicas deste negócio. A fórmula de cálculo mais utilizada nos estudos sobre a banca é a seguinte:

$$\boxed{EVA_n = NOPAT_n - (Capital\ Invested_{n-1} \times cost\ of\ capital_n)} \quad (4)$$

Fonte: Fiordelisi e Molyneux (2006: 5)

As adaptações a efectuar centram-se essencialmente sobre os resultados de forma a obter o resultado operacional líquido de impostos (*Net Operating Profit After Tax* – NOPAT). Embora a Stern Stewart & Co. tenha identificado cerca de 160 ajustamentos necessários para o apuramento do resultado económico, os ajustamentos mais comuns nos estudos empíricos sobre instituições financeiras recaem sobre as contas de imparidades e provisões para perdas, impostos, contabilização de títulos e eventos não-correntes (tais como despesas de reestruturação) (Uyemura *et al.*, 1996).

Contudo, indicadores como o EVA ou o MVA podem não ser os mais apropriados. Considere-se a seguinte situação: uma empresa que identifica uma oportunidade de negócio, decide avançar com um determinado projecto que implica a realização de um investimento em novos activos e a contratação de mais pessoal. O retorno desse investimento pode ocorrer apenas em períodos posteriores, sendo o EVA do primeiro período penalizado por via do aumento dos gastos com pessoal, sem que isso represente, necessariamente, um decréscimo da sua eficiência.

Tabak *et al.* (2005) defendem a utilização do VIA, calculado segundo a expressão:

$$\boxed{VIA = PL_n + \frac{(RL_n - (k_{en} \times PL_n))}{k_{en}}} \quad (5)$$

Fonte: Tabak *et al.* (2005: 369)

O VIA representa o valor do investimento inicial (incorporado no Património Líquido - PL_n) adicionado do valor dos lucros futuros esperados (RL), actualizados à taxa de remuneração mínima exigida pelos accionistas (k_e), segundo uma renda perpétua⁴. Desta forma, se o VIA aumentar de um período para o outro, deduz-se que o banco acrescentou valor, dado que foi mais eficiente em termos económicos.

Para a grande maioria das empresas o apuramento destes indicadores pode tornar-se uma tarefa difícil, devido a dificuldades na obtenção de boas estimativas de variáveis essenciais que, devido ao seu carácter de natureza confidencial, não são normalmente conhecidas pelas entidades avaliadoras. Por outro lado, os métodos tradicionais existentes na teoria financeira para realizar tais estimativas são, normalmente, mais apropriados a grandes empresas com informação financeira específica ou a empresas cotadas em bolsa.

Sendo o custo do capital próprio uma dessas variáveis essenciais, centramos o nosso objecto de estudo na apresentação de um método alternativo aos métodos tradicionais para a sua estimação, com o objectivo de simplificar a aplicação da metodologia da gestão pelo valor em empresas não cotadas.

Apresentadas as questões fundamentais associadas à gestão pelo valor, são resumidos no ponto seguinte os principais métodos tradicionalmente utilizados para a estimação do custo do capital próprio. No ponto 3 é apresentado o método alternativo, com uma aplicação prática aos indicadores de criação de valor dos 37 principais bancos a operar em Portugal no ano de 2007. O ponto 4 resume as principais conclusões e limitações do estudo.

⁴ O VIA tem por base a noção de lucro residual, que corresponde ao lucro líquido deduzido da remuneração do capital, que, por sua vez, é resultado do produto entre o valor dos investimentos e o retorno exigido pelos accionistas.

2. Métodos de estimação do custo do capital próprio

Podemos definir o custo de oportunidade do capital como «a rendibilidade que um investidor poderia obter num investimento de risco semelhante» (Neves, 2002: 111). Desta forma, verifica-se que o custo de oportunidade do capital incorpora quer a noção de rendibilidade, quer a noção de risco. Segundo Esperança e Matias (2005: 234) «o capital próprio não apresenta um custo explícito, ou seja, um custo estabelecido contratualmente. O capital próprio possui um custo implícito que se traduz no rendimento mínimo exigido pelos accionistas».

Sendo os capitais próprios uma fonte de financiamento da empresa é de esperar que os respectivos proprietários do capital (sócios ou accionistas) venham a exigir uma determinada remuneração pelo seu investimento. Neste contexto, é habitual a aplicação do termo custo do capital próprio (k_e) para a remuneração mínima exigida ou esperada pelos mesmos. Contudo, esta informação reveste normalmente carácter confidencial e o seu valor real ou efectivo não é dado a conhecer a entidades externas à empresa. Neste contexto, é necessária a sua estimação, recorrendo a variáveis *proxy* ou a aproximação de valores, tomando por referência valores conhecidos de outras empresas consideradas semelhantes em termos de rendibilidade e risco.

Existem diversos modelos na teoria financeira para estimar a rendibilidade esperada para os capitais próprios, estando todos eles estreitamente ligados ao conceito de risco. Um dos modelos mais simples e utilizados frequentemente, principalmente no âmbito da análise de investimentos, recorre à seguinte expressão:

$$k_e = [(1+t_1)(1+t_2)(1+t_3)] - 1 \quad (6)$$

Fonte: Caldeira (2001)

A fim de avaliar a atractividade da empresa ou do projecto comparativamente a investimentos alternativos, os investidores consideram como

remuneração base a taxa real de remuneração dos activos sem risco (t_1), à qual é acrescentada um prémio de risco (t_2), que representa a remuneração adicional exigida para cobrir o risco específico associado à empresa ou ao projecto, corrigida pela taxa anual média de inflação (t_3).

O Modelo do *Capital Asset Pricing Model* (CAPM) ou Modelo dos Activos Financeiros em Equilíbrio foi desenvolvido a partir dos conceitos introduzidos por Harry Markowitz em 1952, sobre a formação de carteiras de acções e constitui o modelo de referência na teoria financeira para a determinação de remunerações de acções face ao seu nível de risco de mercado.

Este modelo é amplamente utilizado pelos analistas financeiros dado que estabelece uma relação directa entre o risco e a rendibilidade exigida pelos accionistas de uma empresa. Diversos autores utilizam o Modelo do CAPM no cálculo do custo do capital próprio para o cálculo do EVA[®]_{bkg} (Fiordelisi e Molyneux, 2004; Carretta *et al.*, 2008). Também Tabak *et al.* (2005) utilizam o Modelo do CAPM no cálculo do valor intrínseco.

Segundo este modelo, o custo do capital próprio (k_e) exigido aos gestores de uma empresa, representa o retorno que os investidores esperam de um investimento dado o seu risco específico e é calculado pela seguinte expressão:

$$k_e = R_f + \beta (R_m - R_f) \quad (7)$$

Fonte: Neves (2002: 112)

Com:

R_f : rendibilidade dos activos sem risco⁵

R_m : rendibilidade esperada do mercado

$(R_m - R_f)$: prémio de risco esperado do mercado⁶

⁵ Normalmente referenciada a uma taxa de rendibilidade assumida pelo Estado (exemplo: taxa de juro dos Bilhetes de Tesouro ou das Obrigações do Tesouro).

⁶ Geralmente baseado em dados históricos. Representa a diferença entre a média da taxa de retorno das acções no mercado e a média da taxa dos activos sem risco num determinado período. Os factores que, em termos gerais, mais contribuem para a sua dimensão são a variância da economia, o risco político e a estrutura do mercado.

β : risco ou beta do activo⁷

O Modelo do CAPM assenta na premissa de que os mercados são eficientes, que a relação entre risco e rendibilidade é estável no tempo e que o investidor é avesso ao risco e, deste modo, exige para maiores níveis de risco maiores taxas de rendibilidade.

O Modelo de Gordon é um modelo amplamente utilizado pelos analistas financeiros para explicar ou estimar a cotação oficial de uma acção. Segundo o modelo, o valor actual de mercado (P_0) esperado para uma acção é função das expectativas em relação aos dividendos futuros esperados (DIV_1), actualizados à taxa de remuneração exigida pelos investidores (e que reflecte o risco percebido por estes) (k_e), segundo uma renda perpétua e de crescimento constante (g). Utilizando a cotação actual da acção de uma empresa, podemos estimar o risco implícito na mesma, que representa a remuneração mínima exigida pelos investidores face ao risco percebido, ou seja, o custo do capital próprio implícito no valor de mercado da empresa, da seguinte forma:

$$k_e = \frac{DIV_1}{P_0} + g \quad (8)$$

Fonte: Neves (2002: 188)

O Modelo dos Práticos constitui um modelo bastante simplista, em que a rendibilidade mínima exigida pelos accionistas é determinada pela remuneração média do capital alheio (k_d) (assente normalmente na taxa de juro do mercado), adicionada de um determinado prémio de risco (δ). Ou seja, os investidores exigem à empresa uma remuneração adicional pelo facto de investirem na mesma, comparativamente e em alternativa a uma aplicação remunerada de um

⁷ Existem diversos e complexos modelos na teoria financeira para estimar o β . É habitual a utilização de modelos construídos a partir das informações do mercado financeiro e com base na taxa de juro dos activos sem risco, na rendibilidade bolsista periódica da empresa e na rendibilidade periódica do mercado, frequentemente representada por um índice (como o índice PSI 20 por exemplo).

investimento a prazo numa instituição bancária. O principal problema que se coloca na aplicação deste modelo é a definição do prémio de risco mais apropriado. Segundo este modelo:

$$k_e = k_d + \delta \quad (9)$$

Fonte: Neves (2002: 161)

Modigliani e Miller (1958; 1963) definem o custo do capital próprio a partir do custo económico (k_u), que corresponde à rendibilidade exigida pelos investidores numa empresa sem endividamento e do custo do capital alheio (k_d), ponderado pela estrutura de capital existente, segundo a expressão:

$$k_e = k_u + (k_u - k_d) \frac{\text{Passivo}}{\text{CapPróprio}} (1-t) \quad (10)$$

Fonte: Neves (2002: 171)

Para todos estes modelos, os valores do capital próprio e alheio devem ser avaliados a preços de mercado, mas por razões de conveniência, os valores utilizados são normalmente os contabilísticos. Além disso, alguns destes modelos têm uma aplicação restrita, sendo mais adequados a empresas cotadas em bolsa. Como é sabido, em qualquer país há mais empresas não cotadas do que cotadas, com a agravante que nem todos os mercados financeiros são eficientes, não reflectindo as cotações, a todo o momento, o justo valor da empresa.

Graham e Harvey (2001) inquiriram 392 directores financeiros (*Chief Financial Officer* – CFO) americanos quanto à aplicação prática de teorias financeiras e verificaram que o Modelo do CAPM é o mais utilizado (73,5%), principalmente por parte das grandes empresas, directores executivos (*Chief Executive Officer* – CEO) com formação superior e empresas cotadas em bolsa. Brounen *et al.* (2004) aplicaram o mesmo inquérito a 313 CFO na Europa e verificaram que apenas entre 53% e 64% das empresas calculam o seu custo de

capital, sendo o Modelo do CAPM o método mais utilizado (entre 45% e 56%) e registando este uma maior importância se o CEO assumir posição na estrutura de propriedade da empresa. Os CFO de empresas não cotadas referiram que apenas utilizavam a taxa referida pelos investidores. Em ambos os estudos verifica-se que os CFO aplicam um único nível de custo de capital, considerado como valor de referência para a empresa, independentemente do projecto a ser analisado ou da sua localização.

3. Método alternativo de estimação do custo do capital próprio

A metodologia assente na notação de *rating* de crédito, referida por Neves (2002) para o cálculo do custo do capital alheio, serviu de base ao desenvolvimento do método alternativo de estimação do custo do capital próprio proposto neste estudo. Os valores estimados obtidos são posteriormente utilizados para o cálculo dos indicadores de criação de valor dos 37 principais bancos a operar em Portugal, para o período de 2007.

Diversos autores referem a necessidade de incorporar nos modelos de avaliação de desempenho dos bancos, variáveis que reflectam, para além da rentabilidade, a criação de riqueza, o risco e os custos de oportunidade para os accionistas (Koch e MacDonald, 2003; Fiordelisi e Molyneux, 2004, 2006; Tabak *et al.*, 2005).

O valor criado para os accionistas do sector bancário foi calculado com base na noção de VIA, segundo a perspectiva dos capitais próprios de Tabak *et al.* (2005), de acordo com a expressão (5). Uma alternativa viável teria sido a utilização do EVA.

Para tal foi necessário estimar uma variável *proxy* para o custo do capital próprio dada a inexistência de informação publicada sobre a mesma. O facto de existirem muito poucos bancos cotados em bolsa dificulta ou impossibilita o cálculo do valor do risco específico (β), inviabilizando a utilização do Modelo do CAPM. Em alternativa foi utilizado o modelo tradicional segundo a expressão

(6), em que t_1 constitui a taxa média de rendibilidade de obrigações do tesouro de 2007 (Banco de Portugal, 2009), sendo o respectivo valor nominal de 4,18% e valor real de 1,74% e t_3 foi calculada com base no índice harmonizado de preços no consumidor de 2007, de acordo com a mesma fonte, sendo o respectivo valor de 2,4%.

O prémio de risco (t_2) associado ao banco foi estimado com base na metodologia alternativa proposta neste estudo, a qual assenta na notação de *rating* atribuído pelas principais consultoras mundiais aos bancos da amostra. Descreve-se seguidamente as três principais etapas da metodologia aplicada:

1. Os custos do capital próprio foram calculados, de acordo com o Modelo do CAPM, para 4 bancos cotados e com informação sobre o seu risco específico⁸.

Quadro 1: Cálculo do k_e de acordo com o Modelo CAPM

	B₁	B₂	B₃	B₄
R_f	4,18%	4,18%	4,18%	4,18%
β	1,34	1,16	1,03	1,27
R_m - R_f	5,54%	5,54%	5,54%	5,54%
k_e	11,6%	10,6%	9,9%	11,2%

2. Foram atribuídos valores aos prémios de risco para cada classe de *rating* segundo as principais consultoras internacionais (Standard & Poors, Fitch e Moody's) e a Companhia Portuguesa de Rating (vide Quadro 3). Os valores dos prémios de risco para cada classe foram ajustados de forma a atingir valores de custo de capital próprio próximos dos obtidos por via do Modelo do CAPM para os 4 bancos da etapa anterior. O prémio de risco de cada banco foi atribuído de acordo com o seu *rating* de longo prazo.⁹

⁸ Os valores para as variáveis β e $(R_m - R_f)$ foram determinados de acordo com a informação disponível no site do Prof. Aswath Damodaran (<http://pages.stern.nyu.edu/~adamodar/>, consultado em 25.03.2009) calculado com base na informação da Bloomberg e da Standard & Poors.

⁹ Aos bancos que não possuem qualquer *rating* específico, foi atribuído o prémio de risco associado ao *rating* da empresa-mãe ou do grupo que detém maior percentagem do seu capital.

Quadro 2: Cálculo do k_e de acordo com o Modelo Alternativo

	B₁	B₂	B₃	B₄
t₁	1,74%	1,74%	1,74%	1,74%
t₂	2,4%	2,4%	2,4%	2,4%
t₃	7,00%	5,75%	5,75%	7,00%
k_e	11,5%	10,2%	10,2%	11,5%
k_e (CAPM)	11,6%	10,6%	9,9%	11,2%

Quadro 3: Prémios de Risco por classes de *rating*

S&P	Fitch	Moody's	CPR	Pr Risco	Classe de <i>Rating</i>	Descritivo
AAA	AAA	Aaa	AAA	3,00%	Prime	Capacidade extremamente forte para cumprir os compromissos financeiros.
AA+	AA+	Aa1	AA+	5,75%	High Grade	Capacidade muito forte para cumprir os compromissos financeiros.
AA	AA	Aa2	AA			
AA-	AA-	Aa3	AA-			
A+	A+	A1	A+	7,00%	Upper Medium Grade	Capacidade forte para cumprir os compromissos financeiros, mas algo susceptível a condições económicas adversas e alterações de conjuntura.
A	A	A2	A			
A-	A-	A3	A-			
BBB+	BBB+	Baa1	BBB+	7,25%	Lower Medium Grade	Capacidade adequada para cumprir os compromissos financeiros, mas mais sujeita a condições económicas adversas que a categoria anterior.
BBB	BBB	Baa2	BBB			
BBB-	BBB-	Baa3	BBB-			
BB+	BB+	Ba1	BB+	8,50%	Non Investment Grade Especulativo	Menos vulnerável no curto prazo, mas sujeita a grandes incertezas e exposta a condições empresariais, financeiras e económicas adversas.
BB	BB	Ba2	BB			
BB-	BB-	Ba3	BB-			
B+	B+	B1	B+	10,00%	Altamente especulativo	Mais vulnerável a condições empresariais, financeiras e económicas adversas mas, de momento, tem capacidade para assumir os compromissos financeiros.
B	B	B2	B			
B-	B-	B3	B-			
CCC+	CCC	Caa	CCC	12,00%	Riscos substanciais	Actualmente vulnerável e dependente de condições empresariais, financeiras e económicas favoráveis para assumir os compromissos financeiros.
CCC		Ca	CC	14,00%	Extremamente especulativo	Actualmente muito vulnerável.
CCC-		C	C	16,00%	Em incumprimento	Foi desencadeado um processo de falência, ou similar. Probabilidade iminente de incumprimento dos compromissos financeiros.
D	DDD DD D	D	D	18,00%	Em incumprimento	O emitente encontra-se presentemente em incumprimento de compromissos financeiros.

Fonte: Elaborado pela autora com base na informação disponível em www.thinkfn.com.¹⁰

¹⁰ Notação de Risco de Crédito, disponível em <http://www.thinkfn.com/wikibolsa/Nota%20de%20risco%20de%20cr%C3%A9dito>, consultado em 17.03.2009.

3. Para os bancos em que não há qualquer referência de *rating*, o custo do capital próprio¹¹ foi estimado de acordo com a metodologia proposta por Sarkis (2007) uma vez que se pretendia incluir na amostra o maior número de bancos possível. Esta metodologia permite obter a melhor estimativa para dados em falta através da aplicação da distribuição beta. O valor em falta é estimado de acordo com a estrutura de dados existentes na amostra e calculado com base na seguinte expressão, que define a distribuição de probabilidades:

$$V_e = \frac{V_0 + 4V_m + V_p}{6} \quad (11)$$

Fonte: Sarkis (2007: 317)

Com,

V_e : valor estimado para o valor em falta

V_0 : valor mais elevado da variável observado na amostra

V_m : valor médio da variável observado na amostra

V_p : valor mais baixo da variável observado na amostra

O valor estimado do custo do capital próprio foi de 11,7%, que equivale à categoria de risco de *lower medium grade*.

$$V_{ke} = \frac{0,146 + 4 \times 0,113 + 0,102}{6} = 0,117 \Rightarrow V_{ke} = 11,7\% \quad (12)$$

¹¹ A estimação do prémio de risco através da mesma metodologia proporciona o mesmo valor estimado para o custo do capital próprio.

Uma variante a esta metodologia poderá ser a atribuição dos prémios de risco com base no rácio de solvabilidade¹² ao invés da notação de *rating*. Veja-se, a título de exemplo, o Quadro 4.

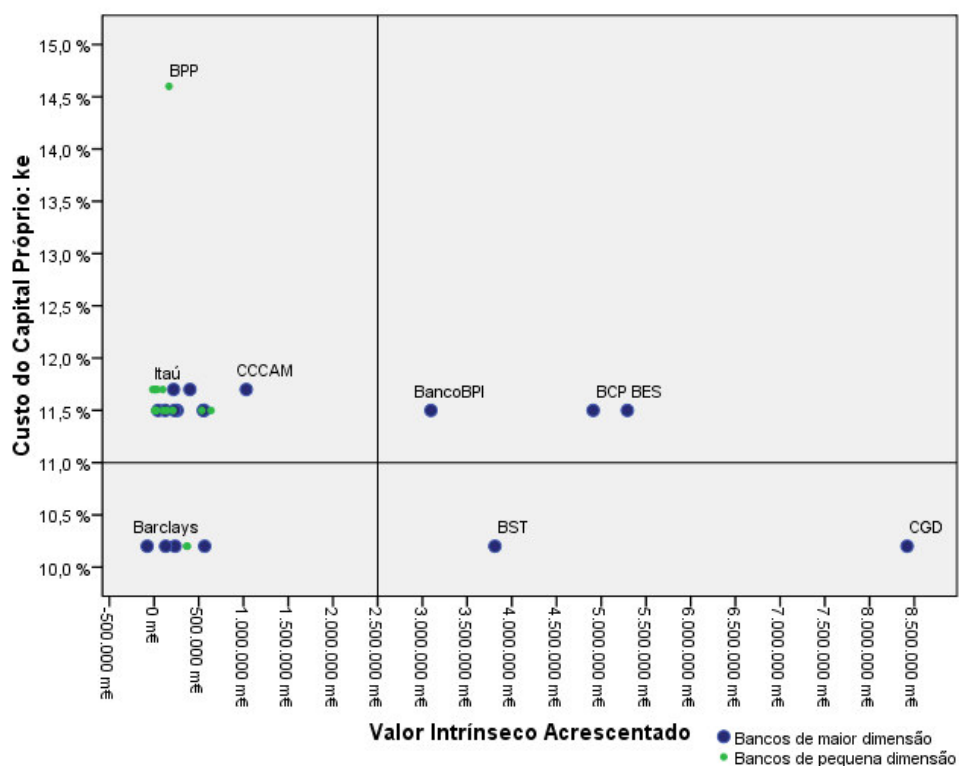
Quadro 4: Prémios de Risco por rácio de solvabilidade

Rácio de Solvabilidade	Prémio de Risco		B ₁	B ₂	B ₃	B ₄
≤ 8,0%	14,00%	t ₁	1,74%	1,74%	1,74%	1,74%
8,1% - 8,5%	6,75%	t ₂	2,4%	2,4%	2,4%	2,4%
8,6% - 9,5%	6,35%	t ₃	6,00%	6,00%	5,50%	6,00%
9,6% - 10,0%	6,00%	k _e	10,4%	10,4%	9,9%	10,4%
10,1% - 10,5%	5,75%	k _e (CAPM)	11,6%	10,6%	9,9%	11,2%
10,6% - 11,5%	5,50%					
11,6% - 13,5%	3,50%					
≥ 13,6%	2,50%					

O gráfico 1 cruza os níveis de valor criado obtidos com o custo de capital próprio estimado. Os marcadores de posição encontram-se discriminados segundo o factor dimensão/negócio, sendo os bancos de maior dimensão os 18 bancos com mais de 15 balcões e os de menor dimensão os restantes 19, especializados em determinados segmentos de mercado ou áreas de negócio.

¹² De acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal, o rácio de solvabilidade constitui o quociente entre os fundos próprios e os activos e elementos extra patrimoniais ponderados pelo risco das contrapartes nas operações e nunca deve ser inferior a 8%.

Gráfico 1: Valor intrínseco acrescentado vs. custo do capital próprio



Embora o posicionamento dos eixos de apoio seja puramente subjectivo, o nível de significância do teste de Mann-Whitney revela que os bancos de maior dimensão apresentam valor intrínseco mais elevado. Os bancos BES, BCP e BPI apresentam bons níveis de VIA e de remuneração de capitais (quadrante superior direito). Também o Banco Santander Totta e a CGD apresentam bons resultados embora com um nível de remuneração de capitais menor (quadrante inferior direito). A maioria dos bancos de pequena dimensão assegura uma boa remuneração de capitais (entre 11,5% e 12%) mas baixos níveis de VIA (quadrante superior esquerdo). O nível de significância do teste de Mann-Whitney não rejeita a hipótese de igualdade do nível de remuneração de capitais próprios entre bancos de diferentes dimensões, ou seja, o factor dimensão parece não ter influência na remuneração dos capitais próprios dos bancos. Apenas os bancos Barclays e Itaú apresentam VIA negativo dado que registaram Resultados Líquidos negativos em 2007.

4. Conclusões

A existência de metodologias de estimação do custo do capital próprio inadequadas, ou de difícil aplicação, a um grande número de empresas promove a procura de métodos alternativos para a obtenção de variáveis *proxy* de forma a viabilizar a aplicação de novas abordagens de gestão. A inexistência de informações financeiras específicas sobre a empresa a avaliar promove, frequentemente, a utilização de valores de outras empresas de rendibilidade e risco semelhantes. Esta tarefa é, em muitos casos, difícil ou mesmo impossível. Deste modo, os resultados obtidos não reflectem a realidade da empresa avaliada. O método alternativo para a estimação do custo do capital próprio proposto neste estudo contorna este problema, uma vez que assenta nas características de rendibilidade e risco da própria empresa, reflectidas na sua notação de *rating*, atribuído pelas principais consultoras financeiras mundiais, minimizando enviesamentos nos resultados obtidos. A notação de *rating* está disponível para um grande número de empresas não cotadas, o que permite alargar a aplicação de determinadas metodologias a um maior número de empresas.

A grande maioria dos investidores reconhece elevada qualidade e objectividade às notações de *rating*, devido à boa reputação das agências e à consistência das respectivas análises. Contudo, não é possível eliminar determinados factores, tais como erros de avaliação do risco, situações pontuais extraordinárias das condições económicas, financeiras ou políticas ou interesses estratégicos específicos, que podem enviesar ou influenciar de forma significativa o justo valor de indicadores envolvidos na análise. Indirectamente, o modelo alternativo proposto também está sujeito à influência destes factores. Além disso, a sua aplicação está limitada a empresas com notação de *rating* ou incluídas em grupos empresariais que disponham do mesmo, não constituindo solução para um elevado número de pequenas e médias empresas. Propõe-se, nestes casos, a utilização alternativa do rácio de solvabilidade.

Referências

- Banco de Portugal (2009). *Boletim Estatístico*, Publicações Estatísticas, <<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/BolEstatistico/Paginas/BoletimEstatistico.aspx>>, consultado em 25.03.2009.
- Brounen, Dirk; Jong, Abe De e Koedijk, Kees (2004). Corporate Finance in Europe – Confronting theory with practice, *Financial Management*, 33(4), 71-101.
- Caldeira, Jorge (2001). *Finanças Empresariais - Avaliação de Projectos de Investimento*, Temas A - Z, IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação. <<http://www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=576>>, consultado em 15.10.2009.
- Carretta, Alessandro; Farina, Vincenzo; Fiordelisi, Franco e Schwizer, Paola (2008). *Corporate culture and shareholder value in banking industry*, Munich Personal RePEc Archive, MPRA Paper No. 8304. <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/8304/1/MPRA_paper_8304.pdf>, consultado em 03.03.2009.
- Esperança, José Paulo e Matias, Fernanda (2005). *Finanças Empresariais*, Gestão & Inovação, Publicações Dom Quixote.
- Fiordelisi, Franco e Molyneux, Phil (2006). *Do cost and profit efficiency drive shareholder value? Evidence from European banking*, Financial Management Association International European Conference - Stockholm, June. <http://www.fma.org/Stockholm/Papers/Fiordelisi_Molyneux_FMA2006.pdf>, consultado em 17.10.2006.
- Fiordelisi, Franco e Molyneux, Phil (2004). *Measuring Shareholder value in European banking*, University of Wales, Bangor Business School, Working Papers. <http://sbard.bangor.ac.uk/site_english/pdf/papers/fiordelisi_molyneux.pdf>, consultado em 12.10.2006.
- Graham, John R. e Harvey, Campbell R. (2001). The theory and practice of corporate finance: Evidence from the field, *Journal of Financial Economics*, 60(2-3), 187-243.
- Koch, Timothy e MacDonald, Scott (2003). Alternative models of bank performance, *Bank Management*, 5th edition, South-Western, Thomson Learning.
- Modigliani, F. e Miller, M. (1958). The cost of capital, corporation finance and the theory of investment. *American Economic Review*, 48(3), 261-297.
- Modigliani, F. e Miller, M. (1963). Corporate income taxes and the cost of capital: a correction. *American Economic Review*, 53(3), 433-443.
- Neves, João Carvalho das (2002). *Avaliação de Empresas e Negócios*, Portugal: McGraw Hill.
- Rappaport, Alfred (1986). *Creating Shareholder Value – the new standard for business performance*, New-York: Free Press.
- Sarkis, Joe (2007). Preparing your data for DEA, in Joe Zhu and Wade D. Cook (Ed.) *Modeling data irregularities and structural complexities in Data Envelopment Analysis*, Chapter 17, Springer.
- Tabak, Benjamin Miranda; Krause, Kathleen e Portella, Gualter Ramalho (2005). Eficiência bancária: o valor intrínseco na função de produção, *Revista de Administração*, Universidade de São Paulo, Brasil, 40(4), 361-379.
- Uyemura, Dennis; Kantor, Charles e Pettit, Justin (1996). EVA for Banks: Value Creation, Risk Management, and Profitability Measurement, *Journal of Applied Corporate Finance*, 9(2), 94-113.
- Young, David e O’Byrne, Stephen (2001). *EVA and Value-Based Management – A practical guide to implementation*, McGraw-Hill.

ANA ISABEL MARTINS. Doutoranda na Universidade do Algarve - Faculdade de Economia, no ramo de Gestão, especialidade de Finanças e Contabilidade. Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, da Universidade do Algarve em parceria com o Instituto Superior de Economia e Gestão. Professora na Universidade do Algarve - ESGHT, desde 1996, tendo leccionado diversas unidades curriculares da área da Gestão Financeira. Consultora Financeira de diversos projectos e empresas. Membro da Comissão Instaladora do Pólo Tecnológico da Universidade do Algarve na qualidade de Consultora da Área Financeira, exercendo funções de apoio na concepção de modelos de orçamentação, estudos e análise de viabilidade económico-financeira e candidatura do projecto ao Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME) do Ministério da Economia.

Sistemas de turismo e ordenamento do território no regime jurídico das áreas regionais de turismo e pólos de desenvolvimento turístico

Virgílio Miguel Machado
ESGHT, Universidade do Algarve
vmachado@ualg.pt

Resumo

O novo regime jurídico nacional das áreas regionais de turismo, entidades regionais de turismo e pólos de desenvolvimento turístico, fazem emergir a necessidade de uma reflexão sistemática sobre as problemáticas do planeamento e ordenamento turístico. Apresenta-se uma breve análise jurídico-institucional da sua história em Portugal, pretendendo-se reconstituir, por uma metodologia estrutural e sistémica sobre turismo e territórios, as forças e fraquezas do regime jurídico destas entidades públicas e do ordenamento do território para o ordenamento turístico. Por último, apresentam-se directrizes a desenvolver, nos regimes jurídicos abordados que possam ser aproveitadas, com êxito, para o desenvolvimento do sector do turismo.

Palavras-chave: sistemas de turismo; poder; planeamento; ordenamento

1. Os conceitos

O que é o ordenamento turístico? Qual o papel do Direito nesse ordenamento? Que formas de ordenamento turístico existem? Como se têm projectado nos territórios? Tem o Direito Português potenciado o ordenamento turístico?

O planeamento/ ordenamento turístico deverá respeitar os princípios constitucionais de defesa da qualidade de vida e do ambiente (art.º 9.º alínea d, art.º 66.º n.º 2 alínea b) e 90.º da Constituição da República Portuguesa (adiante designada por CRP), enquanto objectivos gerais do planeamento e desenvolvimento, no quadro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, que constitui também incumbência prioritária do Estado no âmbito económico e social (art.º 81.º alínea a) da CRP).

Igualmente, tal planeamento deverá seguir as recomendações da Organização Mundial de Turismo, de que Portugal é membro desde 1976 (D.L. 519/76, de

21.07.1976), pelas quais se deve inserir (entenda-se, integrar) a planificação e ordenamento turístico na planificação geral do desenvolvimento (n.º 3 alínea b) da Carta do Turismo e Código do Turista, como aprovado pela Assembleia Geral da Organização em Setembro de 1985), assim também se respeitando o já referido princípio do desenvolvimento sustentável.

Ariño (2006) sublinha a inconveniência numa definição normativa de ordenamento turístico ou de ordenamento do território. Na verdade, o art.º 66.º 2 alínea b) da Constituição, ao definir como objectivos do ordenamento do território, a correcta localização das actividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem, separa objectivos de conceitos, parecendo ser conveniente reservar à doutrina tal definição.

Assim, planeamento e desenvolvimento devem ser entendidas como actividades políticas (Gunn, 2002), que se ocupam com a presença, distribuição e disposição no território de instrumentos que conferem capacidade de influenciar ou condicionar o desenvolvimento e bem-estar dos seus habitantes (Zoído, 2001).

Como diz Vera (1997), todos os espaços são susceptíveis de serem turísticos. A função turística traduz-se na capacidade de atrair visitantes, através de recursos de diverso tipo (Ivars, 2003).

O ordenamento turístico assenta, assim, numa capacidade funcional híbrida de conjugar solo rústico com solo urbano (ex: turismo no espaço rural, zonas de caça turística), de operar, tanto no plano físico (infra-estruturas, usos do solo) como económico (impulso de relações de comercialização, compra e venda e consumo de serviços para uma oferta turística actualizada e competitiva).

Tratar-se-á, em suma, de conjugar um planeamento estratégico, de conteúdo flexível e de conciliação de diversos objectivos (ambientais, económicos) com um planeamento normativo, de cumprimento obrigatório e de carácter vinculativo.

O Direito do Planeamento e Ordenamento Turístico deve ter como característica fundamental garantir efectividade, adequação, sobrevivendo e ajustando-se, enquanto sistema, a uma representação institucional (o Turismo),

este com a referida capacidade funcional híbrida, e “como fundamento e instrumento de costura das instituições e compreensão dos mecanismos políticos e de poder” (Pires, 1998: 25).

Para tal, o Direito deverá instituir sistemas ou organizações capazes de conciliar as referidas formas de planeamento, combinando eficientemente ordenamento, obras e infra-estruturas, ou seja, planeamento e ordenamento do território com planos de impulso a comercialização de bens e serviços (ex: promoção turística), assim como estar atento à legibilidade do Turismo enquanto sistema, fazendo inserir tais organizações num enquadramento jurídico racionalizado, coerente e com espírito de unidade.

Assim, respostas a questões como o porquê (causas de sofrimento/prazer que estão na base das razões do ordenamento), o quê (atribuições, competências que vão investir a organização nos seus objectivos), o como (recursos, instrumentos para cumprir com eficiência os objectivos), o quando (calendarização de programas de acção, investimentos) e o onde (território físico e económico) deverão estar enquadradas e conceptualizadas numa perspectiva normativa.

Apresenta-se, de seguida, um quadro (figura 1) que, recorrendo aos contributos de Ivars (2003) constitui um instrumento de referência na defesa da centralidade das organizações nos eixos dos sistemas de turismo e dos seus processos de planeamento e desenvolvimento.

O quadro permite várias leituras. A primeira, resultante da leitura da coluna da esquerda, indica-nos a necessidade de considerarmos várias escalas espaciais de ordenamento turístico, desde o simples *resort* até ao espaço turístico regional.

A segunda leitura considera a necessidade de investimento em organizações e práticas com um enquadramento jurídico sistemático e resposta eficiente (porquê, o quê, como, onde, quando) para garantir efectividade às opções de planeamento e ordenamento turístico.

Na verdade, o turismo é complexo (Valls, 2004), envolvendo diversas dimensões (solo edificável, atractivos naturais ou culturais, qualidade ambiental) que obrigam a uma necessidade imperiosa de eficiência na gestão dos processos necessários à deslocação e permanência dos visitantes.

Figura 1: As organizações, o espaço e o sistema de turismo.

ESPAÇO	ORGANIZAÇÕES (Exemplo)	SISTEMA	INCIDÊNCIAS (Exemplo)
Complexo Turístico Integrado	Aldeamento Turístico (Portugal)	Porquê?	Resolução de problemas colectivos (ex: segurança, vigilância, recolha de lixos)
Destino Turístico Local	Municípios Turísticos (Espanha) Estâncias Classificadas (França)	O quê?	Liderança no sistema turístico local (combinação de ordenamento com promoção)
Destino Turístico Sub-regional e Regional	Parques Naturais Regionais (França) Comarcas Turísticas (Espanha)	Como?	Contrato entre entidades públicas e privadas. Recursos gerados por serviços turísticos.
		Onde?	Território físico/económico
		Quando?	Calendarização de investimentos/acções/programas

Questiona-se, assim, se Portugal tem os “ingredientes” necessários (motorização normativa) para instituir organizações e sistemas efectivos de planeamento e ordenamento turístico a uma escala local, sub-regional e regional, problema que ganha particular acuidade com o regime das áreas regionais de turismo e seus desenvolvimentos.

Para o percebermos, porém, há que fazer um retrato, necessariamente sucinto, da evolução histórica nacional do regime das entidades públicas turísticas na sua conexão com o ordenamento do território.

2. O ordenamento turístico: breve evolução histórica

No regime da I República, as organizações locais de turismo, denominadas comissões de iniciativa e turismo tinham competência para executar obras e realizar melhoramentos, sendo os respectivos projectos aprovados pelo Governo ou corporações administrativas (art.º 3.º da Lei n.º 1121, de 21.04.1921).

Tal regime foi revogado pelo Estado Novo. Pelo art.º 102.º do Código Administrativo de 1936, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 27 424, de 31.12.1936, as novas organizações de turismo locais passaram a estar dependentes dos concelhos com administração pelas câmaras municipais, quando as suas sedes coincidissem (zonas de turismo) ou por juntas de turismo em caso de não coincidência. O potencial de autonomia das juntas de turismo era, todavia, fortemente, coartado pelo art.º 112.º daquele Código que vedava expressamente às juntas de turismo a concessão de obras e serviços públicos.

Começou aqui, entende-se, o drama do ordenamento turístico nacional. Ao retirar aos organismos locais de turismo as competências de planeamento de obras e melhoramentos e confiá-las aos municípios reservou àqueles meras competências sectoriais (ex: promoção e animação turística).

Tal impediu a comunicação e eficiência política híbrida para a área do ordenamento do território, subtraindo capital institucional local aos processos de planeamento e desenvolvimento turístico e confundindo funções turísticas com funções municipais e planos de urbanização com planos turísticos.

Muitas disposições sobre ordenamento de zonas turísticas constituiriam “letra morta do legislador.” Refira-se, com interesse, neste contexto, a elaboração tornada obrigatória para as câmaras municipais de plantas topográficas e planos gerais de urbanização para as zonas de interesse turístico, recreativo, climático, terapêutico, espiritual, histórico ou artístico em relação a publicar pelos Ministérios do Interior e das Obras Públicas e Comunicações (art.º 2.º alínea b) do Decreto-Lei 24.802, de 21.12.1934).

O regime político do Estado Novo continuou a manutenção desta obrigação. Assim o impuseram, também, o art.º 2. alínea b) do Decreto-Lei de 5.09.1944 e o

art.º 2.º alínea b) do D.L. n.º 560/71, de 17.12.1971, o que demonstra uma intenção de ordenamento e planeamento de imposição *top-down* de planos de urbanização para as zonas de interesse turístico.

Por falta de meios financeiros, vontade política, incapacidade dos concelhos ou de uma organização local dinâmica em termos de turismo, só se conhece, neste contexto, a conclusão em 1935 e a aprovação em 1948, do Plano da Costa do Sol (PUCS) (Ferreira, 2005) e elaboração do Plano Director do Algarve na década de 60, denominado Plano Dodi (Pina, 1988), cujo enquadramento não se traduziu em qualquer instrumento normativo, constituindo tentativas não efectivamente implementadas de ordenamento turístico a uma escala supra-local.

O tema do ordenamento turístico voltaria a ser colocado na III República. Com a entrada de Portugal na União Europeia, dá-se uma externalidade importante na nossa estrutura económica e social, pela exposição e oportunidade de desenvolvimento dos nossos recursos a um mercado alargado (Reis, 2007) e com importante acesso aos fundos estruturais da União Europeia para o nosso desenvolvimento regional.

Neste contexto favorável, o Estado toma uma posição de liderança no processo de desenvolvimento turístico e regional, assumindo politicamente a necessidade de criação de um Plano Nacional de Turismo pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) (n.º 17-B/86, de 14.02.1986), considerando como área-chave o ordenamento turístico do território (ponto 4.3. alínea a).

Adoptando o conceito de região homogénea, seleccionaram-se áreas de intervenção prioritária, definindo-se algumas figuras de ordenamento turístico, quais sejam:

- a) As regiões de ordenamento turístico (ROT) que orientariam o aproveitamento dos recursos turísticos do país;
- b) As regiões específicas de aproveitamento turístico (REAT), constituídas por áreas onde existissem condições específicas para aproveitamento turístico;

- c) Os eixos de desenvolvimento turístico (EDT), constituídos por conjuntos direccionais de núcleos que, mercê da criação de novos equipamentos, recuperação dos existentes e lançamento de programas de promoção e animação, pudessem constituir elementos importantes do desenvolvimento turístico da região onde se inserissem;
- d) Os pólos de desenvolvimento turístico (PDT) definidos por áreas onde se concentram importantes recursos e equipamentos turísticos (ponto 4.3.alínea a).

O ordenamento turístico do país seria completado pela criação das áreas de interesse turístico a que se referiam os art.ºs 57.º a 73.º do Decreto-Lei n.º 328/86, de 30.09.1986, mediante proposta das câmaras municipais interessadas, que tinham como objectivo especial definir parâmetros e normas que permitissem o seu aproveitamento e desenvolvimento turístico de forma harmoniosa e integrada, em ordem a preservar da melhor forma as suas características e meio ambiente e a minorar os efeitos negativos do impacto resultante do crescimento turístico (art.º 59.º).

Estas figuras de ordenamento turístico não teriam consagração no regime jurídico dos planos de ordenamento do território. O Decreto-Lei n.º 176-A/88, de 18.05.1988, que aprovou os planos regionais de ordenamento do território a eles não se referiu, contendo uma vaga referência à protecção de valores de interesse recreativo ou turístico no relatório do Plano (art.º 9.º n.º 2 alínea e). Tão pouco, o Decreto-Lei. n.º 69/90, de 02.03.1990, que aprovou o então regime dos planos municipais de ordenamento do território, contém alguma referência às áreas de interesse turístico (art.º 28.º).

Esta falta de comunicação no regime jurídico do pretendido ordenamento turístico com o ordenamento do território conteve o ordenamento turístico no âmbito de uma política sectorial de turismo e para servir de orientação aos financiamentos a conceder pelo Fundo de Turismo, no âmbito dos emergentes sistemas financeiros de apoio ao turismo, como veio expressamente a reconhecer o legislador no preâmbulo do Despacho Normativo n.º 90/88, de 20.10.1988.

Este diploma classificou 23 municípios do país como pólos de desenvolvimento turístico. Zonas turísticas sectorialmente saturadas também foram só consideradas para os efeitos desses sistemas de financiamento (Portaria 162/89, de 02.03.1989 e 975/92, de 13.10.1992). Todavia, por aqui se ficaram as consequências das opções pretendidas e ambiciosas de ordenamento turístico nacional.

O Plano Nacional de Turismo de 1986 é um bom exemplo histórico como a inexistência de organizações ou sistemas eficientes que façam a transposição do planeamento sectorial para o ordenamento do território, “condenam à morte” as opções de planeamento e desenvolvimento turístico (ROT, EDT, REAT, PDT) previstas em simples Planos Sectoriais, tornando-as frágeis e dependentes das variações das conjunturas políticas e mudanças de Governo.

Dificuldades também se descortinam com o Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, cuja concepção e implementação tem sido sucessivamente objecto de várias RCM (n.º 46/88, de 12.10.1988; 139/2003, de 29.08.2003; 75/2005, de 17.03.2005 e 116/2006, de 20.09.2006), confirmando a visão variável e conjuntural das suas opções políticas de planeamento e desenvolvimento, sem transposição efectiva eficiente para instrumentos de gestão territorial, nomeadamente para o Plano intermunicipal de ordenamento do território do Alto Douro Vinhateiro aprovado pela RCM n.º 150/2003, de 22.09.2003.

Assim, o sucesso do planeamento turístico dependerá da capacidade do legislador em instituir programas com práticas eficientes de coordenação horizontal de planos sectoriais (ex: transportes, energia, comunicações, urbanismo), de coordenação vertical dos distintos níveis e escalas de planeamento (local, regional e nacional) e superação de conflitos de competências, técnicas de alinhamento entre interesses públicos (comissões mistas, conferências) e destes com interesses privados (contratos, convénios), não raro prevendo a criação de organizações específicas suportadas, pelo menos parcialmente, com receitas provenientes de actividades turísticas geradas nos próprios territórios, assim se assegurando circularidade, identidade e auto-

referenciação entre sector público e privado, desejável numa lógica de organização sistémica dos territórios.

Pergunta-se, então, se as entidades regionais de turismo e pólos de desenvolvimento turístico têm um regime jurídico que as habilita a tornarem-se líderes, eixos dos processos de planeamento e desenvolvimento turístico dos seus territórios.

3. O regime actual das áreas regionais de turismo e pólos de desenvolvimento turístico

O Turismo de Portugal, I.P., tem como atribuição promover uma política adequada de ordenamento turístico e de estruturação da oferta, em colaboração com os organismos competentes, intervindo na elaboração dos instrumentos de gestão territorial, participando no licenciamento ou autorização de empreendimentos e actividades, reconhecendo o seu interesse para o turismo ou propondo ao Governo o reconhecimento da respectiva utilidade turística (art.º 4.º n.º 2 alínea h) do Decreto-Lei n.º 141/2007, de 27.04.2007).

Todavia, o regime jurídico das áreas regionais de turismo (Decreto-Lei n.º 67/2008, de 10.04.2008) não prevê qualquer atribuição ou missão específica a estas entidades em matéria de ordenamento turístico, nomeadamente, intervindo na elaboração dos instrumentos de gestão territorial, tão só prevendo a identificação e dinamização dos recursos turísticos existentes (art.º 5.º n.º 1 alínea c)). O tema é novamente enquadrado nas portarias regulamentadoras das atribuições e competências das entidades específicas regionais de turismo (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve) criadas por virtude daquele regime, respectivamente, contidas nas Portarias 1039 e 1037 de 15.09.2008; 940 de 21.08.2008; 1038 de 15.09.2008 e, finalmente, 936 de 20.08.2008.

Na verdade, a Entidade Regional de Turismo do Norte tem como missões, designadamente, participar na elaboração de todos os instrumentos de gestão territorial que se relacionem, ainda que indirectamente, com a actividade turística

(art.º 3.º n.º 2 alínea u) da Portaria 1039), fórmula que é repetida em Lisboa (art.º 3.º n.º 1 alínea d) da Portaria 940) e no Alentejo (art.º 11.º n.º 1 alínea d) da Portaria 1038). O Turismo do Centro tem uma fórmula mais modesta, pois intervém só quando solicitado (art.º 3.º n.º 1 alínea d) da Portaria 1037).

Por sua vez, o Algarve remete para um órgão específico (a direcção) a competência de participar, através da emissão de pareceres, na elaboração, implementação e revisão de planos de ordenamento territorial e na elaboração e revisão dos Planos Directores Municipais dos municípios integrantes do Turismo do Algarve (art.º 15.º n.º 1 alíneas g) e h) da Portaria 936), sem qualquer referência às atribuições da entidade nessa matéria.

Esta ligação entre o ordenamento do território (participação nos instrumentos de gestão territorial) com o desenvolvimento de objectivos de carácter estratégico e sectorial de promoção turística habilita as entidades regionais de turismo a intervirem com mais efectividade no ordenamento turístico do território, o que se saúda como passo positivo do nosso legislador em sistemas e organizações de turismo.

Todavia, a fórmula normativa utilizada no Algarve “plano de ordenamento territorial” afasta-se, desaconselhavelmente, do conceito legal (instrumento de gestão territorial) previsto na Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo (art.º 8.º da Lei 48/98, de 11.08.98, como alterado pela Lei 54/2007, de 31.08.2007, adiante designada LBOTU).

Tal utilização imprecisa pode levantar problemas, quer por ser mais limitativa (os planos de ordenamento do território são apenas regionais e intermunicipais (art.º 9.º n.º 1 alíneas b) e c) da LBOTU), quer por serem apenas instrumentos de desenvolvimento territorial, ficando de fora instrumentos de planeamento territorial, como os planos de urbanização e de pormenor e ainda instrumentos de política sectorial e de natureza especial (art.º 8.º alíneas c) e d) da LBOTU).

Sugere-se, assim, uma uniformização de termos à volta do conceito de “instrumentos de gestão territorial” a ser estendido ao Algarve. Sugere-se também que atribuições e competências de organismos públicos em matéria de

intervenção, obrigatória ou facultativa, na elaboração de instrumentos de gestão territorial sejam desenvolvidas nos princípios ou bases gerais do regime jurídico do ordenamento do território e urbanismo.

Como tal, devem ser exercidos no âmbito dos poderes legislativos do Governo (art.º 198.º n.º 1 alínea c) da CRP) no desenvolvimento da LB POTU, esta constituindo competência de reserva relativa da Assembleia da República (art.º 165.º n.º 1 alínea z) da CRP) e transpostos, pois, para o regime geral das áreas regionais de turismo e não por simples portaria regulamentar caso a caso.

A competência legislativa parece ser, assim, o mecanismo capaz de garantir o cruzamento da política sectorial do turismo com o ordenamento do território e urbanismo e com as necessárias garantias formais que permitam a viabilidade desse cruzamento, o que não acontece no regime das áreas e entidades regionais de turismo.

Assim, não obstante as atribuições das entidades regionais de turismo manifestarem preocupação com o aproveitamento sustentado dos recursos turísticos (ex: art.º 3.º n.º 1-Norte; art.º 2.º n.º 1 - Centro), à excepção do Algarve, que utiliza a expressão “qualificação do território” (art.º 3.º n.º 1), as fórmulas jurídicas para concretizar um efectivo ordenamento turístico do território devem ser reforçadas.

Por exemplo, a identificação dos recursos turísticos, entendida como atribuição das entidades regionais de turismo (art.º 5.º n.º 2 alínea b) do Decreto-Lei n.º 67/2008) e continuada nas portarias regulamentadoras das entidades regionais de turismo através, designadamente, da proposta de classificação de sítios e locais de interesse para o turismo (ex: art.º 3.º n.º 2 alínea f) – Norte e art.º 3.º n.º 2 alínea i)- Algarve) deve ser concretizada através de mecanismos de carácter procedimental, organizatório e sistemático que traduzam efectiva inserção nos instrumentos de gestão territorial.

Respostas necessárias sobre a quem é dirigida tal classificação e onde se concretiza o ordenamento turístico devem ser respondidas para os instrumentos de planeamento territorial, para instrumentos de política sectorial com expressão territorial ou na qualificação projecto a projecto.

Sugere-se, pois, uma reformulação do regime jurídico das áreas regionais de turismo com um enquadramento sistemático (porquê, o quê, como, onde, quando) que a coloque nos eixos dos processos de planeamento e desenvolvimento turístico.

Todas estas considerações estendem-se aos Pólos de Desenvolvimento Turístico previstos no regime jurídico das áreas regionais de turismo (art.º 4.º e Anexo ao Decreto-Lei 67/2008, de 10.04.2008), cujo estatuto foi recentemente publicado (Douro, Estrela, Leiria - Fátima, Oeste, Alqueva e Alentejo Litoral, respectivamente, nas Portarias 1050, 1054, 1052, 1053 e 1151, de 13.10.08 e 1163, de 15.10.2008).

O enquadramento para os pólos de desenvolvimento turístico resulta do Plano Estratégico Nacional de Turismo, contido na RCM n.º 53/2007, de 04.04.2007, no seu ponto III n.º 4 (Linhas de orientação para os pólos de desenvolvimento turístico) e que salienta a necessidade de pugnar por modelos de desenvolvimento sustentado, de fortalecimento do tecido económico regional, com circuitos que permitam promoção e dinamização integrada dos respectivos recursos turísticos.

Na continuação do regime das entidades regionais de turismo, pretende-se que estes pólos tenham intervenção na elaboração dos instrumentos de gestão territorial que se relacionem com a actividade turística (ex: Norte – art.º 3.º n.º 3 alínea m); Leiria-Fátima – art.º 3.º n.º 2 alínea l); Alqueva – art.º 3.º n.º 3 alínea e)) e que sejam transpostos para o ordenamento do território.

Regista-se, com interesse, nas atribuições de algumas destas entidades, a criação de um observatório da actividade turística, visando acompanhar a implementação da estratégia turística regional e avaliar o desempenho da situação turística regional (Centro – art.º 3.º n.º 1 alínea c); Lisboa – art.º 3.º n.º 1 alínea c); Alentejo – art.º 11.º n.º 1 alínea c)).

Caso tais observatórios sejam implementados, com boa estruturação técnica, poderão ser um bom passo para um adequado planeamento e ordenamento turístico dos respectivos territórios. Actividades de inventariação, estudo, investigação, formação de activos, divulgação, promoção, previstas no regime

jurídico dos pólos de desenvolvimento turístico são fundamentais para tal planeamento e ordenamento. O que se afigura decisivo é o financiamento das mesmas que deveria ser gerado, parcialmente, com receitas provenientes da actividade turística nos respectivos territórios.

Este enquadramento deve ser complementado pelo legislador no funcionamento dos sistemas de turismo no Direito do Ordenamento do Território e do Urbanismo.

4. O turismo no regime jurídico do Direito do Ordenamento de Território e Urbanismo

O turismo é entendido como instrumento de política sectorial (espécie dos instrumentos de gestão territorial), com incidência e expressão territoriais (art.º 8.º alínea c); 9.º n.º 3 da LBOTU e 36.º alínea c) do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22.09.1999, como alterado pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19.09.2007, que aprova o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e adiante designado RJGT).

O entendimento é reiterado no art.º 35.º n.º 2 alínea a) do RJGT, enquanto instrumento de concretização de uma política com incidência na organização do território. Por sua vez, a localização e distribuição das actividades e espaços turísticos devem ser identificadas nos instrumentos de gestão territorial (art.º 19.º n.º 1 do RJGT).

Os planos sectoriais vinculam as entidades públicas competentes para a elaboração e aprovação de planos municipais (art.º 10.º n.º 3 da LBOTU). Dispõe também o art.º 23.º n.º 5 do RJGT que os planos regionais de ordenamento do território integram as opções definidas pelos planos sectoriais pré-existentes.

Os art.ºs 35.º a 38.º do RJGT definem os Planos Sectoriais, o seu conteúdo material e documental, assim como a obrigatoriedade de identificar e ponderar, nos diversos âmbitos, os planos, programas e *projectos*, designadamente da

iniciativa da Administração Pública, considerando os que já existem e os que se encontrem em preparação, de forma a assegurar as necessárias compatibilizações (art.º 38.º n.º 3).

Este princípio, denominado pela doutrina (Oliveira, 2002; Correia, 2008) de hierarquia mitigada, da necessária coordenação ou mesmo contra-corrente, implica uma compatibilização de novos planos com os anteriores, mesmo que hierarquicamente inferiores, sendo admitido também o princípio da posterioridade, desde que se verifique identificação das normas preexistentes de planos sectoriais ou planos especiais anteriores revogadas, quando numa mesma área territorial incida mais do que um plano especial ou sectorial (art.º 23.º n.º 6 do RJIGT).

Este princípio mitiga a prevalência dos planos sectoriais sobre planos municipais e planos regionais de ordenamento do território. Na verdade, o próprio art.º 25.º n.º 1 do RJIGT estabelece que os planos sectoriais devem indicar quais as formas de adaptação dos planos municipais de ordenamento do território preexistentes determinadas pela sua aprovação.

Este esforço não tem equivalente em sentido contrário (o sentido da contra-corrente), pois é possível a ratificação pelo Governo de planos municipais, em derrogação de planos sectoriais ou regionais de ordenamento incompatíveis (art.º 80.º n.º 1 do RJIGT), bastando a mera identificação das normas dos instrumentos de gestão territorial revogados ou alterados (art.º 25.º n.º 3).

Com as alterações introduzidas pelo já referido Decreto-Lei n.º 316/2007 ao RJIGT e que acentuaram, via simplificação administrativa, o princípio da contra-corrente, não existe sujeição a ratificação pelo Governo de planos de urbanização ou de pormenor, incompatíveis com os planos directores municipais ou planos superiores.

O art.º 6.º-A do RJIGT, sob a epígrafe contratualização, permite que qualquer interessado apresente propostas de contratos para elaboração, alteração ou revisão de planos de urbanização ou planos de pormenor, sem necessidade de prazos mínimos de estabilidade desses planos.

O contrato confirma-se, assim, como poderoso instrumento de flexibilidade do ordenamento jurídico do território e do urbanismo, com consequências importantes para a implantação de projectos turísticos e de organizações de poder locais nos territórios, baseados em planos de pormenor e urbanização específicos (vejam-se os exemplos recentes do Autódromo Internacional do Algarve e Núcleo Turístico da Cortesia - Avis-Alentejo, contidos, respectivamente, nas RCM n.ºs 152/2007, de 2.10.2007 e 154/2006, de 15.11.2006).

Todos os indicadores normativos do regime jurídico do planeamento e ordenamento do território nacional confirmam o contrato, o plano de urbanização e/ou de pormenor, como instrumentos privilegiados de planeamento e ordenamento turístico à escala do *resort*, do conjunto e complexo turístico.

A contenção do turismo num plano sectorial, sem eficiência política na combinação com outros sectores horizontais do planeamento (ex: transportes, energia, comunicações, ambiente, agricultura, florestas), como seria desejável, limita as potencialidades do regime jurídico do ordenamento do território na sua aplicação eficiente aos sistemas de turismo.

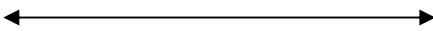
Tal limitação também tem repercussões numa perspectiva exclusivamente estratégica e desenvolvimentista do turismo e, em consequência, do ordenamento turístico em que o território é mero factor de suporte de uma actividade económica.

Na verdade, as tendências mais recentes da doutrina (Ariño, 2006; Ivars, 2003) fazem valorizar o território enquanto factor de localização e produção das actividades turísticas, obrigando estas, por uma questão de eficiência, insista-se, a uma coordenação de políticas sectoriais, na base de um território aglutinante, para qualificação e simultânea promoção dessas actividades.

Assim, o regime jurídico português do ordenamento do território e urbanismo necessita de fazer a ligação, a superação, a combinação política eficiente pretendida pelos sistemas de turismo entre planificação estratégica e normativa, sectorial e territorial ou ainda entre planificação económica e física. Ilustra-se a conclusão através da figura 2:

Não existem modelos ideais de planificação turística. Como bem nota Vera (1997), a fase inicial de arranque no desenvolvimento de uma zona turística poderá obrigar o legislador a acentuar vertentes de planificação física (infra-estruturas, cuidado desenho urbano, integração na paisagem, uso do solo urbano e não urbano) que não se encontram numa mera planificação sectorial. Esta, por sua vez, poderá ser tida mais em conta na maturidade de uma zona turística.

Figura 2: Modelos de planificação e sistema de turismo.

SISTEMA TURISMO	Estratégica	Normativa
	Sem carácter vinculativo, de conteúdo flexível, uns objectivos ambientais, territoriais e económicos.	De cumprimento obrigatório e carácter vinculativo, nível de concretização directo e imediato.
	Sectorial	Territorial
	Estruturas de projectos e produtos tendo em vista a protecção/valorização de um sector de actividade.	Coordenação de várias políticas sectoriais na base de um território aglutinante.
	Económica	Física
	Impulso de relações de comercialização, intercâmbio, compra e venda e consumo de serviços (território -suporte).	Sistematização/integração funcional de relações humanas com meio ambiente através de infra-estruturas e usos do solo (território- factor de localização e produção).
	 SISTEMA TURISMO	

O regime jurídico do planeamento e ordenamento do território necessita de potenciar o ordenamento turístico como integrado no ordenamento territorial (ex: planos regionais ou intermunicipais de ordenamento do território), permitindo assim a sua integração neste, como é desejável na perspectiva dos sistemas de turismo a uma escala territorial mais alargada (litoral, montanha, espaço rural). Tal perspectiva desenvolveria a actividade económica turística a um território mais extenso e com maiores potencialidades de oferta turística integrada e de promoção.

A permissão genérica de princípios de contra-corrente e de hierarquia mitigada no nosso ordenamento territorial no *resort*, no plano de urbanização ou de pormenor à escala municipal, através de uma contratualização eficiente entre municípios e promotores privados, resultante da vinculação simultânea dos planos municipais para entidades públicas e privadas (art.º 11.º n.º 2 da LBOTU) tem consequências importantes. Tais princípios transportam para o município o palco territorial, segundo González e Ibáñez (2006), onde se ganha e perde o poder. Da mesma forma, desvirtua-se a possibilidade de implementação de sistemas turísticos específicos de planeamento e ordenamento turístico a escalas territoriais sublocais, sub-regionais ou regionais.

Pergunta-se se vectores, designadamente, como o ambiente, os recursos hídricos ou as florestas, paisagem rural ou urbana só para se citar alguns exemplos, poderão ser defendidos eficientemente a um nível de projecto, de *resort* ou mesmo num plano municipal? A resposta será tendencialmente negativa, sendo aqueles vectores imprescindíveis a um correcto ordenamento turístico sustentável do território.

Conclui-se, assim, por um desrespeito dos princípios do desenvolvimento sustentável expressos na Constituição (art.º 81.º alínea a) e, em consequência, do turismo sustentável integrado num ordenamento territorial a uma escala mais alargada. Por seu turno, o cruzamento potenciado entre política sectorial e ordenamento do território no novo regime jurídico das áreas regionais de turismo e pólos de desenvolvimento turístico apenas poderá ser efectivado no cumprimento daqueles princípios.

Vejamos agora a relação entre sistemas de turismo e sistemas de gestão territorial. A LBOTU dispõe que a política de ordenamento do território e urbanismo assenta num sistema de gestão territorial com três âmbitos distintos: o nacional, o regional e o local. O princípio afirmado é o da coordenação destes âmbitos, através de um conjunto coerente e racional de instrumentos de gestão territorial (art.º 7.º n.º 1 e n.º 3).

Os instrumentos de gestão territorial, por sua vez, são divididos em instrumentos de desenvolvimento territorial, de natureza estratégica, de

planeamento territorial, de natureza regulamentar e que estabelecem o regime do uso do solo e parâmetros de seu aproveitamento, de instrumentos de política sectorial, que programam ou concretizam as políticas de desenvolvimento económico e social com incidência espacial e, finalmente, instrumentos de natureza especial que estabelecem um meio supletivo de intervenção do Governo para áreas específicas do território (art.º 8).

Esta divisão afigura-se-nos contrária e contraproducente à visão dos sistemas e, em particular, como já assinalámos, aos sistemas de turismo. Na verdade, a proliferação de instrumentos territoriais pode facilmente transformar o regime do ordenamento do território e urbanismo num emaranhado normativo e complexo labiríntico de onde é difícil descortinar as linhas fundamentais e coerentes do planeamento (porquê, o quê, como, onde e quando) que traduzem a ideia de um sistema. Fernández (2002), em comentário ao ordenamento jurídico espanhol, traduz a mesma ideia.

Enquanto actividade política e de poder, o planeamento, permita-se-nos a metáfora, é como a água, ou seja, escorre por onde mais eficientemente se lhe permita uma saída. Na ausência de um princípio de hierarquia normativa na Constituição ou no regime de ordenamento do território e urbanismo, valerão outros princípios fundamentais do Direito, como o da especialidade ou da posterioridade (art.º 7º n.º 1 e n.º 3 do C.Civil).

A especialidade afirma o primado do concreto sobre o abstracto, do particular sobre o geral, traduzindo uma prevalência das escalas locais sobre as regionais ou nacionais, naquelas eficientemente se combinando interesses públicos e privados. Assim, não admira que os instrumentos de gestão territorial vinculativos para entidades públicas e privadas sejam os planos municipais e especiais do ordenamento do território (art.º 11.º n.º 2 da LBOTU). Estes instrumentos, traduzindo escalas especiais mais concretas e definidas prevalecerão sobre outros instrumentos de gestão territorial. Os princípios, já referidos supra, da hierarquia mitigada e da contra-corrente vão no mesmo sentido.

A posterioridade afirma a adaptação do planeamento às circunstâncias resultantes de alteração significativa das perspectivas de desenvolvimento económico e social ou da realidade ambiental. O uso lato das faculdades previstas nos art.ºs 99.º e 100.º do RJGT, ou seja, de suspensão dos instrumentos de desenvolvimento e planeamento territorial para “actualização” às exigências do desenvolvimento, tem sido uma constante “do direito da vida” do nosso ordenamento.

A potencial contribuição do regime jurídico do ordenamento do território e do urbanismo para o ordenamento turístico faz-se, curiosamente, de forma facultativa e à margem do “sistema de gestão territorial”. O art.º 17.º da LBOTU prevê os programas de acção territorial como forma de coordenação das actuações das entidades públicas e privadas interessadas na definição da política de ordenamento do território e urbanismo e na execução dos instrumentos de planeamento territorial.

Os programas são positivos para os sistemas de turismo, porquanto têm por base um diagnóstico das tendências de transformação das áreas a que se referem (o porquê), definem os objectivos a atingir no período da sua vigência (o quê), especificam as acções a realizar pelas entidades neles interessadas (como) e estabelecem o escalonamento temporal dos investimentos neles previstos (o quando), de acordo com o art.º 17.º n.º 2 da LBOTU, pelo que consideram como fundamentais para sistemas de planeamento e ordenamento do território, incluindo para os sistemas de turismo.

Assim, o regime jurídico do ordenamento do território e do urbanismo, não obstante formalmente consagrar um sistema de gestão territorial, materialmente não tem os conteúdos, os ingredientes necessários à motorização desse sistema, porque fundamentalmente não assenta num princípio de unidade do ordenamento territorial.

Impunha-se repensar o princípio de hierarquia normativa entre escalas regionais e locais no ordenamento (v.g. em planos intermunicipais de ordenamento do território), fazer integrar, com organizações estruturadas (ex: áreas regionais de turismo ou pólos de desenvolvimento turístico) o cruzamento

de perspectivas sectoriais de planeamento e desenvolvimento em escalas territoriais aglutinantes, integrar planeamento estratégico e físico em territórios supra-locais, sendo o ambiente, a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável os eixos fundamentais desse ordenamento, conforme determinado na Constituição da República (art.ºs 66.º n.º 2 e 81.º alínea a).

Assim, em ordem à sustentabilidade dos processos de ordenamento turístico, considera-se necessário reposicionar e propor de “jure condendo” as seguintes opções simultâneas, de alteração quer ao regime jurídico do ordenamento do território e urbanismo, quer ao regime das áreas regionais de turismo e pólos de desenvolvimento turístico:

- a) Tornar planos intermunicipais de ordenamento com carácter turístico como directivos e de conformidade para planos directores municipais, colocando as associações de municípios de interesses específicos (art.º 34.º da Lei 45/2008, de 27.08.2008) na liderança dos processos de decisão do planeamento e desenvolvimento turístico regional ou sub-regional (ex: Associação de Municípios do Distrito de Évora ou Associação de Municípios do Baixo Tâmega);
- b) Prever que os planos de ordenamento turístico constituam uma das formas de planos especiais de ordenamento do território (art.º 2.º n.º 2 alínea c) do RJIGT), nesse caso, instituindo organizações específicas para a sua gestão que assegurem a liderança dos processos de decisão de planeamento e desenvolvimento turístico na área coberta pelo plano, reforçando o papel das áreas regionais de turismo e pólos de desenvolvimento turístico, como entidades sistémicas de consulta, conservação e divulgação dos planos com participação pública de municípios e privada com organizações empresariais e associações que envolvam população local, permitindo hibridiz e eficiência de poder a tais planos.

A necessidade de organizações híbridas que façam a ligação ou a superação entre vários modelos de planificação que combinem eficientemente interesses públicos e público-privados em determinadas áreas territoriais, afigura-se importante para romper o efeito de inércia resultante da divisibilidade de planos

de ordenamento, nacionais, regionais e locais, sectoriais e territoriais, que constituem o complexo labiríntico do ordenamento jurídico nacional em matéria de ordenamento do território e urbanismo.

A integração da planificação turística na planificação territorial acompanha as tendências da Europa. Em Espanha, das 17 Regiões Autónomas, 10 (entre elas, as mais importantes do ponto de vista turístico - Andaluzia, Baleares, Canárias) têm a planificação turística integrada total ou parcialmente com a planificação territorial (Ivars, 2003).

Por sua vez, em França, os projectos hoteleiros (mais de 50 ou 30 quartos, consoante se esteja em Paris ou resto de França) são acompanhados de estudos que visam determinar seu impacto no território de proximidade (ex: serviços comerciais, artesanais, gestão do espaço, rede de transportes, consumos energéticos, poluição - art.º L- 752-1 do Código do Comércio).

A visão sistémica defendida neste artigo colocará Portugal mais próximo dos países da Europa que têm melhores indicadores em matéria de turismo, em virtude dos mesmos colocarem o turismo no eixo dos seus processos de planeamento e ordenamento territorial (Machado, 2009).

5. Conclusões

- a) O sistema de gestão territorial do direito do ordenamento do território e urbanismo português e, em consequência de um sistema de turismo, resulta prejudicado pela ausência de um princípio de hierarquia normativa e de unidade do ordenamento territorial;
- b) Os princípios da coordenação, da hierarquia mitigada e da contra-corrente no direito do planeamento e ordenamento do território têm como consequência a afirmação efectiva de poderes e práticas de planeamento que privilegiam a derrogação do geral pelo particular, do integrado pelo concreto, com prevalência de normas especiais em contextos locais contratualizados, não raro conduzindo à suspensão de planos gerais, por

- motivos de actualização das perspectivas de desenvolvimento económico, social e ambiental (princípio da posterioridade);
- c) Os princípios da especialidade e posterioridade em contextos locais contratualizados favorecem tão só o planeamento em turismo à escala de projecto e *resort* e prejudicam os sistemas de planeamento e desenvolvimento, também de turismo, a uma escala mais alargada, constituindo sério óbice ao cumprimento do princípio constitucional do desenvolvimento sustentável;
 - d) A história institucional do ordenamento turístico português (ex: Plano Nacional de Turismo de 1986), revela dificuldades no cruzamento entre política sectorial de turismo e ordenamento do território e urbanismo, conduzindo à insuficiência e inefectividade de opções políticas de planeamento e ordenamento turístico;
 - e) Os regimes das áreas regionais de turismo e pólos de desenvolvimento turístico, salvaguardadas determinadas garantias formais em sede legislativa, contêm potencialidades para suprir as insuficiências do direito do ordenamento do território e urbanismo, combinando política sectorial com ordenamento do território e urbanismo, e, conseqüentemente, com o ordenamento turístico;
 - f) O ordenamento turístico necessita de ser refundado num paradigma jurídico sistémico que assegure a capacidade das organizações (ex: áreas regionais de turismo, pólos de desenvolvimento turístico, associações de municípios de interesse específico) de entrecruzarem e desenvolverem trabalho entre si e de agirem com eficiência e efectividade com planos e modelos híbridos que superem divisões e barreiras de planeamento, integrando Estado, municípios e com participação de entidades privadas com modelos de planificação, usos do solo e actividades económicas e ambientais, assim se assegurando o cumprimento do princípio constitucional do desenvolvimento sustentável;
 - g) O ordenamento turístico deverá também evoluir para escalas territoriais mais alargadas, prevendo-se a sua integração e desenvolvimento em

planos intermunicipais ou especiais de ordenamento do território, de onde resultem programas ou sistemas de acção territorial capazes de implementarem os modelos e planos assinalados na alínea anterior e considerados adequados aos processos de planeamento e desenvolvimento turístico.

Referências

- Ariño, O.B. (2006). *Ordenación del Territorio y Turismo*. Barcelona: Atelier.
- Correia, F.A. (2008). *Manual de Direito do Urbanismo*. Vol. I. Coimbra: Almedina.
- Fernandéz, T. (2002). Política Territorial, Desarrollo Sostenible Y Seguridad Jurídica. In D. Blanquer (Coord.), *Ordenación y Gestión del Territorio Turístico* (pp. 35-48). Valência: Tirant lo Blanch.
- Ferreira, A.F. (2005). *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- González, S. (2006). *Urbanismo y Ordenación del Territorio*. Cizur Menor: Aranzadi.
- Gunn, C.A. (2002). *Tourism planning - Basics, Concepts, Cases*. Londres: Routledge.
- Ivars, J. A. (2003). *Planificación Turística de los Espacios Regionales en España*. Madrid : Editorial Síntesis.
- Machado, V. (2009). *Direito, Turismo e Poder - os Territórios Turísticos*. Tese de Doutoramento não publicada apresentada à Universidade de Aveiro.
- Oliveira, F.P. (2002). *Direito do Ordenamento do Território*. Coimbra: Almedina.
- Pina, P. (1988). *Portugal – o Turismo no Século XX*. Lisboa: Lucidus.
- Pires, F.L. (1998). *Introdução à Ciência Política*. Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- Reis, J. (2007). *Ensaio de Economia Impura*. Coimbra: Almedina.
- Valls, J.F. (2004). *Gestión de Destinos Turísticos Sostenibles*. Barcelona: Ediciones Gestión 2000.
- Vera, R. (1997). *Análisis Territorial del Turismo*. Barcelona: Ariel.
- Zoído, N. (2001). La Ordenación del Territorio a Distintas Escalas Espaciales. In A. G. Olcina e J. G. Mendoza (Coord.), *Geografía de España* (pp.595-618). Barcelona: Ariel.

VIRGÍLIO MIGUEL RODRIGUES MACHADO, casado, 2 filhas, 44 anos, é natural de Portimão, cidade onde reside. Professor Adjunto na Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve desde 1993, é Doutorado em Turismo pela Universidade de Aveiro. Jurista de formação, foi advogado, consultor jurídico na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Algarve (1991-1993) e do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Turismo do XVI Governo Constitucional (2004-2005). A sua área de investigação é o Direito do Turismo. Publicou diversos artigos em revistas da especialidade e o seu livro “Direito e Turismo como instrumentos de poder -os territórios turísticos” é a primeira tese de Doutoramento em Portugal na área.

Turismo de negócios: viabilidade e potencial

Marco Roberto Correia • Rosária Pereira
ESGHT, Universidade do Algarve
mrscorreia@gmail.com • rpereira@ualg.pt

Resumo

O turismo de negócios está em expansão, porém, não tem sido acompanhado pelo necessário esforço de investigação de fundo, nomeadamente, no que respeita às relações que se estabelecem no espaço e que intervêm na sua formação enquanto tipologia turística. A partir de um inquérito e de entrevistas realizadas a agentes de turismo, efectuou-se um estudo com o objectivo de averiguar a viabilidade e potencial de desenvolvimento da tipologia de turismo de negócios num centro urbano. Ao contextualizar-se qualitativamente os dados, constatou-se que esta surge associada à integração da oferta turística e à articulação que se estabelece entre organizações a operar no terreno.

Palavras-chave: experiência turística; tipologia turística; turismo de negócios; espaço urbano

1. Introdução

A viagem de negócios, revelando influência nos fluxos turísticos contemporâneos, e embora anteriormente extrínseca à esfera dos tempos livres e do lazer, porque essencialmente instrumental, tem vindo progressivamente a ganhar novos contornos. Actualmente, faz sentido perspectivar a viagem de negócios não apenas como viagem individual e relacionada com o trabalho e/ou a actividade profissional, mas também como viagem grupal e sócio-cultural, pelo modo como se tem processado o seu diálogo e fusão com o tempo do lazer e com o turismo.

Embora o turismo de negócios esteja a tornar-se progressivamente importante, quer a nível internacional quer nacional, tem predominado a análise económica conjuntural desagregada sobre o tema. Por outro lado, à semelhança do que sucede com o fenómeno turístico, em geral, quer devido à relativamente recente intensificação dos movimentos turísticos associados aos negócios e

profissões quer à crescente complexidade das relações que no seu âmbito se têm entretecido quer, ainda, devido à pluridisciplinaridade de abordagens que se têm utilizado no seu estudo (diversidade de conceitos e estatísticas), tem sido particularmente difícil apresentar uma visão holística e integrada de turismo de negócios, representando assim um terreno fértil de oportunidades futuras de investigação (Davidson, 1994; Kulendran e Wilson, 2000; Crouch e Louviere, 2004; Turismo de Portugal, 2005; Ladkin in Buhalis e Costa, 2006; OMT/UNWTO, 2006).

Neste encadeamento, e apesar de recentes e promissores esforços, torna-se absolutamente necessário articular a vontade e o conhecimento dos vários intervenientes interessados no desenvolvimento e consolidação deste importante segmento (académicos, sectores público, privado e público-privado) para a construção de todo um conjunto de definições e instrumentos de medida comuns que cimentem uma base técnica lata¹, também, para a moldagem de futuros debates académicos sobre o assunto (Crouch e Louviere, 2004; Turismo de Portugal, 2005; Ladkin in Buhalis e Costa, 2006; OMT/UNWTO, 2006).

O artigo propõe, assim, uma visão de conjunto do turismo de negócios, procurando recentrar a investigação a partir da necessidade emergente de um paradigma qualitativo holístico sobre o tema, sem prejuízo da evolução futura, desejável, noutros sentidos. Neste contexto, é sugerida uma estrutura que se debruçará sobre três pontos-chave: 1) a experiência turística e o turismo de negócios, focando a interconexão tridimensional entre os conceitos de experiência turística, turismo de negócios e espaço urbano (território de eleição para o seu desenvolvimento), realçando subliminarmente a importância da evolução da sua relação na formulação de uma tipologia turística; 2) a propedêutica e desenvolvimento da investigação conduzida; 3) a avaliação da viabilidade e potencial de desenvolvimento da tipologia de turismo de negócios num centro urbano (Portimão), como resultado duma investigação “socialmente localizada” (Featherstone, 1987 *apud* Lew et al., 2007:24).

¹ Esta deverá ter em conta não apenas os aspectos estatísticos e económicos, mas também os aspectos sócio-culturais e ambientais.

2. A experiência turística e o turismo de negócios

A experiência turística contemporânea pode ser interpretada como uma das manifestações institucionais da separação entre a modernidade racional (*logos*) e as necessidades e desejos não racionais (*eros*) (Wang, 2000:39 *apud* Lew et al., 2007:319), evidenciando a ambivalência actual existente entre o paradigma racional da modernidade (reflexão cognitiva) e o paradigma afeccional (das emoções) da pós-modernidade (reflexão estética), e entre os tempos-espacos do trabalho e os tempos-espacos dos tempos livres (Santos, 2002; Lew et al., 2007).

Nas sociedades contemporâneas globais (pós-industriais e pós-fordistas) tem-se vindo a assistir, cada vez mais, à fusão e compressão² dos tempos-espacos do trabalho (*logos*) e dos tempos livres (*eros*), sendo a sociedade caracterizada por uma economia de sinais (signos e símbolos³) e de experiências, juntamente com a comercialização e o consumo (Zukin, 1995 *apud* Lew et al., 2007:325).

Embora a fuga do sujeito turístico para um mundo de fantasia/ficção se apresente como uma simulação cuidadosamente controlada de *eros*, mantendo o mundo profundamente ordenado da modernidade racional (*logos*) (Oakes e Minca in Lew et al., 2007:321), os sujeitos turísticos já não são simplesmente iludidos por um simulacro de fuga mas, como agentes de reflexão estética (pós-modernidade), aceitam e encarnam eles próprios os paradoxos e ilusões da modernidade (reflexão cognitiva), inventando novas formas de fugir ao próprio turismo (standardizado), assumindo-se como sujeitos turísticos incorporados, contraditórios e contingentes que buscam descoberta, experimentação, aprendizagem e conhecimento, mas também puro descanso (Oakes e Minca in Lew et al., 2007). Da aldeia turística⁴ às explorações do vagabundo global⁵, o

² Entre outras características, com a redução dos períodos de férias (mais curtos e frequentes), pressionando a intensidade da experiência turística.

³ Respectivamente, objectos e abstracções com significação / significado (ex: a bandeira portuguesa e o seu simbolismo, as marcas).

⁴ Expressão do Turismo de Massas dos anos 60 corporizada, por exemplo, no *Club Méditerranée*.

sujeito turístico actual procura espaços que ofereçam diferentes “cocktails” de liberdade e controlo (Oakes e Minca in Lew et al., 2007:325).

Aquilo que o sujeito turístico procura é, em parte, aquilo a que foi levado a acreditar ser desejável na formação da sua identidade pessoal (Prentice in Lew et al., 2007:297), desejando ter, em simultâneo, opções de escolha e/ou combinações entre “novo” e “velho”, tradicional e moderno, activo e passivo, produtos e serviços autênticos, mas também derivados, combinando experiências mais intensas de viagem com experiências mais repousadas (saúde e bem-estar), procurando férias ou experiências de viagem que sejam, concomitantemente, personalizadas e percebidas como “autênticas” (os cheiros, os sabores, os sons, o toque de uma cultura) (Gonçalves, 2008:11).

O enquadramento adequado das determinantes intrínsecas (personalidade e estilo de vida dos indivíduos⁶) e extrínsecas (conjunturais⁷ e estruturais⁸) da procura turística (Sharpley, 1994; Cunha, 1997; Henriques, 2003) desempenha um papel importante na concepção, desenvolvimento e diversificação do produto turístico (específico e global), a partir de uma gestão inovadora e sustentável⁹ dos recursos turísticos, mas também é importante na definição do modo de comercialização do produto turístico pela cadeia de valor que, em conjunto com outros aspectos contextuais do espaço/destino turístico, numa perspectiva de integração e de interacção conducente à estruturação de uma imagem/conceito sobre a estada, o destino e a região na sua totalidade, formam a oferta turística (objecto turístico) (Henriques, 2003:162).

A noção da existência de uma tipologia turística (turismo rural, turismo cultural, turismo de natureza, turismo de saúde, turismo urbano, turismo de negócios) (Cunha, 1997, 2001; Henriques, 2003) surge, então, a partir da

⁵ Expressão de um turismo “novo”, mais engajado.

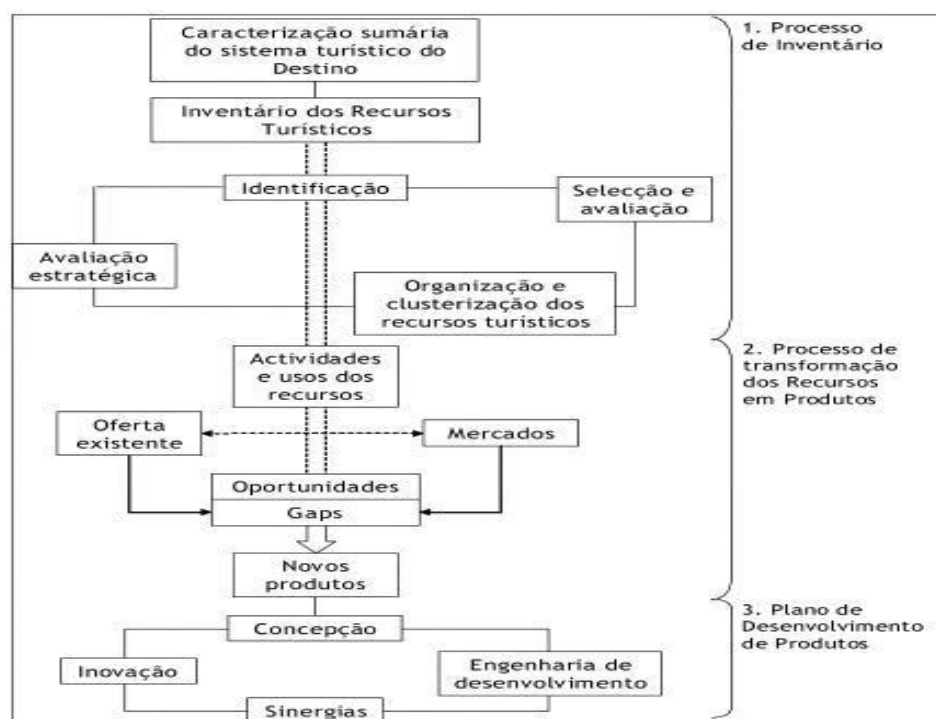
⁶ Com carácter permanente, dinâmico, irracional, inconsciente.

⁷ Ligadas ao curto prazo e associadas à situação económico-social de cada país (estabilidade económico-social e política, infra-estruturas e preços turísticos, eficiência de marketing) (Cunha, 1997; Henriques, 2003).

⁸ Ligadas ao médio/longo prazo e associadas ao processo de desenvolvimento económico-social (nível de vida e rendimento disponível, demografia e urbanização, progresso tecnológico nos transportes, duração do tempo de trabalho) (Cunha, 1997; Henriques, 2003).

intersecção a longo prazo entre procura turística, produto turístico e oferta turística num determinado espaço (destino). No caso específico do turismo de negócios, esse território é, por excelência, o espaço urbano.

Figura 1 – Fases do desenvolvimento de produtos turísticos. Adaptado de Agência do Arade (2005:21)



O espaço urbano emerge assim como uma unidade de produção, mobilização e troca de conhecimento, lugar de concentração (incubação/captação) e interface (difusão), conjunto morfológico, sócio-cultural e económico diferenciado, funcionalmente integrado numa rede hierarquizada de complementaridades que lhe permitem organizar a sua região e integrar-se na economia global (Henriques, 2003:34).

⁹ Preocupação com o planeamento a longo prazo das componentes ambiental, sócio-cultural e económica.

Na qualificação de um espaço urbano enquanto cidade (realidade em mutação), intervêm critérios, nomeadamente, de ordem demográfica, geográfica, económica e sócio-cultural, podendo as áreas urbanas apresentar várias dimensões, desde o pequeno centro (com identidade própria situado numa área rural ou balnear) até à grande cidade (metrópole) (Henriques, 2003:32-34).

Na era da globalização, cada vez mais, conforme sustentam Ashworth e Tunbridge (1990, *apud* Lew et al., 2007:260), o sujeito turístico contemporâneo está “multimotivado” e os centros urbanos de pequena, média ou grande dimensão estão a tornar-se “multifuncionais” e “multidimensionais”, devendo-se perspectivar o seu desenvolvimento na confluência entre o global (do visitante/turista) e o local (do residente), entre o “produto turístico” e o “ambiente para viver e trabalhar” (Burtenshaw, Bateman e Ashworth, 1991:218; Murphy, 1997:3 *apud* Lew et al., 2007:263). Para que tal se efective em sustentabilidade, é necessário identificar o que distingue um centro urbano de outro e promover a partilha da responsabilidade no desenvolvimento, criando redes de conhecimento (*clusters*) e formas de actuação em parceria entre *stakeholders* (Henriques, 2003; Chang e Huang in Lew et al., 2007; Gonçalves, 2008).

Neste âmbito, o estudo da viabilidade e potencial de evolução de determinados recursos/produtos turísticos, associados ou não ao turismo de negócios no espaço urbano, particularmente na edificação de uma oferta global e integrada de turismo urbano, poderá observar, de acordo com Pearce uma matriz com dois eixos e duas dimensões: 1) temas urbanos (do lugar, cidade ou distrito relativamente à procura, oferta, desenvolvimento, marketing, planeamento, organização, operações e avaliação de impacto), com a dimensão “numa múltipla escala” e; 2) escalas espaciais (do lugar, cidade ou distrito relativamente às escalas regional/nacional/internacional), com a dimensão “ligações e influências causais entre escalas micro e macro” (Pearce, 2001, *apud* Lew et al., 2007:257).

A globalização da economia, com a conseqüente internacionalização das relações organizacionais, a necessidade de comunicação e a difusão e partilha de conhecimento têm determinado o crescimento das reuniões de âmbito negocial,

comercial e profissional, sob as mais diversas formas e objectivos (Cunha, 2001:259). Os negócios e as profissões têm actualmente como consequência a deslocação de grande número de indivíduos, dando origem a importantes movimentos turísticos de elevado significado económico para os locais, regiões ou países visitados (Cunha, 2001:51). Isto acontece porque, geralmente, as viagens ocorrem fora das épocas de férias (tempos livres ou lazer), contribuindo assim para a redução da sazonalidade do fenómeno turístico e da infra-estrutura turística e para a dinamização sócio-cultural e económica (Kulendran e Wilson, 2000:48; Cunha, 2001:51; Turismo de Portugal, 2005:4), podendo ser pagas ou não pelas organizações a que os visitantes pertencem e representar um gasto por pessoa muito superior ao do visitante de lazer.

No turismo de negócios é possível identificar duas vertentes fundamentais: uma vertente individual, constituída pelos “homens (e mulheres) de negócios” e uma vertente grupal (ou colectiva), constituída pela *meetings industry* (MI)¹⁰ (Davidson, 1994; Kulendran e Wilson, 2000; Turismo de Portugal, 2005; OMT/UNWTO, 2006), sendo que o desenvolvimento de ambas, em menor ou maior grau, tem sido largamente influenciado pelas condições político-económicas internacionais.

Embora nas suas deslocações os “homens (e mulheres) de negócios”, na maioria das vezes, efectuem viagens instrumentais e estadas geralmente curtas¹¹ (Davidson, 1994; Kulendran e Wilson, 2000:49), utilizam, em menor ou maior grau, componentes e serviços da cadeia de valor turística a si dirigidos¹² (Haden, 2006).

Na *meetings industry*, em termos latos, uma reunião (de indivíduos) rege-se por critérios como a dimensão, o tipo/perfil do organizador, o tipo/perfil de

¹⁰ Indústria dos encontros/reuniões ou MICE (*Meetings, Incentives, Conventions/Conferences and Exhibitions/Expositions*).

¹¹ Normalmente até três dias.

¹² Hotéis (*Hard Budget/Low Cost* - muitas vezes anexos aos aeroportos, *Extended Stay Hotels, All-Suite Hotels*), salas *Lounge* de aeroportos, cartões de passageiro frequente das companhias de aviação (*Low Cost* ou não), serviços de *Spa* e *Fitness* em hotéis/aeroportos, serviços de pré *check-in* (online).

participantes que concentra e o tema/motivação que promove (Turismo de Portugal, 2005:11).

Apesar do nome - *meetings industry* - indicar o lado da oferta, pretende agrupar os visitantes de acordo com três componentes fundamentais: a) reuniões e conferências¹³; b) exposições/feiras¹⁴; c) incentivos¹⁵ (OMT/UNWTO, 2006:5), podendo-se definir uma viagem de *meetings industry* como uma deslocação para fora da área do ambiente habitual, com a finalidade de assistir a uma reunião, de menor (encontro de quadros) ou maior (congresso) dimensão, visitar uma exposição/feira, ou usufruir de uma viagem de incentivo (Turismo de Portugal, 2005:10).

¹³ Consistem na assistência/participação em reuniões (encontros/eventos de carácter técnico-científico, comercial e organizacional). A nível internacional e de um modo geral, as reuniões entre 10 e cerca de 300 participantes são, normalmente, consideradas de pequena dimensão; as reuniões entre cerca de 300 participantes e cerca de 1000 participantes são, normalmente, consideradas de média dimensão; as reuniões a partir de cerca de 1000 participantes são, normalmente, consideradas de grande dimensão (Turismo de Portugal, 2005; OMT/UNWTO, 2006). Podem igualmente definir-se dois mercados para uma reunião, a nível internacional: (1) *corporate* – empresas (reuniões internas, externas e mistas); (2) *non-corporate* – organizações governamentais, não governamentais e associações de abrangência internacional / nacional (Turismo de Portugal, 2005:11). No que concerne às reuniões *corporate*, a frequência está dependente da necessidade, existindo uma maior homogeneidade de participantes. O processo de decisão é mais rápido e o processo de preparação é mais curto. Normalmente, são reuniões de menor dimensão e curta duração, com maior repetição do lugar/sede e com maior importância relativa de equipamento e serviços específicos, abrangendo frequentemente eventos como jornadas, seminários, apresentações, cursos, *workshops*, conselhos de administração (Turismo de Portugal, 2006:9). No que concerne às reuniões *non-corporate*, a frequência repete-se no tempo com periodicidade variável, existindo uma maior heterogeneidade de participantes. O processo de decisão é mais lento e complexo e o processo de preparação é mais longo. Normalmente, são reuniões de maior dimensão e com uma duração habitual de 3 a 5 dias, com maior variedade na escolha dos destinos/sedes e com maior importância relativa dos aspectos alheios às instalações da reunião, abrangendo frequentemente eventos como convenções, congressos, assembleias, conferências, fóruns, simpósios, encontros (Turismo de Portugal, 2006:9).

¹⁴ Consistem em apresentações públicas, com uma duração habitual de três a cinco dias, destinadas a atrair a presença de profissionais - *Trade Shows* - e/ou do público em geral, relacionadas com uma ou mais temáticas (Turismo de Portugal, 2005:10). A qualificação de um local/destino para Exposições/Feiras revela-se, principalmente, através da qualidade dos conceitos de espaço que oferece, das políticas de preço definidas, da possibilidade de integração com outros eventos de natureza profissional/empresarial ou lúdica e da quantidade de espaço disponível (Turismo de Portugal, 2005:53).

¹⁵ Consistem numa ferramenta global de gestão que usa uma experiência de viagem excepcional (prémio de desempenho) para motivar e/ou reconhecer os seus participantes, devido ao aumento do nível de produtividade em apoio à organização (Turismo de Portugal, 2005:10). Os incentivos podem ser puros (sem qualquer componente de trabalho associada) ou transformados (com componente de trabalho associada – reunião, apresentação de um produto, apresentação de resultados da empresa, formação, outros) (Turismo de Portugal, 2005).

Das três componentes da *meetings industry*, a componente reuniões e conferências tem sido a mais estudada (OMT/UNWTO, 2006:5). Apesar de possuírem algumas características distintas, estas três componentes partilham aspectos comuns (alojamento utilizado; reuniões/conferências organizadas no âmbito de exposições/feiras ou viagens de incentivo; inclusão de actividades sociais e de lazer; instalações/equipamentos e tecnologia similar nos locais/destinos; fornecedores de serviços comuns; definição estratégica (marketing) comum através de *Convention Bureaux*¹⁶), permitindo que se lhes refira frequentemente de forma holística, potenciando sinergias, embora seja cada vez mais difícil delimitar fronteiras entre si (Ladkin in Buhalis e Costa, 2006:56-57).

A *meetings industry* é extremamente complexa e fragmentada devido à diversidade de elementos que operam no seu seio, referindo-se o lado da procura aos assistentes/delegados/participantes (consumidores), enquanto o lado da oferta engloba uma série de elementos que, em menor ou maior grau, se encontram ligados ao fornecimento, organização e promoção de valor (Ladkin in Buhalis e Costa, 2006:58; OMT/UNWTO, 2006:12). Identifica-se, assim, a interacção de três tipos de elementos a) os clientes/compradores (*Buyers*)¹⁷, que pretendendo promover determinada realização (reunião, exposição, incentivo), determinam a sua tipologia de evento e o conjunto de infra-estruturas e serviços necessários para o efeito; b) os fornecedores/vendedores (*Suppliers*)¹⁸, que providenciam os

¹⁶ Organismos de cariz público-privado que concertam e promovem os agentes e os serviços de Turismo de Negócios existentes num destino turístico.

¹⁷ Englobam os mercados *corporate* e *non-corporate*. No caso das exposições/feiras, a entidade compradora/promotora do evento poderá ser, simultaneamente, a detentora/vendedora do espaço.

¹⁸ Englobam: a) os destinos – recursos turísticos, marketing e promoção (*Convention & Visitors Bureaux* e outros organismos de turismo regionais/nacionais); b) os locais de encontro – hotéis (gerais ou especializados), centros de convenções/congressos/exposições, locais de encontro pouco habituais (locais históricos convertidos – palacetes, castelos, fábricas); c) os fornecedores de serviços – companhias aéreas, *rent-a-car*, agências de viagens, nomeadamente as *Destination Management Companies* (DMCs – *inbound* – que também podem actuar como intermediárias), as *Travel Management Companies* (TMCs – *outbound* – que também podem actuar como intermediárias), os GDSs (*Global Distribution Systems*), empresas de serviços não exclusivas da *Meetings Industry* (*catering*, tradução, fotografia, *merchandising*), empresas de tecnologias de informação (*hardware/software*) e de *hardware* não electrónico (construção de *stands* e sistemas de assento) e empresas de representação em marketing e consultadoria.

destinos, locais e serviços para satisfazer a procura; c) os intermediários¹⁹, que podem assumir o papel de compradores em nome de clientes, ou intermediar um conjunto de outras actividades, incluindo o planeamento e a gestão de um evento (Ladkin in Buhalis e Costa, 2006: 58). Normalmente, quanto maior é o evento e o número de participantes, maior é a tendência de recurso à intermediação (Ladkin in Buhalis e Costa, 2006:60; Haden, 2006). Caso exista a necessidade regular de se realizar eventos, ao passo que as organizações de maior dimensão podem contar com departamentos e/ou profissionais dedicados a nível interno, ou recorrer externamente a empresas e/ou profissionais especializados, as organizações de menor dimensão contam, frequentemente, com um profissional dedicado, assistente pessoal ou secretária (Ladkin in Buhalis e Costa, 2006:60; Haden, 2006). A variação na pessoa responsável pela organização dos eventos, influente no processo de selecção do destino/local de encontro, representa para os fornecedores o seu ponto de contacto, mas também desafios permanentes de marketing (Ladkin in Buhalis e Costa, 2006:60).

Com base na literatura científica (Crouch e Louviere, 2004; Turismo de Portugal, 2005 e 2006; OMT/UNWTO, 2006; Buhalis e Costa, 2006; Davidson, 2005, 2007; Haden, 2006), o futuro do turismo de negócios será influenciado por mudanças numa procura com crescentes exigências e expectativas²⁰, estimulando a concorrência crescente de uma oferta de produtos e serviços cada vez mais

¹⁹ Englobam os organizadores profissionais de congressos/conferências (OPC/PCO) e as empresas organizadoras de eventos (agências de pesquisa de locais de encontro (casas de incentivo/*incentive houses*), agências de produção, marketing e comunicação, organizadores/contratadores de exposições). Paralelamente, ainda fazem parte do sistema da *Meetings Industry* associações internacionais/nacionais, publicações/media e instituições educativas.

²⁰ Maior pressão orçamental sobre a força de trabalho e as viagens nas organizações; menor antecedência da reserva; redução do número de dias do evento e da dimensão dos grupos; melhores níveis de adesão; maior informalidade e diversidade étnica, etária e de género; preocupação com a utilidade, originalidade e interacção educacional e social [*networking*] do evento principal e do programa social/de lazer; preocupação com a responsabilidade/sustentabilidade social e ambiental (actividades em benefício do ambiente/comunidade local – reciclagem/*green meetings*); preocupação com o bem-estar (actividades de *fitness* e *spa* e possibilidade de se fazer acompanhar por familiares/amigos); migração da 1ª classe e classe executiva para a classe económica e *Low Cost*.

especializada em: a) destinos/locais²¹; b) tecnologia²²; c) valor.²³

3. Propedêutica e desenvolvimento da investigação

A investigação empírica, cíclica e interactiva, de desenho exploratório, é a base do presente artigo e processou-se através de três etapas interdependentes com carácter de simultaneidade temporal: a) etapa epistemológica; b) etapa teórico-morfológica; c) etapa técnica (entre 1 de Agosto e 30 de Setembro de 2008) (Lessard-Hébert et al., 1994).

Na etapa epistemológica procedeu-se à definição paradigmática da investigação (abordagem qualitativa), à definição do modo de investigação

²¹Domínio/estabilização da Europa (ocidental), América do Norte, Oceania e progressivo crescimento de destinos/economias emergentes (Europa de leste, sudoeste asiático, América Latina, Médio Oriente); maior proximidade do destino ao local de origem dos participantes; locais de encontro menos habituais (centros urbanos de menor dimensão, locais históricos, barcos de cruzeiro/recreio, hangares de bases militares/aeroportos); possibilidade/diversidade/criatividade de experiências/actividades; custo; segurança; clima; qualidade (estada/alojamento/instalações e zonas envolventes/catering); limpeza; prestígio/imagem; acessibilidades, transportes e comunicações (duração/distância das viagens para/no destino, facilitação da logística); oferta turística integrada e personalizada (*packages* bem estruturados); cenário ambiental e sócio-cultural rico; infra-estruturas e capacidade técnica e espacial instalada (eventual integração de centro de reuniões/exposições e alojamento, configuração/adequação de espaços/salas de intervalo/sessão/exposição, equipamento tecnológico/audiovisual de última geração, separação de áreas de trabalho/descanso, controlo de iluminação/ventilação/temperatura); disponibilidade/assistência de pessoal com experiência e *know-how* (profissionalismo); eficácia de comercialização/comunicação.

²² Redução de tempo e custos; capacidade de actualização de pessoal/instalações/equipamentos em tecnologia de ponta; importância da Internet (selecção de destinos/locais, acesso a sistemas de gestão/informação/programas/formulários de reserva/*papers*, confirmação de presenças, detalhes de pagamento e reservas de hotel). McCabe et al. (2000:291 *apud* Buhalis e Costa, 2006:61) categoriza a tecnologia actualmente usada no seio do Turismo de Negócios em duas vertentes: a) tecnologia em operações, que inclui *software* disponível para os *Convention & Visitors Bureaux* e os *meeting/exhibition planners*, relacionado com os *Request For Proposals* (RFP – pedido para propostas de preços/condições de contratação de instalações/serviços), com a preparação e avaliação dos aspectos relacionados com as visitas de inspecção (*Inspection Visits*) ao destino/local, com a logística (serviços, reservas, registo, identificação, localização (*Radio Frequency Identification* e *feedback* de participantes), com a partilha de conteúdo e documentação, com o marketing (*Customer Relationship Management*); b) tecnologia para o consumidor, que inclui o equipamento audiovisual, as ferramentas de participação remota alternativa (videoconferência, teleconferência – complemento da experiência “cara-a-cara”), as ferramentas de interacção, partilha de conteúdo/documentação e de acesso à Internet no local (*Wireless*, *Personal Digital Assistants* e outras), as ferramentas de acesso ao local (cartões inteligentes).

(estudo de caso/objecto de estudo – município de Portimão) e das respectivas técnicas de recolha de dados (documentais e não documentais). Estes meios revelaram-se os mais adequados aos objectivos da investigação, ou seja, clarificar a importância e a possível evolução do turismo de negócios num centro urbano de pequena dimensão como Portimão e, conseqüentemente, averiguar como se poderia processar no futuro a sua articulação com outras formas de turismo, nomeadamente, o enquadramento numa oferta global de turismo urbano. Neste sentido, procurando responder à questão sobre “Qual a viabilidade e o potencial de desenvolvimento da tipologia turística de negócios num pequeno centro urbano como Portimão?” e preconizando um *mix* de contexto de descoberta/exploração com contexto de prova/verificação, formulou-se a hipótese geral: “A tipologia de turismo de negócios é viável e tem potencial de desenvolvimento num pequeno centro urbano como Portimão”.

Esta demanda foi suportada por uma conceptualização teórica recorrendo à interconexão entre os conceitos de experiência turística, tipologia turística, turismo de negócios, espaço urbano e à matriz de Pearce (2001, *apud* Lew et al., 2007:257) e foi elaborada com base em acervo bibliográfico diverso (bibliotecas e Internet), durante a etapa teórico-morfológica.

Na etapa técnica, procurando a triangulação e convergência/divergência de dados, recorreu-se a técnicas de recolha documentais (análise documental e de conteúdo: bibliografia diversa, especializada (brochuras, jornais municipais e outros - *Turisver/Publituris/Ambitur*) e informação estatística (INE - fontes secundárias) e não documentais (observação não participante e inquérito). A recolha de dados, por inquérito, respeitando princípios epistemológicos (objectividade, validade, fidelidade), socioprofissionais e éticos (acordo dos intervenientes) obedeceu a três fases.

Na primeira, e após o estabelecimento de um contacto telefónico inicial (em Agosto de 2008) com agentes representativos ligados à oferta turística (cadeia de valor) e ao turismo de negócios no município de Portimão (sectores privado e

²³ Ideia de *value for money* e *word of mouth*; cooperação entre sector público/privado; informação útil, clara, rigorosa, criativa; identificação clara dos responsáveis pela organização

público-privado), foram identificados sete potenciais inquiridos/entrevistados. Seguiu-se uma segunda fase de contactos telefónicos (ainda em Agosto de 2008), com os referidos agentes, para a realização de inquérito/entrevista informal, contendo diversas questões relacionadas com o turismo de negócios, nomeadamente, sobre a visão global das respectivas organizações para a área. Isto possibilitou a elaboração de um guião de entrevista formal estruturado e centrado, constituído por nove variáveis/unidades de análise (Lessard-Hébert et al., 1994) (I – oferta; II – procura; III – operações; IV – planeamento; V – marketing; VI – organização; VII – avaliação do impacto; VIII – desenvolvimento; IX – outros comentários/sugestões), reagrupadas no âmbito do estudo (análise pelo lado da oferta), a partir de Pearce (2001, *apud* Lew et al., 2007:257), evidenciando, a um nível local, o tema urbano “turismo de negócios” e sua situação relativamente às mesmas, integrado numa análise holística de turismo urbano. Na terceira fase, após pedido formal de colaboração, foram obtidas duas entrevistas formais estruturadas/focalizadas (informadores-chave/amostra), via e-mail (em Setembro de 2008), com base em 3 critérios: 1) representatividade; 2) *know-how* técnico; 3) disponibilidade. As entrevistas formais, revelando apenas uma parte da realidade (oferta), foram analisadas com cautela, segundo um protocolo previamente definido.

4. Avaliação da viabilidade e potencial de desenvolvimento da tipologia de turismo de negócios num centro urbano

Tendo a investigação, que serve de base ao artigo, como estudo de caso/objecto de estudo o município de Portimão, procede-se, assim, à contextualização e resumo dos resultados.

O concelho de Portimão fica situado no Algarve (Barlavento), no sul de Portugal, com uma área de aproximadamente 183 km², é constituído pelas freguesias de Portimão, Alvor e Mexilhoeira Grande, tem mais de 48611

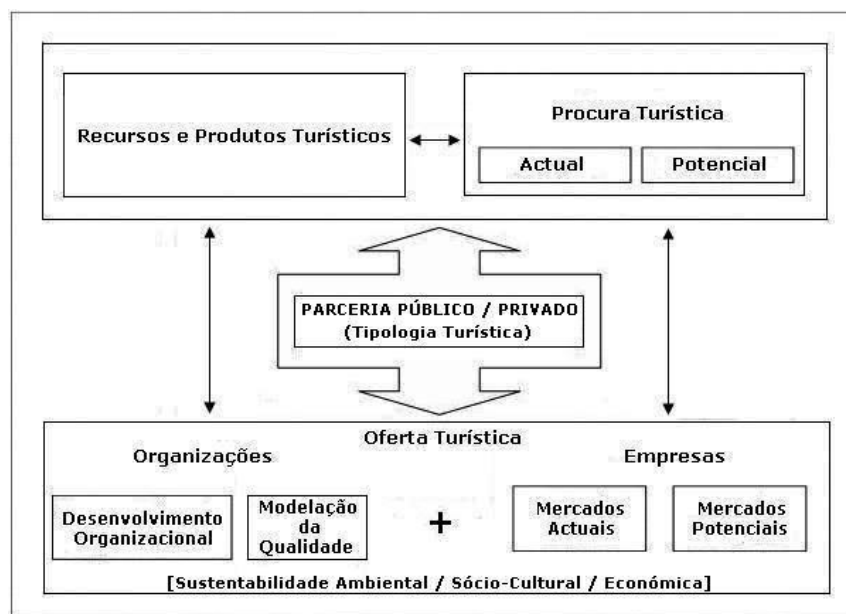
habitantes e o comércio (de retalho), o turismo (alojamento e restauração) e a construção civil dominam, enquanto actividades económicas básicas (INE, 2007). A procura turística tem origem no mercado interno, Espanha, Reino Unido, Alemanha e Países Baixos (INE, 2007). A análise global (SWOT) dos dados recolhidos evidenciou que a variedade e complementaridade da oferta turística de recursos, produtos e serviços (segurança, clima ameno, vocação para o lazer, instalações/equipamentos para turismo de negócios, hotéis de 4 e 5 estrelas, rent-a-cars, agências de viagens, transportes, restaurantes, animação nocturna (casino), golfe, cultura, gastronomia, paisagem, marinas, portos, cruzeiros, realização de eventos desportivos e culturais) são pontos fortes, se forem potenciados pelas oportunidades (voos *low cost/charter*, procura de novas experiências e programas de *clever leisure*/eventos) e não forem influenciados pelas ameaças (destinos concorrentes, massificação). Por outro lado, representarão pontos fracos a ser melhorados alguns serviços e instalações ainda pouco desenvolvidos e não consentâneos com as necessidades de um segmento alto, a relativa sazonalidade das ofertas de voos, a necessidade de requalificação urbana e melhoria do ordenamento urbano e a relativa desarticulação entre agentes públicos e privados, resultando numa ausência de maior integração da oferta turística urbana.

Relativamente às duas entrevistas formais recolhidas (uma do sector privado e outra do sector público-privado), no geral, existiu convergência na necessidade de se começar a encarar o turismo de negócios como uma oportunidade de complemento à oferta turística existente em Portimão, baseada no produto “sol e praia/mar”, permitindo quebrar a sazonalidade endémica associada, alavancar outros segmentos de mercado associados ao turismo urbano e rentabilizar o investimento infra-estrutural realizado. Existiu divergência relativa no facto da organização público-privada possuir uma visão mais alargada e integrada do destino turístico numa múltipla escala, à semelhança do preconizado por Pearce (2001, *apud* Lew et al., 2007:257), procurando, na elaboração da sua estratégia organizacional, englobar as escalas local/regional/nacional/internacional. Relativamente à variável I – oferta, os entrevistados admitiram a existência de

“boas infra-estruturas e serviços” adequados ao turismo de negócios (Portimão Arena, Centro de Congressos do Arade). Para a variável II – procura, apesar dos entrevistados terem referido ser “tímida” e da parte de empresas e organismos nacionais, apresenta “espaço para crescimento”. Em relação à variável III – operações, os entrevistados acreditam que a experiência, a “potenciação de recursos e exploração de sinergias” aumentará a competitividade do município. Com respeito à variável IV – planeamento, os entrevistados (com maior entusiasmo da organização público-privada) alertaram para a necessidade de planear e articular local e regionalmente a oferta, permitindo “potenciar a integração e o investimento promocional”. Relativamente à variável V – marketing, os entrevistados denotaram uma preocupação em “incrementar as acções de marketing” internas e externas, como a participação nas associações internacionais e nas principais feiras do sector (EIBTM, IMEX, CONFEX), intensificar a colaboração com entidades regionais e nacionais (ATA, Turismo de Portugal), realizar *fam trips* e investir em publicidade. Em relação à variável VI – organização (do sector), os entrevistados pareceram estar confiantes numa “maior articulação futura entre agentes do turismo”, relativamente a parcerias e partilha de negócio. Para a variável VII – avaliação do impacto, os entrevistados sugeriram a melhoria e incremento dos instrumentos de monitorização existentes (medição do número de eventos, número de participantes, dormidas geradas, *Advertising Equivalent Value*) e a possibilidade de “constituição de um Observatório do Turismo para Portimão”. Em relação à variável VIII – desenvolvimento, os entrevistados referiram a importância da “contínua requalificação infra-estrutural e urbana e melhoria do ordenamento urbano”, de um maior recurso aos instrumentos de marketing (articulando acções promocionais e programação de eventos), de integração da oferta e articulação com outros produtos (eventos desportivos). Para a variável IX – outros comentários/sugestões, não houve respostas.

Estes resultados levaram à edificação de um modelo relacional de desenvolvimento do espaço/destino, sobre as relações que se deverão entretecer no âmbito da parceria público-privada, num espaço turistificado.

Figura 2 – Modelo Relacional de Desenvolvimento do Espaço/Destino



5. Conclusão

O desenvolvimento sustentado do turismo de negócios depende da qualidade da organização do espaço urbano, nomeadamente, a nível do ordenamento espacial e urbanístico, da sua adequada funcionalidade em infra-estruturas e equipamentos gerais e específicos, das suas acessibilidades, do seu dinamismo, criatividade e capacidade atractiva de fluxos turísticos e, fundamentalmente, da coordenação organizacional, capaz de articular o ordenamento e o planeamento, a operacionalização de sistemas de gestão e a parceria entre o sector público e o sector privado (Cunha, 2001; Henriques, 2003; Agência do Arade, 2005; Gonçalves, 2008).

Apesar do turismo de negócios se encontrar ainda em fase embrionária no município de Portimão (centro urbano de pequena dimensão), foi possível constatar que o mesmo é viável e tem potencial de desenvolvimento enquanto

tipologia turística, existindo atracções, infra-estruturas e equipamentos a si adequados. No entanto, verificou-se que é necessário promover um maior diálogo entre os vários *stakeholders*, no sentido em que só a parceria em rede permitirá ao município distinguir-se dos demais e afirmar uma identidade própria, relativamente à oferta.

No que diz respeito ao estudo, apontam-se como limitações o número reduzido de entrevistas formais, o período temporal limitado da investigação e a indisponibilidade e dificuldade no acesso a informadores-chave qualificados e informados.

Em termos de recomendações futuras, considera-se que o estudo deveria ser aprofundado, no sentido de possibilitar um maior conhecimento da situação relativa à oferta urbana geral de turismo, com inclusão de estudos sobre a procura. Paralelamente, considera-se que o estudo do turismo de negócios, como tipologia complementar ao turismo de eventos, também deveria ser encetado.

Referências

- Agência do Arade (2005). *O Destino Turístico Arade – Uma Estratégia de Intervenção* (InovAlgarve). Portimão: Agência do Arade.
- CEIR (Center for Exhibition Industry Research). <<http://www.ceir.org>>, consultado em 10.11.2008.
- CIC (Convention Industry Council). <<http://www.conventionindustry.org>>, consultado em 10.11.2008.
- CMP (Câmara Municipal de Portimão). <<http://www.cm-portimao.pt>>, consultado em 10.11.2008.
- Correia, M. R. (2008). *O Turismo de Negócios num Pequeno Centro Urbano – O Caso de Portimão*, Projecto Final de Licenciatura (não publicada). Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo: Portimão.
- Crouch, G. e Louviere, J. (2004). *Convention Site Selection – Determinants of Destination Choice in the Australian Domestic Conventions Sector*. Disponível em: <http://www.crctourism.com.au/CRCBookshop/Documents/Crouch33011_ConventionSites.pdf>, consultado em 10-08-2008.
- Cunha, L. (1997). *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: Ed. McGrawHill.
- Cunha, L. (2001). *Introdução ao Turismo*. Lisboa e São Paulo: Editorial Verbo.
- Davidson, R. (1994). *Business Travel*. London: Pitman.
- Davidson, R. (2007). *The EIBTM 2007 Industry Trends & Market Share Report*. <<http://www.eibtm.com>>, consultado em 11.08.2008.
- EMECA (European Major Exhibition Centres Association). <<http://www.emeca.com>>, consultado em 10.11.2008.

- Feiras/Recursos de turismo de negócios. <<http://www.eibtm.com>; <http://www.imex-frankfurt.com>; <http://www.international-confex.com>; <http://www.expoeventos.org>; <http://www.salaosvn.com>; <http://www.mimegasite.com>>, consultado em 10.11.2008.
- Gonçalves, A. R. (2008). Comunidades Criativas, o Turismo e a Cultura. *Dos Algarves*, (17), 11-18.
- Haden, L. M. (2006). US Business and Conference Travel / Linda M. Haden. *Travel & Tourism Analyst*, 5 (Abril), London: Mintel Publishing.
- Henriques, C. (2003). *Turismo, Cidade e Cultura: Planeamento e Gestão Sustentável*. Lisboa: Edições Sílabo.
- IACVB (International Association of Convention & Visitors Bureaus / Destination Marketing Association International). <<http://www.iacvb.org>>, consultado em 10.11.2008.
- IAPCO (International Association of Professional Congress Organizers) – <<http://www.iapco.org>>, consultado a 10.11.2008.
- ICCA (International Congress and Convention Association) – <<http://www.iccaworld.com>>, consultado a 10.11.2008.
- INE (Instituto Nacional de Estatística) (2007). *Anuário Estatístico da Região do Algarve – 2006*, Disponível em <<http://www.ine.pt>>, consultado a 09.09.2008.
- Kulendran, N. e Wilson, K. (2000). Modelling Business Travel. *Tourism Economics*, 6 (1), 47-59.
- Ladkin, A. (2006). *Conference Tourism - MICE market and Business Tourism*. In D. Buhalis e C. Costa (eds.), *Tourism Business Frontiers: consumers, products and industry* (pp.56-66). Oxford: Elsevier.
- Lessard-hébert, M.; Goyette, G.; Boutin, G. (1994). *Investigação Qualitativa - Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget Editora.
- Lew, A. A.; Hall, C. M.; Williams, A. M. (2007). *Compêndio de Turismo*. Col.Ciência e Técnica/32. Lisboa: Instituto Piaget Editora.
- MPI (Meeting Professionals International) – <<http://www.mpiweb.org>>, consultado a 12.12.2008.
- PCMA (Professional Convention Management Association) – <<http://www.pcma.org>>, consultado a 12.12.2008.
- Reed Travel Exhibitions - <<http://www.reedtravelexhibitions.com>; <http://www.reedbusiness.com>>, consultado a 12.12.2008.
- RTA (Região de Turismo do Algarve). <<http://www.visitalgarve.com>>, consultado a 12.12.2008.
- Santos, J. M. F.(2002). *Turismo – Mosaico de Sonhos*. Lisboa: Edições Colibri.
- Sharpley, R. (1994). *Tourism, Tourists & Society*. Cambridgeshire: ELM Publications.
- Society of Incentive & Travel Executives – <<http://www.site-intl.org>>, consultado a 12.12.2008.
- TURISMO DE PORTUGAL (IP/ITP) (2005). *Análise dos Mercados Emissores – Análise Prospectiva: Meetings, Incentives, Conventions and Exhibitions (MICE)*. Lisboa: Instituto de Turismo de Portugal.
- TURISMO DE PORTUGAL (IP/ITP) (2006). *Turismo de Negócios – 10 Produtos Estratégicos para o desenvolvimento do Turismo em Portugal*, Instituto de Turismo de Portugal. Disponível em <<http://www.turismodeportugal.pt/Português/ÁreasActividade/productosedestinos/productosturisticos/Documents/TURISMO%20DE%20NEGOCIOS.pdf>>, consultada a 12.08.2008.
- UIA (Union of International Associations). <<http://www.uia.org>>, consultado a 12.12.2008.
- UNWTO (2006). *Measuring the Economic Importance of the Meetings Industry – Developing a Tourism Satellite Account Extension*. United Nations World Tourism Organization. Disponível em <http://www.mpiweb.org/CMS/uploadedFiles/Foundation/Foundation_Europe/Measuring%20the%20economic%20importance%20of%20Meetings%20Industry.pdf>, consultado a 16.09.2008.

MARCO R. CORREIA é licenciado em Turismo (Ramo de Marketing) pela ESGHT (2008), efectuou uma breve passagem pela área profissional dos operadores turísticos e agências de viagens, estabelecendo como interesse de investigação o resultado da articulação entre Turismo, Marketing, Gestão/Empreendedorismo, Responsabilidade Social, Qualidade e Formação, e da sua importância no contexto da transferência e aplicação de conhecimento.

ROSÁRIA PEREIRA é licenciada em Assessoria de Direcção e Administração e possui mestrado em Relações Públicas. Docente da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve desde 1995, lecciona, no núcleo de Gestão Estratégica e Secretariado, nos cursos superiores de Assessoria de Administração e de Turismo. Colaborou nas primeiras edições das pós-graduações em Gestão de Campos de Golfe e em Desporto e Turismo. Foi, entre 2001 e 2005, directora do curso de Assessoria de Administração. Actualmente encontra-se a desenvolver a sua tese de doutoramento em turismo na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve na área do marketing turístico. Os seus principais interesses de investigação são marketing, marcas, imagem de marca e personalidade da marca dos destinos turísticos.

A gestão do arquivo administrativo da escola básica 2/3 Dr. Garcia Domingues

Paula Costa
paulacosta5000@gmail.com

Resumo

Este estudo procurou saber como se caracteriza o modelo de gestão do arquivo da Escola Básica 2/3 Dr. Garcia Domingues. Estudou-se i) a conservação física dos documentos, ii) a sua classificação tópica e funcional e iii) os procedimentos na sua gestão. Os resultados sugerem que as normas de tratamento arquivístico e a Tabela de Seleção de Documentos constante da Portaria n.º 684/2006 não foram adaptadas à realidade da Escola, observando-se problemas nas três dimensões referidas. Conclui-se que os problemas encontrados derivam de falhas no modelo de gestão do arquivo que poderiam ser minimizadas com a adaptação desses instrumentos.

Palavras-chave: arquivo; gestão; escola; estudo de caso

Introdução

Num estudo feito sobre o estado de conservação dos documentos nos arquivos das escolas secundárias portuguesas (Nóvoa, 1996) constatou-se que apenas 11,5% da amostra responderam que o mesmo era bom. Muito próxima ficou a percentagem de inquiridos que respondeu que era mau (10,3%). A maioria classificou o estado de conservação dos documentos como razoável. Apesar deste último resultado, o autor do estudo lembra que as capacidades de aprovisionamento dos arquivos escolares tendem a esgotar-se. O aumento exponencial dos documentos a inserir no arquivo pode fazer com que as dificuldades de conservação dos mesmos aumentem em conformidade. A manutenção de um arquivo de qualidade pode tornar-se difícil, o que é confirmado pelo mesmo estudo. A constatação final toca na questão da organização do arquivo nas escolas. De facto, os arquivos escolares “apresentam-se geralmente com a documentação disposta ao sabor do acaso e evidenciando a desorganização arquivística que terá sido provocada pelas mudanças de localização

ao longo dos tempos [...]” (Nóvoa, citado por Mogarro, 2006:74). Neste contexto, “torna-se necessário *realizar um levantamento* de toda a documentação existente, *elaborar um inventário da mesma e organizar os arquivos* segundo critérios técnicos e científicos.” (Mogarro, *ibidem*, itálico nosso).

Enquanto Assistente de Administração Escolar responsável por todo o procedimento administrativo relativo à Área de Pessoal, sou, também, responsável pelo manuseio da documentação contida na classe correspondente no arquivo administrativo. A necessidade de me relacionar, na profissão, com a importância do documento estimulou o surgimento da pergunta de partida para este estudo, que se pode enunciar da seguinte forma: “Como se caracteriza o modelo de gestão do arquivo da Escola Básica 2/3 Dr. Garcia Domingues?”

Para caracterizar este modelo de gestão dirigiu-se a atenção para os três níveis de análise propostos pelo Manual de Procedimentos para o Tratamento Arquivístico nas Escolas (Ministério da Educação (ME), 2003): o nível físico (instalações e acondicionamento), o nível da classificação (descrição dos documentos) e o nível da gestão (orientação das políticas administrativas e modelo de gestão do arquivo administrativo). Com o estudo destas dimensões, pretendeu-se cumprir os seguintes objectivos específicos: apresentar os documentos orientadores sobre a gestão dos arquivos escolares; apresentar as condições físicas do arquivo da Escola Básica 2/3 Dr. Garcia Domingues; apresentar o método de classificação tópica dos documentos aplicado no arquivo; apresentar o método de classificação funcional dos documentos; apresentar os procedimentos de gestão do arquivo; e analisá-lo.

1. O arquivo como instrumento de organização social e administrativa

O arquivo vai buscar a sua razão de ser à necessidade de organização social através da escrituração. Menezes et al (2005:67) seguem esta mesma ideia quando afirmam que “não existe nem pode existir uma cultura escrita organizada, corrente e

transmissível que não possa contar com estruturas permanentes de conservação do escrito, produzido ou recebido.” A escrita tornou a sociedade mais complexa, mas o contrário também se aplica (Goody, 1992). O facto é que “nenhuma sociedade culta tem consciência de que se apoia sobre uma cultura escrita fortemente seleccionada, que não é completa nem universal.” (Petrucci, 1999).

A especificidade histórica e cultural das memórias imprime nos arquivos o carácter de repositórios de documentos que caracterizam a história e cultura do próprio procedimento de arquivo. A selecção dos documentos para arquivo está relacionada com as necessidades das entidades que tutelam a conservação dos mesmos. Assim, o arquivo escolar, mais do que um contentor de memória, é um produto das vontades dos agentes envolvidos na sua realização. Citando Mogarro, no seio das instituições educativas, o arquivo “ocupa um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas para reconstituir o [seu] itinerário.” (2006: 72).

Enquanto lugar central de acondicionamento e gestão da informação e das políticas institucionais, o arquivo adquire vários sentidos de acordo com as perspectivas da sua análise e com a abordagem que se faz do conceito de documento. Na sua raiz, o conceito de arquivo significa “arrumação de coisas antigas” (Ribeiro, 2006:1) e agrega dois elementos linguísticos gregos na sua formação, *arkhaios* e *epo*, que significam “antigo” e “dispor com cuidado”. O *Archeion* grego evoluiu para o *archivum* latino. A sua história não é plenamente conhecida. Alguns autores (Goody, op. cit.) relacionam o procedimento de arquivo com o de registo, inicialmente convencionado como forma de gravar os movimentos comerciais que se faziam nos templos antigos da Ásia Menor. A escrituração do templo, arrumada com todos os cuidados, fez germinar a noção de “precedente” que, com o tempo, passou a ter sentido jurídico. O registo sancionava a própria realidade social, criando condições para que as culturas mais desenvolvidas se baseassem na escrita. Enquanto instituição, o arquivo parece ter surgido na Grécia Antiga, calcula-se que entre os séculos V e IV a.C. Nesta altura, já os gregos guardavam os seus tratados, as suas leis e minutas da assembleia popular no *Metreon*, templo da mãe dos deuses (Ribeiro, idem).

Em Portugal, os arquivos conheceram várias designações. Desde *carteiras* ou *cartórios* (locais onde se guardavam as cartas, os títulos, as actas e outros documentos de valor para o Estado) dos inícios da monarquia, passando por *tombos*, até à institucionalização do conceito de arquivo, pela criação do Arquivo Real Português por D. Fernando I no século XIV, foi necessário percorrer um longo caminho (Ribeiro, *ibidem*). Após a criação deste Arquivo, que se situava numa das torres do forte onde residia o rei (daí a designação que ainda hoje damos ao sucessor do Arquivo Real Português, a *Torre do Tombo*), o conceito de Arquivo assumiu uma função estratégica na gestão e administração do Estado.

Devido à sua localização funcional no seio das organizações, o arquivo adquire uma posição central no processo de gestão e administração escolar. Os procedimentos de arquivo cumprem várias e importantes funções. Em termos gerais, através do arquivo sancionam-se os actos administrativos e salvaguarda-se e divulga-se a memória organizacional e social (Castelo, 2007: 1).

Configurando na sua figura todos os procedimentos administrativos, o arquivo público evolui de acordo com os regimes políticos no contexto dos quais actua (Castelo, 2007). A função de controlar a democracia do acto administrativo é incumbida aos especialistas de arquivo que, sendo representantes com idoneidade, podem funcionar como garantes da lei e contribuir para o reforço da transparência dos actos administrativos. A utilidade social dos arquivos públicos pode ser subvertida de acordo com fins políticos e ideológicos. É neste sentido que se deve olhar para o arquivo como um produto do poder, isto é, como o conjunto dos diplomas e procedimentos definidos e/ou impostos pelo órgão executivo do Estado. Eric Ketellar (2002: 3-4 citado por Castelo, 2007: 1, tradução nossa) sintetiza da seguinte forma a função política dos arquivos públicos e a relação estreita destes com o poder: “Os arquivos têm um poder duplo: são evidências de opressão e contêm evidências necessárias para se atingir a liberdade; são evidências do fazer mal e evidências do não fazer mal.”

Além desta importante função social e política, já vimos que o arquivo também se apresenta como reservatório da história da instituição, servindo como elemento de comparação em análises das funções do arquivo em contexto inter-institucional.

Às funções sociais e culturais dos arquivos acrescentam-se as que se referem ao papel dos mesmos dentro das instituições, já não enquanto representantes do poder público, mas enquanto unidade funcional cujo objectivo é “manter a organização ou a instituição em perfeitas condições de funcionamento.” (Ribeiro, 2006). Sob esta perspectiva, as funções do arquivo são instrumentais ou auxiliares. Este mesmo autor apresentou as principais funções dos arquivos no seio das organizações salientando três principais: a ordenação da documentação, o despacho da documentação e a conservação da documentação. No processo de ordenação da documentação recolhem-se, registam-se e classificam-se os documentos. Durante este processo, os documentos são tratados tomando-se como referência os instrumentos de gestão do arquivo emanados do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e do Ministério da Educação. Após a incorporação dos documentos no arquivo, os mesmos estão prontos a ser despachados para os serviços e/ou procedimentos administrativos para os quais forem solicitados. O despacho dos documentos é constante e não se resume ao fornecimento dos mesmos para fins instrumentais. Com efeito, o despacho dos documentos também acompanha o tempo de vida dos mesmos. Neste sentido, o modo como esta função do arquivo é realizada nas escolas terá que obedecer aos critérios de tratamento documental dispostos na Tabela de Selecção dos Documentos (Portaria n.º 684/2006, de 4 de Julho). A terceira função instrumental do arquivo consiste na gestão do espaço, do processo de instalação do arquivo e do acondicionamento dos documentos. No desenvolvimento desta função, o arquivo deve ser concebido de acordo com o Manual de Procedimentos para o Tratamento Arquivístico nas Escolas (ME, 2003).

Os documentos são os objectos sobre os quais recai todo o ónus dos procedimentos administrativos das instituições. Através deles, pode-se realizar a *geografia documental da escola* pois eles podem constituir-se como fontes de informações motivadoras de investigações especializadas (Mogarro, 2006: 75-76).

Em Janeiro de 2006, a Divisão do Arquivo Histórico da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, e de acordo com o princípio de que os documentos nascem das actividades das organizações, refere que os mesmos “são produzidos e recebidos para fins administrativos, científicos, fiscais, técnicos, contabilísticos e/ou

pedagógicos, etc.”. Os documentos no geral podem “ser considerados documentos de arquivo logo após a sua criação, por conterem um conjunto de dados e informações que constituem a prova de uma actividade situada no tempo e no espaço.” (2006:8). Como se pode ver, o suporte das actividades administrativas tem sempre um carácter documental (Ribeiro, 2006).

Todavia, nem todos os documentos são considerados “documentos administrativos”. De acordo com o *Manual de Instruções para Aplicação da Portaria de Gestão de Documentos dos Estabelecimentos de Ensino Básico e Secundário* (ME, 2006: 8), para que um documento seja considerado um documento administrativo tem que ter um *valor administrativo* ou *probatório*, isto é, um *valor primário*. Este valor primário é “inerente aos documentos de arquivo, na medida em que consignam ou comprovam direitos e obrigações e são garantia e fundamento de actos, factos e acontecimentos.”

Os documentos de arquivo que possuam especial valor informativo são considerados documentos com mais valor do que aquele que é necessário para serem considerados documentos administrativos. Esses documentos têm um segundo nível de valor (valor secundário) e “são especialmente relevantes os que, independentemente do fim para que foram criados, podem vir a constituir o testemunho histórico do funcionamento da administração produtora e/ou fornecem dados e informações sobre pessoas, organizações, locais ou assuntos.” (ME, 2006: 10).

O ciclo de vida dos documentos administrativos faz-se segundo a “teoria das três idades”. Segundo esta, as idades dos documentos medem-se pela frequência da sua consulta e pela sua utilidade. De acordo com a sua frequência e utilidade, assim será a localização do documento no depósito do arquivo e a sua classificação funcional. Segundo esta classificação, durante a sua vida, os documentos começam por ter uma fase activa, passam por uma fase semi-activa e acabam, alguns deles, na fase inactiva. Consoante a fase da vida na qual o documento se encontra, ele vai sendo integrado ou no arquivo activo, ou no arquivo semi-activo ou no arquivo inactivo.

Segundo o *Manual de Instruções para Aplicação da Portaria de Gestão de Documentos dos Estabelecimentos de Ensino Básico e Secundário*, na fase activa, os documentos são utilizados de forma regular, razão pela qual são designados de arquivo corrente ou de gestão; na fase semi-activa, os documentos são utilizados ocasionalmente (arquivos intermédios ou gerais); e na fase inactiva, os documentos não são utilizados para fins administrativos, mas possuem um valor histórico (arquivo histórico ou morto).

O *Manual* apresenta-se como o principal instrumento de gestão documental nas escolas. Com ele, o Ministério da Educação pretende “[...] sistematizar conceitos, regras e procedimentos relativamente à conservação, à segurança e à disponibilização de um arquivo escolar.” (ME, 2006:2). A definição desses conceitos, regras e procedimentos de tratamento arquivístico foi feita com base num diagnóstico das dificuldades observadas nos arquivos escolares, realizado pelo já extinto Instituto Histórico da Educação. No relatório deste Instituto diagnosticaram-se os principais problemas observados na gestão dos arquivos escolares e apresentaram-se soluções que viriam a ser consideradas pelo Ministério da Educação. O *Manual* tem como objectivo “[...] servir de referência ao trabalho a levar a cabo por estabelecimentos escolares que pretendam investir na preservação do seu património e que tenham, por vezes, dificuldade em tratar e gerir a documentação de arquivo produzida no exercício das suas funções.” (ME, 2006: 2). Embora definido pela entidade que tutela a administração escolar, não é obrigatório aplicar o *Manual* na íntegra; ele deve ser adaptado a cada situação. A partir do diagnóstico realizado pelo Instituto Histórico da Educação, revelou-se que as maiores dificuldades no que respeita ao tratamento arquivístico nas escolas se observam essencialmente em quatro níveis: ao nível das instalações, ao nível do acondicionamento da documentação, ao nível da descrição do arquivo, e ao nível da sua manutenção e utilização.

A gestão oficial do arquivo escolar está disposta em vários documentos, onde assumem primeiro plano a Portaria n.º 684/2006 e a Portaria n.º 1310/2005. A Portaria n.º 1310/2005, de 21 de Dezembro, foi seguida de um *Manual de Instruções para a Aplicação da Portaria de Gestão de Documentos dos Estabelecimentos de Ensino Básico e Secundário* publicado pela Secretaria-Geral do Ministério da

Educação em Janeiro de 2006. Este outro *Manual* vem ajudar as escolas a compreender a importância de uma Portaria de Gestão de Documentos. Esta funciona como *Regulamento de Conservação Arquivística* (do qual consta uma Tabela de Selecção de Documentos, um modelo de Auto de Entrega de Documentos, um modelo de Guia de Remessa de Documentos e um modelo de Auto de Eliminação de Documentos) e tem como funções regulamentar: os prazos de conservação dos documentos nos arquivos, o procedimento de eliminação de documentos e os procedimentos para a remessa de documentos para o Arquivo Geral e para o Arquivo Histórico.

A Portaria n.º 684/2006, de 4 de Julho funciona como *Regulamento Arquivístico da Secretaria-Geral do Ministério da Educação* e a Tabela de Selecção revela-se como o principal instrumento que a mesma põe à disposição das escolas para poderem “proceder à eliminação de conjuntos documentais, sem qualquer valor patrimonial e com os prazos de conservação já prescritos, [o que] representa, para as várias unidades orgânicas do [...] serviço central [do Ministério da Educação e da Cultura] e para os seus arquivos, inúmeras vantagens, quer em termos de racionalização dos procedimentos de gestão documental e de gestão de espaços, quer em termos de eficácia e de rentabilização de meios.” (Portaria n.º 684/2006).

O instrumento de gestão documental utilizado na Escola consiste numa Lista Classificadora de Arquivo ou Plano de Classificação dos Documentos em oito áreas temático-funcionais (ou séries documentais), por contraste com as vinte e uma definidas pelo Regulamento Arquivístico da Secretaria-Geral do Ministério da Educação: 1 – Estrutura Orgânica e Funcionamento; 2 – Meios Materiais; 3 – Biblioteca; 4 – Relações com o Meio; 5 – Organização e Programação Escolar; 6 – Alunos; 7 – Pessoal; 8 – Gestão Financeira.

A adequação destes instrumentos e a sua aplicação em conformidade nos arquivos escolares pode facilitar de sobremaneira a gestão dos documentos e otimizar a eficácia dos procedimentos administrativos e de gestão escolar. A gestão, enquanto arte de conduzir uma organização, com vista ao cumprimento da sua missão e dos objectivos que deve cumprir, não é pensável sem a existência de procedimentos de organização da informação, isto é, sem haver gestão da informação. A gestão da

informação influi directamente na gestão das políticas institucionais. Sob esta perspectiva, o arquivo escolar reflecte a gestão escolar. Este reflexo não é apenas visível a partir do teor dos documentos lá existentes, ele verifica-se igualmente a partir da instalação e organização interna do arquivo. Neste contexto, a gestão da informação existente na forma de documentos (não apenas de carácter administrativo) é fundamental para a definição do modelo organizacional, do processo de decisão, os circuitos e conteúdos, a qualificação dos recursos humanos, o planeamento, estratégia e acesso à informação.

2. Métodos

As duas primeiras dimensões de análise – conservação física dos documentos, classificação tópica e funcional dos documentos – foram estudadas através da observação, utilizando-se uma folha de registo dos dados constituída pelos indicadores apresentados na Portaria n.º 684/2006. O estudo da terceira dimensão de análise – procedimentos de gestão documental – foi realizado com recurso a entrevistas aos responsáveis pela gestão do arquivo (Presidente da Comissão Executiva Instaladora, Chefe de Serviços de Administração Escolar e Assistente de Administração Escolar). As folhas de registo de dados deram-nos informações sobre a hipotética conformidade entre o modelo de incorporação, conservação e manuseamento dos documentos observado na escola e o modelo oficial. Através das entrevistas obtiveram-se dados sobre os modos como os diferentes agentes se colocam perante o arquivo escolar, suas formas de agir e sua influência na gestão do arquivo.

A análise dos dados referentes às duas primeiras dimensões de análise foi feita pela comparação entre os valores obtidos através da folha de registo das observações e aqueles que são aconselhados no Manual de procedimentos para o tratamento arquivístico nas escolas e na Portaria n.º 684/2006.

Os dados adquiridos por entrevista foram sujeitos a uma análise textual, ou lexical, cujo objectivo consistiu em classificar as informações de acordo com as dimensões/categorias em análise e em triangular os resultados obtidos dos vários informantes.

3. Resultados

a) A conservação física dos documentos

O espaço que compõe o arquivo da E.B. 2/3 Dr. Garcia Domingues está contíguo à Secretaria. Trata-se de uma sala rectangular com aproximadamente 12,5 m² (3,25m/3,87m).

O material de construção da porta não é muito resistente e a mesma não se encontra calafetada. As paredes do arquivo não têm danos nem fissuras e são pintadas de cor branca. Não dispomos de dados que nos permitam saber se são isoladas contra os elevados índices de humidade e de temperatura. Em relação à iluminação, a luz natural entra livremente no depósito, incidindo directamente nos documentos no seu interior. Os vidros das janelas são simples e sem opacidade. Não existem portadas nem cortinas. A iluminação artificial é feita com lâmpadas fluorescentes simples. O nível de iluminação não é regulável. Apenas existe um interruptor em todo o depósito. As condições ambientais do depósito não são mantidas por algum dispositivo: nem as portas nem as janelas são calafetadas. O depósito não é climatizado, pelo que não se faz o controlo da humidade nem da temperatura. Não se tem realizado qualquer procedimento para analisar a qualidade do ar no depósito.

No arquivo da Escola Básica 2/3 Dr. Garcia Domingues não existe computador para inventariação dos documentos nem telefone. O espaço está dotado de uma mesa, mas a mesma está ocupada com documentos. Visto não haver um funcionário dedicado a tempo inteiro à organização do arquivo, também não existe intermediário

entre o utilizador e o documento. Deste modo, não é realizado o controlo da documentação que sai do arquivo para consulta.

No que diz respeito à prevenção de riscos, verifica-se que o depósito não tem tubagens a atravessá-lo, o que reduz as hipóteses de ocorrência de inundações ou infiltrações no seu interior. Não existem dispositivos que previnam a ocorrência de incêndios e são utilizados materiais inflamáveis no mobiliário, no pavimento e na porta. Não existe uma instalação eléctrica adaptada ao arquivo, como vimos no caso da iluminação artificial e no caso das tomadas (que estão muito próximo do solo e não são protegidas). Do mesmo modo, não existe indicação da proibição de fumar (embora, a partir de Janeiro de 2008, tal tenha deixado de ser necessário, visto que é proibido fumar em qualquer lugar da escola) nem alarme contra incêndios. À imagem da prevenção de riscos e de incêndios, também não existem sistemas de protecção dos documentos contra intrusão. As portas têm fechaduras simples e não oferecem resistência contra arrombamento. As janelas não são reforçadas nem são dotadas com estores metálicos. Não existe alarme contra roubos. Apesar disto, o arquivo encontra-se localizado fora das áreas de circulação do público, o que dificulta o acesso de pessoas estranhas ao mesmo.

As estantes que suportam a documentação são 17; 13 são de madeira (material inflamável) e 4 são em metal. A altura das mesmas está relacionada com a medida das unidades de instalação e/ou de acondicionamento. As prateleiras não são longas e não excedem os 10 metros lineares regulamentares. Daqui se infere que têm uma boa capacidade para suportar a documentação. A prateleira mais baixa está a um nível inferior ao recomendado (10/15 cm do pavimento).

Embora as estantes sejam resistentes a variações termohigrométricas moderadas, a madeira pode sofrer tanto por combustão em caso de incêndio como por deterioração, em caso de aumento drástico dos níveis de humidade. Além disso, as estantes de madeira são revestidas com uma camada de verniz que, embora proteja a estrutura contra pragas, aumenta os riscos de propagação das chamas em caso de incêndio. No conjunto, as estantes estão em bom estado e estão localizadas desviadas das paredes, como é aconselhável.

Existe muito material a ocupar espaço no depósito e alguns documentos não têm a localização aconselhável. A disposição de alguns dossiers em cima da mesa situada no centro, bem como a acumulação de caixotes e outros objectos dificulta o acesso aos documentos (ver figuras seguintes).

O deficiente acondicionamento de alguns documentos verificado no arquivo da Escola Básica 2/3 Dr. Garcia Domingues não nos pode deixar indiferentes. Na verdade, as condições podem aumentar o risco de perda de documentos importantes. Em algumas estantes estão acumulados documentos cuja identificação é muito difícil, especialmente de for necessário aceder a eles durante um procedimento administrativo que requeira urgência.

b) A classificação dos documentos

A classificação dos documentos resume-se à aplicação de um Plano de Classificação que apenas se aplica ao Arquivo Activo. A descrição do arquivo não está realizada. Não existem fichas de descrição nem um ficheiro de consulta/acesso ao documento. Vimos já qual a função. A importância das fichas de descrição arquivística observa-se principalmente na sua função de sistematização e identificação de todos os documentos existentes no depósito. Na falta de um sistema de descrição, fizemos um levantamento das unidades de instalação e de acondicionamento constantes do arquivo da escola. Após reflexão sobre os temas que as compõem, definimos as seguintes classes/séries documentais: “Contabilidade”, “Tesouraria”, “Vencimentos”, “Pessoal”, “Alunos”, “SASE”, “Legislação”, “Copiador Geral” e “Arquivo Activo”. Encontrámos igualmente unidades de instalação vazias ou documentos dispersos ou misturados. Classificámo-los como “Documentos misturados”, “Unidades de Instalação vazias ou muito incompletas”, “Documentos não classificados” e “Documentos amontoados”.

Através da observação constatou-se que as unidades de instalação correspondentes à mesma categoria estão distribuídas por várias estantes: “Legislação» – 129 pastas, distribuídas por 5 estantes; “SASE” – 114 / 5;

“Contabilidade” – 106 / 3; “Vencimentos” - 70 / 6; “Pessoal” – 66 / 5; “Alunos” – 58 / 3; “Arquivo Activo” – 50 / 5; “Copiador Geral” – 31 pastas / 2; e “Tesouraria” – 22 / 4. Além destas categorias, a categoria “Documentos amontoados” tem 161 unidades de instalação distribuídas por 3 estantes; “Unidades de instalação vazias ou muito incompletas” 106 / 11; “Documentos misturados” – 22 / 3 e “Documentos não classificados” – 1 pasta.

O método funcional utilizado na classificação dos documentos é baseado num Plano de Classificação dos Documentos, vulgarmente designado por Copiador Geral que serve de suporte à classificação detalhada de todos os documentos recebidos e produzidos pelos Serviços Administrativos. É com base nessa estrutura classificatória que, no início da actividade (por ano lectivo para os assuntos relacionados com Alunos, Pessoal Docente e Não Docente, SASE, Vencimentos, e por ano civil, os assuntos ligados à Contabilidade e Tesouraria), são abertas pastas, ie, é colocada, na lombada da pasta, a respectiva classificação (tema) e dentro de cada pasta são colocados separadores para os subtemas. Esta separação prevê oito temas gerais aos quais se atribui um código: 1. Estrutura orgânica e funcionamento, 2. Meios materiais, 3. Biblioteca, 4. Relações com o meio, 5. Organização e programação escolar, 6. Alunos, 7. Pessoal e 8. Gestão financeira. Por definição, o Plano de Classificação dos Documentos pode funcionar como Tabela de Selecção dos Documentos, tal como previsto pela Portaria n.º 684/2006. Todavia, este Plano só é aplicado no Arquivo Activo ou Corrente. Sendo assim, uma enorme quantidade de documentos não é prevista nesta classificação.

A separação entre o arquivo semi-activo e o inactivo não se verifica. De acordo com uma agente administrativa, “os documentos, de vários anos e de várias áreas, estão arquivados com pouco rigor, estando muitas pastas guardadas sem qualquer sequência lógica. A identificação das pastas não está, geralmente, muito bem assinalada. Os processos individuais dos alunos estão um pouco espalhados pelas estantes, não estando organizados nem por ano nem por nome.”

c) Os procedimentos de gestão do arquivo

Visto que não existe um funcionário unicamente responsável pelo arquivo que possa funcionar como intermediário entre o utilizador e o documento, qualquer agente administrativo utiliza o arquivo e acede ao depósito sempre que achar necessário. O acesso ao arquivo é, portanto, generalizado ao pessoal administrativo. O acesso dos vários agentes administrativos ao arquivo é frequente devido à incorporação do Arquivo Activo no depósito do Arquivo Geral. Para qualquer procedimento administrativo, o agente envolvido terá que se dirigir ao depósito do arquivo para consultar os documentos. Além da ineficácia provocada pela distância do arquivo corrente em relação ao agente administrativo responsável por determinada área, a gestão dos documentos faz-se com base no bom senso e sentido de responsabilidade do pessoal administrativo.

Na utilização diária do documento, o agente administrativo é apenas responsável pela sua área de actuação, o que significa que é igualmente responsável pela gestão da parte do arquivo (série documental) que se relaciona com essa actuação (a que guarda os documentos dos quais necessita para proceder administrativamente). A divisão de responsabilidades pela gestão das séries documentais não deixa espaço de manobra ao administrativo para gerir o arquivo da sua área em termos totais, isto é, a série documental classificada de acordo com o Plano de Classificação de Documentos da escola apenas se refere ao arquivo corrente/activo, contrariamente ao sentido do próprio conceito de “série documental”, que agrupa os documentos relativos a cada área de actividade administrativa no arquivo geral, composto pelo arquivo semi-activo e pelo inactivo. Sendo assim, uma boa parte dos documentos constantes no depósito não são geridos por qualquer agente ou funcionário.

No capítulo da utilização dos documentos do arquivo, o *Manual de Tratamento Arquivístico nas Escolas* (ME, 2003) recomenda que, quando se retira um documento do arquivo fique, no seu lugar, uma folha com o registo do documento que foi retirado e a data e o autor dessa ocorrência, vulgarmente chamada «fantasma». Este procedimento não é seguido.

O *Manual* (ME, 2003) recomenda igualmente o regresso dos documentos à unidade de instalação de onde foram retirados. Como indicámos acima, o regresso do documento é da responsabilidade do agente administrativo autor da consulta do documento. A falta de um funcionário responsável não permite arbitrar sobre o regresso ou não do documento à fonte. Neste sentido, os agentes respondem pela responsabilidade de garantir que os documentos consultados não se percam. Durante a exploração do problema de estudo tivemos oportunidade de observar que as funcionárias da Secretaria tinham sempre a preocupação de fazer regressar o documento ao arquivo. Em última instância, o não regresso do documento pode prejudicar a eficiência do agente administrativo em causa.

A manutenção do arquivo inclui: limpeza do depósito, limpeza das estantes, limpeza dos documentos e acondicionamento dos documentos. Durante o tempo da observação não há registo de ter sido feita a limpeza das estantes ou dos documentos. Apesar disso, a maior parte dos documentos está acondicionada em unidades de acondicionamento próprias para o efeito, tais como caixas de cartão duplo ou capas argoladas. Os dados obtidos demonstram que os procedimentos de gestão não são estruturados por instrumentos próprios. Este aspecto obriga-nos a questionar os principais responsáveis pela gestão do arquivo administrativo da Escola Básica 2/3 Dr. Garcia Domingues sobre o modelo procedimental seguido e/ou recomendado para tornar o arquivo mais eficiente.

De acordo com o Presidente da Comissão Executiva Instaladora (CEI), o arquivo da Escola é “pouco funcional e necessita de ser organizado”. Ele devia ser organizado de acordo com o ciclo de vida dos documentos (Chefe dos Serviços de Administração Escolar/Chefe da Secretaria) pois “não tem a devida sequência” (Assistente de Administração Escolar). De acordo com esta última informante, a desorganização do arquivo faz com que “demore algum tempo a encontrar o [documento] necessário”, o que “prejudica o [...] bom funcionamento”. Ainda de acordo com o Presidente da CEI, “falta espaço para arquivar uma quantidade enorme de documentos”. O mesmo informante refere ainda que este problema é agravado por “não se designar alguém responsável pelo funcionamento do arquivo”. A falta de espaço é a razão invocada pela Chefe da Secretaria. Por seu lado, a Assistente

seleccionada para informante acrescenta à falta de espaço a falta de “tempo para a organização” do arquivo, como causas da desorganização do mesmo.

4. Discussão

Os dados demonstram que, em termos de instalação, o arquivo da Escola Básica 2/3 Dr. Garcia Domingues não respeita a maior parte das normas constantes do Manual de Tratamento Arquivístico nas Escolas.

Na primeira dimensão de análise, relativamente à conservação física dos documentos, as instalações do depósito são estruturalmente boas, embora haja falhas sobretudo ao nível da iluminação, do controlo da qualidade do ar e da prevenção de riscos. De acordo com os responsáveis pela gestão do arquivo, o espaço é reduzido. Após uma análise das unidades de acolhimento, concluiu-se que, ao invés de reduzido, o espaço está mal aproveitado e ocupado com documentos que já deviam ter sido eliminados.

Relativamente ao acondicionamento da documentação, os documentos estão acondicionados em caixas ou pastas de material aconselhável, todavia as estantes são de material inflamável e muito altas; para mais, a última prateleira está ocupada com documentos. Algumas unidades de instalação estão dispersas pelo depósito. Existem alguns objectos estranhos ao arquivo dentro do depósito.

Em relação à segunda dimensão de análise, constatou-se que não existe uma descrição arquivística. Deste modo, os documentos do Arquivo Geral não estão inventariados nem é respeitado o seu ciclo de vida.

Quanto à selecção da documentação, esta apenas se faz no tocante ao Arquivo Activo, que está dentro do depósito do arquivo, quando deveria estar distribuído pelos locais onde trabalham os vários assistentes de administração escolar. O Arquivo Geral, que inclui o Arquivo Semi-activo e o Arquivo Inactivo, não está sujeito a qualquer método de selecção de documentos, o que significa que os documentos amontoam-se no depósito e não são eliminados no fim da sua vida. O

mesmo se passa com o Arquivo Semi-activo, que não é dinamizado e os documentos não passam para o Arquivo Inactivo, não permitindo a integração sistemática dos documentos que vão deixando de fazer parte do Arquivo Activo.

Se considerarmos que cada estante suporta em média cerca de 60 pastas, vemos que a distribuição das mesmas por várias estantes apenas se deve a desorganização. As pastas, depois de devidamente descritas e classificadas de acordo com a adaptação da Tabela de Selecção constante da Portaria nº 684/2006, de 4 de Julho à realidade do arquivo da Escola, seriam, automaticamente, arrumadas pelas estantes dentro de cada secção particular. A falta de descrição do arquivo não permite saber, de forma rápida, a localização dos documentos. No caso, por exemplo, da categoria “Tesouraria”, existem 22 pastas distribuídas por 4 estantes, quando duas prateleiras bastavam.

A questão da falta de espaço para arrumar melhor os documentos também não pode ser aceite de antemão. Considerando a forma de ocupação das estantes, verifica-se que existe espaço livre em quase todas as estantes (excepto em 3). Mais, encontraram-se 106 pastas vazias ou quase vazias, o que equivale ao espaço total de 10 prateleiras ocupadas (60 pastas por estante, 10 pastas por prateleira, em média), ou quase duas estantes.

No conjunto, os documentos que não estão classificados, misturados ou amontoados, bem como as unidades de instalação vazias ou muito incompletas, correspondem a 272 unidades de instalação. Dividindo por 60 (n.º de unidades de instalação por estante média), significa que, das 17 estantes do arquivo, 4 estantes e meia estão desaproveitadas. Considerando que os documentos legais, especialmente os exemplares do *Diário da República*, são cópias e que, por isso, não precisam de ter existência física no arquivo da escola (especialmente desde que o jornal oficial é disponibilizado na Internet), há mais 129 pastas de documentos que deveriam ser eliminados ao abrigo da Portaria referida. A eliminação dos volumes do *Diário da República* – que, contrariamente ao sugerido pela tutela, foram encadernados, o que contribuiu para o desperdício de fundos que poderiam ser aplicados noutras acções da Escola – libertaria o equivalente a mais de duas estantes médias.

Se somarmos todas as unidades de instalação que estão a mais, ou que poderiam, após a descrição e selecção, ser arrumadas em espaços mais reduzidos,

atingimos o valor de 401 unidades de acondicionamento que poderiam ser suprimidas, isto é, 6 estantes e meia que poderiam ficar livres. O sub-aproveitamento do espaço do depósito é enorme.

A aplicação da Tabela de Selecção sugerida pela Portaria nº 684/2006, de 4 de Julho, encontra no arquivo da Escola Básica 2/3 Dr. Garcia Domingues um campo de aplicação de urgente necessidade. A selecção dos documentos de acordo com o tempo de vida dos mesmos permitiria depurar os resultados que obtivemos neste trabalho e poderia mesmo identificar outros conjuntos de documentos que poderiam ser eliminados.

A análise da terceira dimensão do estudo revelou que a utilização do arquivo é feita por todos os agentes administrativos, não existindo um intermediário que ligue o utilizador ao documento e que zele para que este volte ao seu lugar após a consulta. A falta de um responsável que se ocupe exclusivamente do arquivo impede, igualmente, a aplicação de metodologias sistemáticas e continuadas de gestão.

A manutenção do arquivo é feita ocasionalmente e apenas em relação à limpeza do depósito. Não são observados cuidados especiais em relação ao tipo de produtos de limpeza utilizados. Devido à prolongada inactividade de alguns documentos, pode-se justificar a intervenção de uma equipa técnica especializada na limpeza de documentos, isto, após a selecção dos mesmos.

5. Considerações finais

Com base na análise das respostas dadas pelos responsáveis pela gestão do arquivo conclui-se que não há propriamente um modelo de gestão do arquivo da Escola. Embora se entenda que é importante a preocupação com o arquivo e com os documentos, os discursos não avançam para a definição de estratégias concretas de remediação dos problemas identificados. A centralização do discurso nos conceitos centrais “arquivo” e “escola” e nos verbos “ter” e “ser” reflectem uma abordagem quase contemplativa acerca do arquivo.

Em termos práticos, esta investigação apenas pode aparecer como introdutória ao tema, até porque o rigor dos procedimentos de investigação depende da experiência e da abordagem científica sistemática sobre a realidade. Este é um estudo de caso que, por definição, se basta no seu objecto, isto é, na discussão e sugestões sobre o problema que foi descoberto. As investigações sobre esta escala de perspectivação do arquivo escolar e da importância do documento administrativo nas escolas devem apoiar-se no jogo de forças que existem à volta dos procedimentos de gestão; por esta razão, investigar as razões de ser das condições da realidade dos arquivos implica conhecer os modos como os vários agentes estruturam o projecto escolar no âmbito das suas funções principais. A interacção dos agentes envolvidos no processo de decisão relacionado com a gestão do documento deve partir da univocidade da importância do arquivo enquanto regulador histórico da prática e da teoria das organizações. Só neste contexto é possível implementar projectos continuados e sustentáveis de gestão da informação e dos fluxos de influências dentro das instituições.

Referências

- Castelo (2007). «Os arquivos como instrumento de controlo democrático». Comunicação apresentada ao 9.º Congresso Nacional de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, Ponta Delgada, <<http://badinfo.apbad.pt/Congresso9/COM81.pdf>> consultado em 10.04.2008.
- Ministério da Educação (2003). *Manual de Procedimentos para o Tratamento Arquivístico nas Escolas*. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação.
- Ministério da Educação (2006). *Manual de Instruções para Aplicação da Portaria de Gestão de Documentos dos Estabelecimentos de Ensino Básico e Secundário*. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação.
- Menezes, M., Silva, E., Júnior, O. (2005). O arquivo escolar: lugar da memória, lugar da história. *Horizontes*, vol. 23(1), 67-76.
- Mogarro, M. (2006). Arquivo e Educação: A construção da memória educativa. *Sísifo: Revista de Ciências da Educação*, nº1, 71-84, <<http://sisifo.fpce.ul.pt>> consultado em 10/12/07.
- Peixoto, A. (2007). «Os arquivos municipais no dealbar do século XXI». Comunicação apresentada ao 9.º Congresso Nacional de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, Ponta Delgada, <<http://badinfo.apbad.pt/Congresso9/COM103.pdf>> consultado em 12/04/08.
- Portaria n.º 684/2006, de 4 de Julho, publicada no *Diário da República* 1ª série, de 4 de Julho de 2006.
- Portaria n.º 952/2001, de 7 de Agosto, publicada no *Diário da República* n.º 182, Série I - B de 7 de Agosto de 2001.
- Portaria n.º 1310/2005, de 21 de Dezembro, publicada no *Diário da República* nº 243, Série I – B, de 21 de Dezembro.
- Ribeiro, J. (2006). «Sistemas de Informação: Arquivo». <http://joaquim_ribeiro.web.simplesnet.pt/Arquivo/index.html> consultado em 12/04/08.

PAULA COSTA concluiu em França o Brevet Technicien Superior (B.T.S.), na área de Secretariado Comercial. Em Portugal trabalhou em várias áreas, tendo leccionado língua Francesa em Montalegre. Em 2001, inicia a sua carreira na Administração Pública, exercendo funções de Assistente Técnico no Agrupamento Horizontal nº 2 de Olhão. Desempenhou funções em várias escolas. Licenciada desde 2008 em Assessoria de Administração pela Universidade do Algarve, actualmente é Assistente Técnico no Agrupamento Vertical de Escolas Dr. Garcia Domingues (Silves).

Defining lifestyle migration

Kate Torkington
ESGHT, Universidade do Algarve
ktorking@ualg.pt

Abstract

This paper seeks to provide a conceptual framework for studying migration to the Algarve by Northern Europeans. 'Lifestyle migration' is suggested as a generic term for this trend, which is part of a recent but flourishing global social phenomenon. I also point to the glaring gap in the literature as far as empirical studies based in the Algarve are concerned, and make suggestions for a research agenda.

Keywords: lifestyle migration; Northern Europeans; Algarve

Introduction

No-one in the Algarve can have failed to notice that not all of the Northern Europeans encountered in the region are tourists; there are growing numbers of people - particularly from Great Britain but also from countries such as Germany, Holland, Ireland and Sweden, among others - who *live* in the area. What is more, not all of these Northern European residents can be classified as part of the International Retirement Migration (IRM) trend (see, for example King, Warnes & Williams, 2000; Williams, King, Warnes & Patterson, 2000) since many of them are clearly not of retirement age.¹ On the other hand, it is not difficult to see how representations of Northern European tourists and more permanent residents are conflated into a single category. Their behaviour is often very similar: they do not speak the local language (or at least not enough of it to carry out more than a simple service transaction); they stay or live in the same areas, in the same types of accommodation (apartments, 'townhouses' or villas in *aldeamentos* or 'integrated resorts'); they look physically similar, wear the same styles of clothes

¹ A recent survey of more than 850 northern Europeans living in Portugal, conducted by *The Portugal News* weekly English language newspaper, found that 68.25% of respondents were between 36 and 65 years of age, with less than 25% being over 65.

and go to places (bars, restaurants, sports and fitness clubs) where they meet up with their compatriots.

It is perhaps not surprising therefore that the umbrella term employed by public and private sector organizations as well as by academics in Portugal to describe this phenomenon is *turismo residencial* (residential tourism). This generic term seems to make no distinction among seasonal visitors, second-home owners and more permanent settlers, but it does appear to be restricted to Northern Europeans. The label 'immigrant' is reserved primarily for those of African, Asian, or Brazilian origin (i.e. migrants from the former Portuguese colonies) as well as Eastern European labour migrants, so when 'immigration' is discussed in the Portuguese media or academic circles it never seems to include Northern Europeans.² This difference in referential strategy does appear to create a difference in the way these migrant groups are viewed by Portuguese society: *immigrants* certainly have a more problematic status than *resident tourists*, but on the other hand, *resident tourists* have the somewhat ambivalent status of being considered as much tourist as resident, even if Portugal is now their principal (or indeed *only*) home. These more permanent settlers certainly do not see themselves as tourists, however; my own PhD research amongst the British who live in the Algarve has found that the 'tourist' identity label is strongly rejected.

In fact, there is clearly a kind of continuum from short tourist stays at one extreme to permanent settlement in the Algarve at the other. Although many of these Northern Europeans would fall somewhere in between, at some place along the continuum where they are neither 'tourist' nor 'settler' (for example those who are seasonal, return or peripatetic visitors³ to the Algarve), it has to be recognised that there are many whose only current 'home' (in the sense of place of residence) is the Algarve. I want to suggest therefore that it makes no sense to conceptualise this latter social group as 'resident tourists'.

In short, it cannot be denied that growing numbers of Northern Europeans are *migrating* to Portugal (i.e. they are orienting towards making a *home* in the

² O'Reilly (2003:309) notes the same discursive phenomenon in relation to migration in Spain.

³ Terms used by the sociologist Karen O'Reilly in her extensive fieldwork on British migration to southern Spain (O'Reilly, 2000, 2002, 2003, 2004).

Algarve rather than using the region as a holiday destination). I would therefore propose that this phenomenon is, for the purposes of academic study, treated as a particular form of contemporary migration. Recent literature on contemporary mobilities often points to the fuzzy boundaries and increasing interplay between tourism and migration (e.g. Bell & Ward, 2000; O'Reilly, 2003; Urry, 2000; Williams & Hall, 2000). Whilst there are clearly many different forms of migration involving heterogeneous groups of people, the phenomenon as a whole is generally distinguished from tourism in terms of time and behaviour. The temporal distinction claims that migration leads to a long, more or less permanent move to a new destination, while the behaviour in the destination place is generally seen as being characterised by residence and settlement (see, for example, Scott & Marshall, 2009: 470).

It is true that both of these distinguishing criteria are problematic. For instance, how long is a 'more or less permanent' stay? There is no apparent agreement on this. Warnes notes that for demographers, 'permanent' changes of residence are commonly taken to be those of more than six months (Warnes, 1991), whilst Jordan and Duvell claim that migration "involves stays of over a year" (2003: 5). This stipulation of time has presumably been made in view of the commonly used World Tourism Organization definition of tourism as involving stays away from one's usual place of residence of *not* more than a year. However, as the distinction between tourism and migration is becoming increasingly blurred, attempts to make a temporal distinction between the two are not particularly helpful. Furthermore, the concept of 'settlement' is also vague. It might be that migrants spend many years in a place without making any attempt to 'settle'. For this reason, many sociologists and geographers prefer to talk of taking up 'residence' in a new place, which seems to be less emotionally charged. Even so, there are certainly people nowadays who see themselves as having more than one place of residence. In this case, they might be better described as *transmigrants*, characterised by their 'dual' lives that are lived out (physically and symbolically) across borders and whose networks and activities cut across national boundaries (Glick Schiller, Basch & Szanton Blanc, 1992).

Notwithstanding the inevitable pitfalls in trying to define the concept of migration, I want to argue that there is a strong case for describing the majority of the Northern Europeans who choose to make a home in the Algarve as *lifestyle migrants*. This type of migration is clearly not motivated by economic hardship or the search for work or some form of financial security. Lifestyle migrants are not post-industrial migrants seeking employment in a more de-regulated and flexible labour market, nor are they part of the transnational flows of highly mobile corporate and intellectual elites (for if work is involved, it is rather a means to an end). The most useful definition I have found to date is that they are «relatively affluent individuals moving (...) to places which, for various reasons, signify for the migrants something loosely defined as quality of life» (Benson & O'Reilly, 2009: 621). They are people who have made a conscious choice not only about *how* to live but also about *where* to live (Hoey, 2005). Whilst the lifestyle orientations and motivations of these migrants may differ, perhaps the one unifying factor of this group is their belief that a *change of residential place* will lead not simply to better opportunities in life, but rather to something which might be described as a better *lifestyle* and/or a more fulfilling *way of life*. The direction of movement, which can be simply described as being predominantly north-south, runs counter to what have been identified as the typical migration flows around the world (see, for example, Castles & Miller, 2003; Papastergiadis, 2000). It is, of course, in parallel with the typical sun-seeking tourism routes; the most sought after destinations are those already associated with and developed for tourism.

Throughout the small, but growing body of empirical work on migration from the north to the south of Europe over the last decade, lifestyle is consistently given by migrants as a major reason for undertaking the move abroad (O'Reilly, 2007a). The authors of a recent Institute for Public Policy Research (IPPR) report on emigration from Britain (Sriskandarajah & Drew, 2006) state that one of the most «striking findings» of their research is the escalation of emigration from Britain to European destinations in recent decades, a trend which they attribute to «the growth in importance of *lifestyle* as the

predominant or even the only factor that determines emigrant behaviour» (*ibid.*: 40, my emphasis). In an exploratory survey aiming at profiling lifestyle migrants in the Algarve that I carried out in 2007, lifestyle was the second most cited motivation for moving to the region (after 'climate'). This corresponds exactly to the data gathered by the Portugal News 2009 Survey.⁴

It has also been shown that certain factors are consistently associated with what Benson & O'Reilly (2009: 610) call «the search for the good life as a comparative project». This comparative project entails a «re-negotiation of the work/life balance, quality of life and freedom from prior constraints» (*ibid.*) and the (imagined) way of life in a particular place must be constantly compared with the way of life in other places. The better quality of life sought out by lifestyle migrants is most usually associated with both material advantages, for instance a lower cost of living and cheaper property prices in the destination places, as well as the more intangible benefits which are perceived as stemming from living in a place with a more amenable climate (somewhere with plenty of sunshine and year-round warmer temperatures is generally a prerequisite), a slower pace of life, a better, healthier diet, a more sociable culture and more leisure opportunities, (O'Reilly, 2007c; Sriskandarajah & Drew, 2006). In the case of young families, the main motivation is often stated to be a better life for the children in terms of education opportunities, a safer environment and a greater cultural respect for children afforded by the destination place (O'Reilly, 2007a). All of these affordances of place in the chosen destination are constantly compared against what are seen as the negative factors of the country of origin.

Explaining lifestyle migration

The processes of globalization and time-space compression (Harvey, 1989) have led to an increased sense that the world is a 'smaller' place, or that all places in the world are accessible to many of its citizens, creating a 'compulsion

⁴ See note (1) above.

to mobility' (Urry, 1999/ 2003). The rising levels of mobilities throughout the world, including the phenomenal development and evolution of tourism, have simultaneously contributed to this sense and emerge from it.

Other *macro-level* factors that have enabled the trend of international lifestyle migration to flourish are those typically associated with globalization, such as the spread of mass information and communications technologies; expanding networks of faster and cheaper forms of transport; the flexibility of the labour market; the rise in living standards in the western world, increased amounts of and commitment to leisure time as well as increased opportunities for flexible forms of working lives and early retirement. The phenomenon has also been greatly aided by the European political situation, with the opening up of intra-European borders (within the EU) and the relaxed regulations among EU member-states regarding employment and the transfer of personal finances, and of course by the development of mass tourism and related infrastructures.

Social changes over the late twentieth-century have also been far-reaching in other, less tangible ways. In the post-traditionalist era, social roles are no longer so inflexibly dealt out by society. Social differentiation has become less dependent on a fixed social hierarchy and individuals are correspondingly less constrained by social structures and categories (Beck, 1992; Beck & Beck-Gernsheim, 2002). One of the decisive features of what Beck and Beck-Gernsheim call the 'second modernity' of Western society is the process of 'individualization'. According to these authors, this is not a social condition that is arrived at by the free will of individuals, but one that is *required* by the complex, non-linear systems of the present era. Thus, active contributions by individuals «to create, to stage manage, not only one's own biography but the bonds and networks surrounding it» (Beck & Beck-Gernsheim, 2002: 4) are not merely permitted, but actively demanded.

In a similar fashion, Giddens argues that as self-identity is no longer so constrained by tradition and culture and we are therefore no longer bound to fixed, socially-determined identity positions, modern subjects face both the burden and the liberation of constructing their own identities, for «we have no

choice but to choose how to be and how to act» (Giddens, 1994: 75). Self-identity is thus constructed through what Giddens (1991) calls 'the reflexive project of the self'. For Giddens, the concept of lifestyle in contemporary society is crucial since it is a fundamental part of the reflexive project of the self. A lifestyle, which Giddens (1991: 81) defines as «a more or less integrated set of practices which an individual embraces, not only because such practices fulfil utilitarian needs, but because they give material form to a particular narrative of self-identity» might thus be seen as a kind of template for the narrative of the self.

The quest for the right kind of lifestyle can be argued, then, to be an integral part of the late-modern social world. In short, this argument implies that since it is now up to individuals to construct their own sense of identity, choosing and engaging in an appropriate kind of lifestyle that makes a statement about who one is or wants to be is a central part of contemporary life (Sweetman, 2003: 529). Choosing a place to live which is seen to fit with other lifestyle practices is of crucial importance.

At the *micro-level* of migration, then, we need to examine how individual agency interacts with the macro-level structures and contexts outlined above. It is at the micro-level that migrants themselves construct their own versions of their migratory processes and migrant identities. The stories they tell about their experiences, for example, are informed by their individual values and beliefs, needs, expectations, motivations and identities, as well as socially shared representations of local places, which might in turn be informed by such processes as place-branding. These socio-cognitive representations are the basis of collective forms of identities and ideologies, and it is crucial to consider them at this micro-level along with individual agency.

Yet although these two levels of the migration process (macro- and micro-levels) certainly interact with one another, there is also an important interface - what Faist (2000: 31) has termed the «crucial meso-level» of migration. To understand how the *meso-level* works involves exploring how networks and other links evolve and develop to facilitate (or, in some cases, to exploit) the process of

migration. The typical social networks involved are, for example, those of friends and family already in the destination area, and increasingly the cyber-networks created by blogs, forums and other user-generated sites on the internet. It also includes what Castles and Miller (2003: 28) refer to as the «booming migration industry» – the intermediaries who make some form of business out of the migration process. I would also add to this meso-level the discursive practices surrounding migration in the places of departure and arrival, including the ways in which discourses on particular forms of migration are (re)produced, distributed and received (e.g. through the mass media).

It is important to note that the three ‘levels’ in this model of migration are not to be considered as separable and separate kinds of reality in any attempt to explain migratory processes. They can only be useful analytical categories when taken as a complex, interwoven whole which will differ to some degree from case to case, but nevertheless provide a pertinent starting point for exploring particular types of migration.

Researching lifestyle migration

As it is a recent phenomenon, lifestyle migration has not been the object of much academic study to date. In fact, the migration of relatively affluent people has been largely ignored in the migration studies literature (Benson & O'Reilly, 2009: 609). However, some researchers, notably sociologists, social anthropologists and geographers, have begun to explore the trend in different locations and among different social groups around the world,⁵ producing a growing body of work.

⁵ See, for example, Sato (2001) for an ethnography of Japanese lifestyle migrants in Australia; Hoey (2005) for an account of lifestyle migration among Americans with successful corporate careers who relocate to rural areas in search of ‘the good life’; Fechter (2007) for Euro-American residents in Indonesia; and McWatters’ (2009) study of ‘residential tourism’ in Panama which explores the experiences of both members of North American retirement communities and their ‘hosts’, the local population.

Within Europe, the first empirical studies focused on International Retirement Migration (IRM), that is, flows of Northern European retirees moving to southern European destinations, either full-time or for part of the year. This social group continues to be the most widely researched within the field (e.g. Ackers & Dwyer, 2004; Casado-Diaz, Kaiser & Warnes, 2004; Gustafson, 2001, 2008; Huber & O'Reilly, 2004; Janoschka, 2008; King et al., 2000; Rodriguez, Casado-Diaz & Huber, 2005; Rodriguez, Fernandez-Mayoralas & Rojo, 1998; Warnes, 1991; Williams et al., 2000; Williams & Patterson, 1998). There are relatively few studies that have explored the north-south international lifestyle migration patterns, behaviour and experiences of other social groups, the exceptions being so-called entrepreneurial migrants (e.g. Lardiés, 1999; Stone & Stubbs, 2007), the British in France (e.g. Benson, forthcoming; Bruillon, 2007; Geoffroy, 2005, 2007; Puzzo, 2007; Smallwood, 2007), and the British in the south of Spain (notably O'Reilly, 2000, 2002, 2003, 2004, 2007a, 2007b).

The potential for research into lifestyle migration in the Algarve

What stands out is the lack of published research on Northern European migration into Portugal, despite the undeniable growth in numbers.⁶ For example, one of the largest national groups is the British. The number of British legally registered residents in Portugal increased from around 2,500 in 1980 to almost 20,000 in 2005,⁷ with the Algarve, as the most sought area of residence, accounting for somewhere between one half and two-thirds of these numbers. However, it should be noted that these figures only tell part of the story. Many British migrants choose not to register as resident in Portugal, for one reason or another, even in cases where Portugal is their principal, or perhaps only, home. The British Embassy in Lisbon estimates that there are currently 60,000 to

⁶ Exceptions being the inclusion of the Algarve in a very small number of comparative IRM studies (e.g. Casado-Diaz et al., 2004; King et al., 2000; Williams et al., 2000) and the recent doctoral work of Claudia Ribeiro Almeida on residential tourism in the Algarve (Almeida, 2009; Almeida, Ferreira, & Costa, 2009).

⁷ Source: Instituto Nacional de Estatística (INE) www.ine.pt.

70,000 British nationals living part-time or permanently in Portugal, with around 40,000 of these in the Algarve.⁸ Since the official total population of the Algarve region is around 400,000, the number of British nationals appears to be equivalent to around 10% of the total regional population. If we are to add to this the migrants from Germany, Holland, Belgium, Ireland, Sweden, Denmark and Finland, the numbers become even more significant.⁹ It seems clear, then, that this is a social trend which is increasingly difficult to ignore. As both a tourism-related form of contemporary mobility *and* as a highly distinctive migration process in its own right, lifestyle migration is undoubtedly a worthy object of study.

There are many possibilities for research in this area. Lifestyle migration in all its guises (temporary, seasonal, full-time, etc) is clearly having impacts on the Algarve region, in socio-cultural, economic, political and environmental terms, and there can be no doubt that the empirical study of these impacts from the point of view of the region is of fundamental importance. On the other hand, to better understand why the Algarve is such a popular destination for lifestyle migration, there is also a need to investigate it from the perspective of the migrants themselves. As migration should be seen as a process, rather than a one-off move (Castles & Miller, 2003; Papastergiadis, 2000), the process needs exploring at a variety of levels. Besides looking at what motivates people to make the move, we also need to look at their continuing experiences of living in the Algarve and what makes them decide to stay or to move back to their country of origin, or, indeed a different destination (for example, what are the effects of the current economic situation?). Also of great interest is the evolving 'meso-level' of social and cultural networks (including clubs, associations), information networks, support services and intermediaries, material conditions (available housing stock, infrastructures, accessibility, etc), education opportunities for the children of migrants, links with countries of origin (availability of own-language media,

⁸ <http://ukinportugal.fco.gov.uk/en>, accessed 21 April 2009.

⁹ In 2004, the combined total of legally resident citizens from these countries in the Algarve was around 20,000 (INE). The 'true' figure is generally considered to be 4 to 5 times more.

food products, ICT use, etc), leisure facilities and entertainment venues, and so on.

As a final suggestion, I think it is of crucial importance to look at the integration and interaction practices of these ‘new residents’. How do they interact with other social groups in the Algarve? What kind of social practices are they involved in (or not) that are aimed at some form of integration into local society? Are they politically (in the broad sense of the term) active? How are language issues managed? What are the spatial practices and organisation of these migrants? How do they relate to the local place they have chosen as a home-place? And what about their children, who we might call ‘circumstantial’ lifestyle migrants – how do they feel about being brought up in Portugal? To what extent do they integrate into local life? Do they stay/intend to stay here when they have grown up? What are the typical discursive representations of lifestyle migration in the media (national, regional, local press)?

The list of potential research questions is, indeed, not only long but also wide-reaching. The key to grasping the complex motivations, impacts, dimensions, experiences and consequences of lifestyle migration is, without a doubt, an interdisciplinary and multi-method approach. At the same time, such research would make a much needed contribution to the theoretical and conceptual development of the mobilities and migration research paradigm.

References

- Ackers, L. & Dwyer, P. (2004). Fixed laws, fluid lives: the citizenship status of post-retirement migrants in the European Union. *Ageing & Society*, 24, 451-475.
- Almeida, C. (2009). *Aeroportos e Turismo Residencial. Do conhecimento às estratégias*. Unpublished PhD thesis, Universidade de Aveiro.
- Almeida, C., Ferreira, A. & Costa, C. (2009). El proceso de decisión aplicado a la compra de una vivienda secundaria en un destino turístico. El caso del mercado británico en Algarve. In T. Mazón, R. Huerte & A. Mantacón (Eds.), *Turismo, urbanización y estilos de vida - las nuevas formas de movilidad residencial* (pp. 97-108): Editora Icaria.
- Beck, U. (1992). *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage.
- Beck, U. & Beck-Gernsheim, E. (2002). *Individualization: Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences*. London: Sage.
- Bell, M. & Ward, G. (2000). Comparing temporary mobility with permanent migration. *Tourism Geographies*, 2(1), 87-107.

- Benson, M. (forthcoming). 'A desire for difference: British lifestyle migration to southwest France'. In M. Benson & K. O'Reilly (Eds.), *Lifestyle Migration: Expectations, Aspirations and Experiences*. Aldershot: Ashgate.
- Benson, M. & O'Reilly, K. (2009). Migration and the search for a better way of life: a critical exploration of lifestyle migration. *The Sociological Review*, 57(4), 608-625.
- Bruillon, M. (2007). A Peculiarly British Spirit of Adventure? The Discourse of Emigrants. In C. Geoffroy & R. Sibley (Eds.), *Going Abroad: Travel, Tourism and Migration. Cross-Cultural Perspectives on Mobility* (pp. 132-144). Newcastle: Cambridge Scholars.
- Casado-Diaz, M. A., Kaiser, C. & Warnes, A. (2004). Northern European retired residents in nine southern European areas: characteristics, motivations and adjustment. *Ageing & Society*, 24, 353-381.
- Castles, S. & Miller, M. J. (2003). *The Age of Migration* (3rd ed.). New York: Palgrave MacMillan.
- Faist, T. (2000). *The Volume and Dynamics of International Migration*. Oxford: Oxford University Press.
- Fechter, A.-M. (2007). *Transnational Lives: Expatriates in Indonesia*. Hampshire: Ashgate.
- Geoffroy, C. (2005). *L'immigration des Britanniques à Chamonix*. Paper presented at the Seminar 'La sociabilité dans tous ses états', l'Université Paris 13.
- Geoffroy, C. (2007). From 'Chamouni' to Chamonix: the British in the Alps. In C. Geoffroy & R. Sibley (Eds.), *Going Abroad: Travel, Tourism and Migration. Cross-Cultural Perspectives on Mobility* (pp. 93-110). Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.
- Giddens, A. (1994). Living in a Post-Traditional Society. In U. Beck, A. Giddens & S. Lash (Eds.), *Reflexive Modernization*. Cambridge: Polity Press.
- Glick Schiller, N., Basch, L. & Szanton Blanc, C. (1992). Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration. In N. Glick Schiller, L. Basch & C. Szanton Blanc (Eds.), *Towards a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity, and Nationalism Reconsidered* (pp. 1-24). New York: New York Academy of Sciences.
- Gustafson, P. (2001). Retirement migration and transnational lifestyles. *Ageing & Society*, 21(4), 371-394.
- Gustafson, P. (2008). Transnationalism in retirement migration: the case of north European retirees in Spain. *Ethnic and Racial Studies*, 31(3), 451-475.
- Harvey, D. (1989). *The Condition of Postmodernity*. Oxford: Blackwell.
- Hoey, B. A. (2005). From Pi to Pie: Moral narratives of noneconomic migration and starting over in the postindustrial Midwest. *Journal of Contemporary Ethnography*, 34(5), 586-624.
- Huber, A. & O'Reilly, K. (2004). The construction of *Heimat* under conditions of individualised modernity: Swiss and British elderly migrants in Spain. *Ageing & Society*, 24(3), 327-351.
- Janoschka, M. (2008). Identity Politics as an Expression of European Citizenship Practice: Participation of Transnational Migrants in Local Political Conflicts. In R. Anghell, E. Gerharz, G. Rescher & M. Salzbrunn (Eds.), *The Making of World Society. Perspectives from Transnational Research* (pp. 133-152). Bielefeld: Transcript.
- Jordan, B. & Duvell, F. (2003). *Migration: the Boundaries of Equality and Justice*. Cambridge: Polity Press.
- King, R., Warnes, A. & Williams, A. (2000). *Sunset Lives: British Retirement to the Mediterranean*. Oxford: Berg.
- Lardiés, R. (1999). Migration and Tourism Entrepreneurship: North-European Immigrants in Cataluña and Languedoc. *International Journal of Population Geography*, 5, 477-491.
- McWatters, M. R. (2009). *Residential Tourism: (De)constructing Paradise*. Bristol: Channel View Publications.
- O'Reilly, K. (2000). *The British on the Costa del Sol: Transnational Identities and Local Communities*. London: Routledge.
- O'Reilly, K. (2002). Britain in Europe/the British in Spain: exploring Britain's changing relationship to the other through the attitudes of its emigrants. *Nations and Nationalism*, 8(2), 179-193.
- O'Reilly, K. (2003). When is a tourist? The articulation of tourism and migration in Spain's Costa del Sol. *Tourist Studies*, 3(3), 301-317.

- O'Reilly, K. (2004). *The extent and nature of integration of European migrants in Spanish society. With special reference to the British case. ESRC Report.*
- O'Reilly, K. (2007a). Emerging Tourism Futures: Residential Tourism and its Implications. In C. Geoffroy & R. Sibley (Eds.), *Going Abroad: Travel, Tourism and Migration. Crosscultural Perspectives on Mobility* (pp. 144-157). Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.
- O'Reilly, K. (2007b). Intra-European migration and the mobility–enclosure dialectic. *Sociology*, 41(2), 277-293.
- O'Reilly, K. (2007c). *The Rural Idyll, Residential Tourism and the Spirit of Lifestyle Migration.* Paper presented at the ASA (Association of Social Anthropologists) 2007 Thinking Through Tourism.
- Papastergiadis, N. (2000). *The Turbulence of Migration.* Cambridge: Polity Press.
- Puzzo, C. (2007). British Migration to the Midi-Pyrenees. In C. Geoffroy & R. Sibley (Eds.), *Going Abroad: Travel, Tourism, and Migration. Cross-Cultural Perspectives on Mobility* (pp. 110-119). Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.
- Rodriguez, V., Casado-Díaz, M. A. & Huber, A. (Eds.). (2005). *La Migración de Europeos Retirados en España.* Madrid: CSIC.
- Rodriguez, V., Fernandez-Mayoralas, G. & Rojo, F. (1998). European Retirees on the Costa del Sol: A cross-national comparison. *International Journal of Population Geography*, 4(2), 91-111.
- Sato, M. (2001). *Farewell to Nippon: Japanese Lifestyle Migrants in Australia.* Melbourne: Trans Pacific Press.
- Scott, J. & Marshall, G. (Eds.). (2009). *Oxford Dictionary of Sociology* (3rd revised ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Smallwood, D. (2007). The Integration of British Migrants in Aquitaine. In C. Geoffroy & R. Sibley (Eds.), *Going Abroad: Travel, Tourism and Migration. Cross-Cultural Perspectives on Mobility.* Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.
- Sriskandarajah, D. & Drew, C. (2006). *Brits Abroad: Mapping the Scale and Nature of British Emigration.* London: Institute for Public Policy Research.
- Stone, I. & Stubbs, C. (2007). Enterprising expatriates: lifestyle migration and entrepreneurship in rural southern Europe. *Entrepreneurship and Regional Development*, 19, 433-450.
- Sweetman, P. (2003). Twenty-first century dis-ease? Habitual reflexivity or the reflexive habitus. *The Sociological Review*, 51(4), 528-549.
- Urry, J. (1999/ 2003). Mobile Cultures [Electronic Version]. *On-line papers, Department of Sociology, Lancaster University.* Retrieved 12/10/2009 from <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Urry-Mobile-Cultures.pdf>.
- Urry, J. (2000). *Sociology Beyond Societies: Mobilities for the Twenty-first Century.* London: Routledge.
- Warnes, A. (1991). Migration to and seasonal residence in Spain of Northern European elderly people. *European Journal of Gerontology*, 1, 53-60.
- Williams, A. & Hall, C. M. (2000). Tourism and migration: new relationships between production and consumption. *Tourism Geographies*, 2(1), 5-27.
- Williams, A., King, R., Warnes, A. & Patterson, G. (2000). Tourism and international retirement migration: new forms of an old relationship in southern Europe. *Tourism Geographies*, 2(1), 28-49.
- Williams, A. & Patterson, G. (1998). 'An empire lost but a province gained': A cohort analysis of British international retirement in the Algarve. *International Journal of Population Geography*, 4, 135-155.

KATE TORKINGTON is a lecturer at the University of the Algarve (School of Management, Hospitality and Tourism) and part-time PhD student at the Department of Linguistics and English Language, Lancaster University. Her main research interest is in the discursive construction of place-identity, which she is currently exploring in the context of lifestyle migration.

**Ao Encontro do Sul de Si
sobre *O Sul dos Meus Sonhos*, de Teresa Rita Lopes (Faro, Gente
Singular, 2009)¹**

Ricardo Marques
FCSH, Universidade Nova de Lisboa
ricardo.marques@fcs.unl.pt

Ecopoetry is connection. [...] Ecopoets must remember our bodies, our families, and push the range of our language.

James Engelhardt

Emergiu nos últimos anos um novo paradigma de aproximação ao texto literário, de origem anglo-saxónica, que se conhece pelo nome de Ecocrítica (*Ecocriticism*, no original). Como se presente pela epígrafe acima transcrita, os pressupostos deste tipo de questionamento ao texto literário assentam na demanda pela forma como este se interrelaciona com todos os aspectos da sua realidade exterior. Penso que o último livro de poesia da investigadora pessoana e poetisa algarvia Teresa Rita Lopes, acabado de sair por uma editora de Faro (Gente Singular), acentua esta preocupação em dizer poeticamente os lugares essenciais da sua poesia. Falo não só dos físicos e reais, mas também dos outros lugares, as pessoas e as memórias, que no fundo fazem uma *cartografia das emoções*, para tomarmos de empréstimo um título recente de outro poeta algarvio, Nuno Júdice. Exemplificando isto mesmo temos desde logo o primeiro

¹ Todas as páginas mencionadas no presente artigo são referentes a esta obra incluída na bibliografia final.

poema que, simultaneamente, dá título ao volume e ocupa a contracapa numa versão manuscrita pela sua própria mão, naquilo que constitui um autêntico manifesto das intenções da escritora para com ele:

Os meus sonhos situam-se
sempre
a Sul
 Faro
 Cacela
 ou Alcoutim

cenários
da minha infância
de filha única
a brincar sozinha

A esses sítios regresso
em sonho
ritualmente
 talvez
 para me encontrar
 com quem era
 e pressentir
 quem sou

Uma característica que a sua poesia última igualmente aprofundou, que quase poderíamos aproximar de uma catarse aristotélica, é a da aceitação dos aspectos menos positivos da sua vida, o que este poema espelha. Falo não só da solidão da «filha única», depois da morte precoce do pai, deixando Teresa Rita no meio das mulheres e dos velhos locais, mas também do seu desenraizamento forçado por uma dura e incoerente ditadura (como diz em «Floralia», «As plantas da minha varanda falam algarvio/ melhor do que eu/ que perdi o sotaque original/ na minha vida errante»), do regresso e da posterior morte da mãe (do qual resultou o seu notável e assombroso *Cicatriz*, de 1996). Assim, e como nos diz a poetisa explicando o título do poema e do livro, estes «cenários» são «sítios [a que] regresso/ em sonho/ ritualmente», criando um espaço dual e sobreposto

entre o passado que alguém recorda e o presente, onde ele regressa na tentativa de a autora se conhecer a si própria.

De facto, *O Sul dos Meus Sonhos* vem na continuidade dos seus livros precedentes, o que a autora refere no seu esclarecedor (e porque não *afectuoso*) posfácio (pp. 153-155), ao mostrar inúmeros exemplos de outros poemas de outros livros onde os mesmos *afectos* (título de um volume de 2000) pelo sul se sentem. Neste sentido, este livro que agora se edita tem um reflexo natural num outro anterior sobre o Sul, mas em prosa – *Estórias do Sul*, de 2005. Se o motivo que a levou a publicar este título se prende com o facto de querer passar a escrito, e assim resgatar para sempre, muitas das *estórias* que aprendeu no sul da sua infância e de que ainda se lembrava, já este livro acaba por ser o complemento genológico que escreve o seu sul em forma de poesia, de forma igualmente pessoal, um roteiro interior. Vejamos mais detidamente de que forma se estrutura esta viagem no tempo.

Os dois primeiros núcleos temáticos constituem um umbral perfeito para quem quer entrar neste livro. Por um lado, as três dedicatórias, em verso e em comunhão com a sua terra, cada uma invocando quer as pessoas que viram estes mesmo lugares («Às minhas raízes algarvias», p. 6), quer mostrando a sua visão da escrita poética : «Os meus versos/assim os quero:/ um cestinho de figos/para presentear os amigos». Por outro, os textos em forma de preâmbulo («Preambulando», pp. 9-17), onde se manifesta claramente a aceitação das raízes - «Sou daqui» é refrão que repetidamente se escreve num dos poemas (p. 11) – bem como uma propensão para ilações filosóficas generalizadas, que partem da reflexão sobre o seu próprio caso, lembrando a sabedoria telúrica de António Aleixo:

Isto sou
um chão adubado de lágrimas mansas
depois das tempestades de Verão que mudam o lugar
de tudo
Isto sou
um céu navegado por nuvens esgarçadas
apunhalado por relâmpagos de paixões e mortes súbitas

ou velado por crepúsculos doces
 às vezes brandamente
 constelado de sábios astros quietos
 seguros não sei
 de que verdade ou mistério
 Isto somos
 um chão
 sem limites
 O sangue e as lágrimas da minha Mãe
 já viúva quando me pariu
 a dubaram e regaram
 antes de eu começar a chamar-lhe meu
 a chamar-me eu
 [...]

(«Isto sou», p. 15)

Passando esta parte de centramento no Eu poético, Teresa Rita desenvolve *os seus sonhos do sul* em duas partes – uma, mais pequena e intitulada «Naturezas Vivas» (pp. 17-31), onde a subversão deste tipo de representação pictórica rima com a descrição de árvores («A velha amendoeira», p. 19), flores e plantas, sobretudo as autóctones algarvias («Flores e Figos de Tuna», p. 24), e outros aspectos da vida daquele tempo (veja-se a vivacidade sinestésica de «Nora Algarvia», p. 23, ou a bonita e mínima descrição de «Casa Algarvia», p. 20).

Em segundo lugar, «Meus Sítios» (pp. 31-153) corresponde a mais de metade do livro, subdividindo-se em três núcleos que equivalem aos três lugares que o poema inicial já nos tinha enunciado e que são os de Teresa Rita (respectivamente, «Faro e Redondezas», «Cacela e Redondezas», «Alcoutim»), mais dois que se intitulam «Jardim suspenso sobre o Tejo» e «Fonte do Sol». Todos estes poemas se reduzem ao conceito, ora mais lato e metafórico ora mais estrito e pessoal, de casa, que já pressentíamos de trás. É por essa razão que, objecto estranho no quadro tão algarvio destes poemas, surge “Jardim suspenso sobre o Tejo” (pp. 105-137). Nele nos fala da sua casa *a sul* de Lisboa, do «Meu Amado Mar da Palha» (p. 109), da sua «Varanda de Almada» (p. 108) onde «Não poderia viver [...] sem ao menos uma varanda/ para criar flores// como minha mãe criava galinhas». Lê-se neste conjunto uma aproximação pessoana à cidade,

Só agora, já noite, me recolhi para esta outra jardinagem
a que quotidianamente me entrego

com paixão.

Os gestos são diferentes mas é o mesmo afã:

lançar à terra sementes, podas, água para medrarem.

E até me parece que o computador é também um seio ávido
de germinação.

Em suma, estamos perante uma poesia que se vira para si de forma catártica, colocando indirectamente algumas questões em relação à natureza genológica do texto literário – certos poemas roçam ao mesmo tempo a poesia, o diário, a crónica, as memórias, tudo enformado por uma propensão alexiana (e porque não de influência caeiriana) para o aforismo filosófico. É um autêntico livro-paisagem de um certo sul (Faro, Cacela, Alcoutim), de um certo passado e presente da vida da escritora, mas também um itinerário sinestésico pelos cheiros, gostos e rostos das *naturezas vivas* da sua infância e que Teresa Rita Lopes quis partilhar com todos.

Referências

- Engelhardt, J. (s.d). *The Language Habitat: an Eco-poetry Manifesto*, online in <http://www.octopusmagazine.com/issue09/engelhardt.htm> consultado a 2.12.2009.
- Lopes, T. R. (2009). *O Sul dos Meus Sonhos*. Faro: Gente Singular.
- Lopes, T. R. (2000). *Afectos*. Lisboa: Editorial Presença.
- Lopes, T. R. (1996). *Cicatriz*. Lisboa: Editorial Presença.

RICARDO MARQUES é Licenciado e Doutorando em Estudos Anglo-Portugueses pela F.C.S.H.-U.N.L., com uma tese sobre os elementos intertextuais na poesia de Nuno Júdice, tem efectuado trabalho de investigação não só na área das Relações culturais e literárias Anglo-portuguesas, como também no domínio da Poesia Contemporânea e das suas relações intertextuais, de onde resultaram alguns artigos, comunicações, recensões e traduções publicados dispersamente. Pertence ao CETAPS (Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies), ao IEMO (Instituto de Estudos em torno do Modernismo) e ao IELT (Instituto de Estudos de Literatura Tradicional), através do qual já publicou o resultado de um trabalho de investigação sobre as árvores na Literatura Tradicional - *B.I. da Figueira e do Figo, B.I. do Carvalho e da Bolota, B.I. da Oliveira e da Azeitona*.

Transformações Contemporâneas da Experiência Turística (2001)

José Manuel Figueiredo Santos
jfsantos@ualg.pt

«Transformação Contemporânea da Experiência Turística» é o título da tese defendida pelo sociólogo José Manuel Figueiredo Santos, no ano de 2001, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, na qual a relevância do turismo, é objecto de um trato que extrapola largamente os circuitos económico-financeiros, adquirindo um significado bem mais profundo na sua apreensão enquanto prática intercultural.

Nela, o autor socorre-se da herança do pensamento crítico, procurando proceder a uma condensação analítica do turismo superadora das visões dispersas por leituras disciplinares, sobrecarregadas pela lógica interna dos especialismos.

Tomando como pressuposto que as análises fragmentárias, ao dificultarem a compreensão do tema, mobilizam o imperativo da sua reconstrução racional, propõe-se erodir a castração “disciplinar” dessas leituras, através da deslocação da perspectiva de trabalho para uma análise do turismo como experiência total, cruzando os elementos constitutivos de uma teoria geral da experiência com os de uma teoria dos espaços, como forma de operacionalização do turismo, no contexto mais geral de crise da Modernidade.

É nesse contexto que delinea a abordagem da multidimensionalidade da experiência turística rodeando-se dos preparativos heurísticos de uma cartografia cognitiva, mediadores da compreensão das condições de autonomização da viagem e do lazer como práticas de sentido finalista aprazível para, numa fase seguinte, lançar um olhar global sobre o fenómeno do turismo por um prisma que dê a ver o solo da sua aparição. Trata-se de uma caracterização diacrónica da fenomenologia da cultura turística, a que não é alheia uma influência claramente nietzscheana. Como o próprio refere, a título de construção de modelos ou estilizações “ideais-típicas” de turismo, *“é nas formas historicamente construídas dos imaginários espacio-temporais que se*

encontram, sob formas rejuvenescidas, muitos dos velhos fundamentos que estão na base das actuais estilizações do turismo contemporâneo.”¹

Daí que a investigação preste maior importância aos modelos culturais, sem deixar de tomar em atenção outros aspectos para a compreensão do imaginário cultural da viagem. Sendo a experiência do turismo dotada de complexidade, o autor optou por tomar como seu centro analítico os problemas do imaginário, que se consideram essenciais, na medida em que é esse imaginário que se constitui como objecto de trabalho ou manipulação por parte dos seus atractores.

A esta evocação analítica não é alheia a trajectória da análise que, nos seus desdobramentos empíricos, aborda aspectos das actividades turísticas no Algarve. Desse percurso ressalta, como contributo maior, um debate interessante para a análise do fenómeno turístico regional, que dá a ver a emergência de alguns traços embrionários do turismo híbrido como modelo que parece estar a emergir sob uma hipotética implosão do turismo de massas.

Dir-se-ia que as metamorfoses contemporâneas no turismo algarvio e, com elas, a crise ou esgotamento cultural do seu modelo hegemónico de turismo, são lidas à luz da transformação contemporânea da experiência moderna, ou seja, como reflexo de certas características sincréticas atribuídas a uma modernidade tardia, em que parece desembocar a transformação da experiência turística contemporânea, quando de todos os lados se anuncia o sucesso da indústria do turismo, parecendo ter-se realizado com ele um completo domínio do imaginário turístico dos indivíduos.

¹ Ver Santos, Figueiredo, (2002) *Turismo Mosaico de Sonhos – Incursões Sociológicas pela Cultura Turística*, Lisboa, Edições Colibri, onde se encontram plasmados os eixos de reflexão mais significativos desse trabalho de investigação.

Experiência interdisciplinar: o Português e a Contabilidade

ESGHT, Universidade do Algarve
Filipa Perdigão • Cristina Gonçalves
fperdig@ualg.pt • cjesus@ualg.pt

Introdução

Os Cursos de Especialização Tecnológica (CET)¹ correspondem a uma formação pós-secundário e de nível não superior, que conferem uma qualificação profissional. Estes cursos visam suprir as necessidades verificadas, no tecido empresarial, ao nível de quadros intermédios. Neste sentido, surgem como uma alternativa válida para a profissionalização de técnicos especializados. Tal objectivo é assegurado por um plano curricular que integra três vertentes de formação: formação geral e científica, formação tecnológica e formação em contexto de trabalho.

A Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo (ESGHT), da Universidade do Algarve, implementou diversos CET com o objectivo de prestação de serviços à comunidade. De entre os CET oferecidos consta o de técnico de contabilidade. Este CET tem como propósito, em consonância com o objectivo que preside a estes cursos, formar técnicos intermédios na área contabilística. Assim, este texto apresenta os resultados de uma experiência pedagógica-didáctica interdisciplinar conduzida no âmbito das disciplinas de contabilidade financeira (disciplina de formação tecnológica) e português

¹ Enquadrados pelo Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

(disciplina de formação geral) com os formandos do CET em técnico de contabilidade do ano lectivo de 2008/2009.²

A presente experiência assume a natureza de *work-in-progress* e serve para exemplificar uma parceria interdisciplinar que surgiu de forma espontânea, alicerçada na sensibilidade pedagógica das docentes. Não é nosso intuito apresentar um trabalho de natureza científica.

Enquadramento

Atendendo, como foi referido, a que o curso deve apresentar componentes de formação geral e tecnológica e pretende formar técnicos intermédios na área contabilística, o grupo de formação inicial (20 alunos) apresentava naturalmente uma maior predisposição para as componentes formativas mais técnicas, em particular as directamente relacionadas com a contabilidade. Dos vinte formandos, cinco tinham frequentado a disciplina de língua portuguesa até 2000, oito tinham-na frequentado entre 2000 e 2006 e os restantes sete tinham frequentado a disciplina no ano lectivo anterior (2007/2008). Muitos dos formandos tinham frequentado a disciplina na modalidade de curso profissional ou ensino recorrente.

A estratégia pedagógica/didáctica desenhada pelas docentes de português e contabilidade financeira emerge neste contexto.

Metodologia

A docente de português propôs aos formandos a análise de um texto relativo

² Queremos agradecer aos seguintes formandos do CET 2008/2009 pelas suas contribuições no desenvolvimento deste projecto: Ana Quintas, Ana Paula Rebelo, André Sacramento, Ângela Caiado, Ângelo Ançã, Helena Fernandes, Hugo Rodrigues, Mara Gonçalves, Mariana Martins, Nídia da Silva, Patrícia Vitorino, Sandra Gonçalves, Sara Gonçalves, Gisela Águas e Daniela Lima.

à área de especialização. Tendo a proposta sido bem acolhida solicitou à docente de contabilidade financeira que seleccionasse um texto nessa área. A escolha recaiu no documento *Estrutura Conceptual para a Apresentação e Preparação das Demonstrações Financeiras*³ uma vez que os conceitos constantes deste documento estavam a ser apresentados na disciplina de contabilidade financeira nesse momento.

O trabalho de análise do documento foi desenvolvido em duas fases. Na primeira dividimos o texto em partes (em função dos títulos e subtítulos) e atribuímos cada parte a grupos de 3-4 pessoas. Cada grupo interpretava-a do ponto de vista do conteúdo técnico e linguístico, listava os termos técnicos que desconhecia ou que podiam suscitar ambiguidades interpretativas (ver Tabela 1) e procedia à elaboração de sínteses. Esta fase foi concluída com a apresentação oral das sínteses na aula e debate sobre definição dos termos/conceitos listados. Um aspecto fundamental que se procurou clarificar durante o debate foram as diferenças nas definições dos conceitos utilizados em sentido comum e em sentido técnico.

Tabela 1: Lista de termos

Cobrabilidade	Incorrência de passivo	Preditivo
Curadoria	Influxo	Predizer
Deprecimento de activos	Lucratividade	Rédito
Exfluxo	Mensuração	Reexpressão
Goodwill	População de dívidas	Tempestividade
Inconclusividade		

A segunda parte, desenvolvida como trabalho de casa, foi dedicada a trabalho de pesquisa tendo como fontes enciclopédias, dicionários portugueses e ingleses de língua geral e técnicos e glossários. O objectivo consistiu em produzir

3 IASB-International Accounting Standards Board (2001). *Estrutura Conceptual para a Apresentação e Preparação das Demonstrações Financeira*. In Comissão de Normalização Contabilística Disponível online: <http://www.cnc.min-financas.pt/Documento/Comentários_Sobre_Reg_1606_pt.pdf>. Consultado Abril 2009, 30pp.

para cada termo listado a definição mais adequada em termos de língua geral e a definição técnica aplicada ao contexto do documento base.

Discussão dos resultados

Tabela 2: Exemplos de pesquisa para os termos *rédito* e *tempestividade* (definições em construção*)

Termo	Definição comum	Definição no contexto “Estrutura Conceptual”	Fonte
Rédito	n. m. 1 ato de voltar; volta; 2 lucro; interesse; rendimento; 3 ECONOMIA juro; produto (Do lat. redditu-, «restituído», part. Pass. de rederre, «restituir»); s. .m. (do lat. redditu) Acto de voltar; volta; Juro: os réditos das acções de companhias e de papéis do Estado. Obs: Não confundir com redito.	Obs: Procurei em todos os dicionários de Gestão Financeira disponíveis na biblioteca da ESGHT, mas, a palavra <i>rédito</i> não existe em nenhum deles. Ponto 74: “A definição de rendimentos engloba quer réditos quer ganhos. Os réditos provêm do decurso das actividades ordinárias de uma empresa sendo referidos por uma variedade de nomes diferentes incluindo vendas, honorários, juros, dividendos, royalties e rendas.”	<i>Dicionário da Língua Portuguesa</i> (2009). Acordo ortográfico. Porto Editora. <i>Grande Dicionário da Língua Portuguesa</i> (1981). José Pedro Camacho. Sociedade de Língua Portuguesa. Vol. X Q-S. Amigos do Livro Editores. <i>Dicionário Ilustrado Verbo da Língua Portuguesa</i> (1988). Vol. IV Q-Z, Lisboa: Editorial Verbo.
Tempestividade	Obs: A palavra <i>tempestividade</i> não aparece nos dicionários comuns. Tempestivo: adj. que sucede no tempo próprio; oportuno.	No contexto em que está inserido na Estrutura Conceptual, no parágrafo 15, o termo <i>tempestividade</i> , pode considerar-se como “dentro do prazo”.	<i>Dicionário Língua Portuguesa</i> (2008), Porto Editora

* Estas definições foram construídas pelos formandos e reflectem apenas a sua interpretação.

Na **elaboração de sínteses**, os formandos aperceberam-se da dificuldade da redacção deste género de texto uma vez que o documento técnico seleccionado caracterizava-se, à partida, pela sua forma muito sintética. A identificação desta dificuldade permitiu a apresentação dos conceitos de tipo de texto (género), nomeadamente, distinções entre texto literário e texto técnico/científico, estilo de

linguagem, utilização de predicação e modalização em função dos objectivos do texto, entre outros aspectos.

Durante a **definição dos conceitos** (ver Tabela 2, acima) desenvolveram-se competências meta-discursivas e metalinguísticas, pois os formandos reflectiram sobre as noções de uso comum vs. uso técnico, contexto e co-texto. Nesta fase do projecto, a pesquisa progrediu através da consulta de vários dicionários e enciclopédias. O objectivo foi desenvolver por um lado a capacidade de reflexão crítica sobre o uso de terminologia específica em contexto e, por outro, a capacidade de compreensão e de manuseamento deste tipo de obras de referência. Por fim, também se procurou a concisão (através da selecção criteriosa de exemplos a partir das fontes) e precisão na utilização das fontes e nas referências bibliográficas das obras consultadas.

Síntese de resultados e considerações finais

Procurámos desenvolver estratégias pedagógicas que cruzassem competências de duas áreas de saber que, à partida, poderiam parecer relativamente difíceis de justapor. No âmbito da disciplina de contabilidade consideramos que os impactos se fizeram sentir a dois níveis:

1.º nível, com impacto a curto prazo, permitiu uma melhor interiorização dos conceitos contabilísticos;

2.º nível, com impacto a prazo, permitiu, por um lado, o entendimento da importância do domínio da língua portuguesa para a disciplina e para o exercício da actividade profissional e, por outro, melhorar as competências da compreensão de textos.

No âmbito do desenvolvimento das competências de língua materna, consideramos que os formandos:

- Desenvolveram competências metadiscursivas e metalinguísticas, ou seja, aprenderam a “reflectir sobre a língua” em contexto;

- Desenvolveram competências ao nível da formação de palavras, conceitos de evolução da língua em função de novos contextos de referência, e ainda algumas noções sobre a adaptação linguística de textos escritos originalmente noutra língua (como era o caso de *Estrutura Conceptual*, originalmente elaborado em inglês);
- Desenvolveram competências de síntese e reflectiram sobre as diferenças entre tipos de texto, géneros e adequação da linguagem ao tipo de escrita (nomeadamente texto técnico, científico, académico);
- Desenvolveram competências de consulta e pesquisa de obras de referência de língua materna.

Desenvolvimentos futuros

Como afirmámos na introdução, este projecto é um *work-in-progress* que será retomado nos próximos anos lectivos com o objectivo de aferir, através de inquérito aos formandos, a necessidade do domínio da língua portuguesa no contexto específico da contabilidade. O objectivo final será a construção de uma metodologia pedagógico-didáctica que sirva para o ensino de documentos contabilísticos, potenciando assim as competências técnicas dos futuros profissionais desta área disciplinar.

Filipa Perdigão é Professora adjunta da ESGHT/UAlg onde lecciona desde 1993. Tem ministrado diversas disciplinas na área das Línguas. Participou na elaboração e redacção de *guiões* para a elaboração de trabalhos académicos e colaborou na redacção de vários textos sobre regras de utilização da língua portuguesa publicados na *Dos Algarves*. Tem um mestrado em Cultura Norte-Americana e encontra-se a terminar a sua tese de doutoramento na área da Linguística Aplicada na Universidade de Lancaster.

Cristina Gonçalves é Professora adjunta da ESGHT/UAlg onde lecciona desde 1992. Tem ministrado diversas disciplinas na área da Contabilidade, nomeadamente Contabilidade Financeira Avançada e Ética Empresarial e Deontologia Profissional. É co-autora de vários manuais técnicos de contabilidade. Tem mestrado em Gestão.